

NAÇÃO *e* DEFESA



Mulheres
nas Forças Armadas

Política Editorial

Nação e Defesa é uma Revista do Instituto da Defesa Nacional que se dedica à abordagem de questões no âmbito da segurança e defesa, tanto no plano nacional como internacional. Assim, Nação e Defesa propõe-se constituir um espaço aberto ao intercâmbio de ideias e perspectivas dos vários paradigmas e correntes teóricas relevantes para as questões de segurança e defesa, fazendo coexistir as abordagens tradicionais com problemáticas mais recentes, nomeadamente as respeitantes à demografia e migrações, segurança alimentar, direitos humanos, tensões religiosas e étnicas, conflitos sobre recursos naturais e meio ambiente.

A Revista dará atenção especial ao caso português, tornando-se um espaço de reflexão e debate sobre as grandes questões internacionais com reflexo em Portugal e sobre os interesses portugueses, assim como sobre as grandes opções nacionais em matéria de segurança e defesa.

Editorial Policy

Nação e Defesa (Nation and Defence) is a publication produced by the Instituto da Defesa Nacional (National Defence Institute) which is dedicated to dealing with questions in the area of security and defence both at a national and international level. Thus, Nação e Defesa aims to constitute an open forum for the exchange of ideas and views of the various paradigms and theoretical currents which are relevant to matters of security and defence by making traditional approaches co-exist with more recent problems, namely those related to demography and migratory movements, the security of foodstuffs, human rights, religious and ethnic tensions, conflicts regarding natural resources and the environment.

The publication shall pay special attention to the portuguese situation and shall become a space for meditation and debate on the broad choices which face Portugal in terms of security and defence as well as on important international matters which reflect on Portugal and on portuguese interests.

Editorial	5
Resumos	7
Mulheres nas Forças Armadas	
Funções Militares das Mulheres numa Perspectiva Comparada Passado, Presente e Futuro <i>Mady Wechsler Segal</i>	15
As Mulheres e o Militar entre Antigas Dificuldades e Novas Potencialidades <i>Fabrizio Battistelli</i>	45
A Mulher e as Forças Armadas Portuguesas <i>José Hermínio Estevão Alves</i>	71
Mulheres Militares em Portugal (1992-1998) Políticas, Processos e Protagonistas <i>Helena Carreiras</i>	81
Homens e Mulheres em Armas – Duas Dinâmicas de Identidade? <i>Maria Paula Lopes Castelhão</i>	113
Artigos	
Da Massificação (do Quantitativo) à Precisão (ao Qualitativo): A Relação entre a Economia e a Estratégia no Século XX <i>António Paulo David da Silva Duarte</i>	137
Documentos	
Seleção de legislação relacionada com as condições de ingresso das mulheres nas Forças Armadas e modalidades da prestação do serviço militar feminino	163

Situação das mulheres nas Forças Armadas dos países da NATO	172
Bibliografia seleccionada	184
Recensões	
Bombing to Win. Air Power and Coercion in War, de Robert A. Pape <i>António Paulo David da Silva Duarte</i>	195
Europa y la Idea de Nación (y otros ensayos sobre problemas del hombre contemporáneo), de José Ortega y Gasset <i>António Horta Fernandes</i>	200
L'Entrée du Portugal dans la Grande Guerre. Objectifs Nationaux et Stratégies Politiques, de Nuno Severiano Teixeira <i>Isabel Ferreira Nunes</i>	207
Através das leituras	215
Abstracts	219

A partir do início dos anos 70 a maior parte das Forças Armadas das democracias ocidentais passou a admitir mulheres nas suas fileiras, rompendo com aquela que havia sido uma das mais estruturantes características das organizações militares: a exclusividade masculina. Se é certo que a participação feminina em actividades combatentes constitui uma constante histórica, a excepionalidade de que a presença militar de mulheres sempre se revestiu faz com que este novo padrão emergente tenha sido frequentemente equiparado a uma verdadeira revolução.

O conjunto de profundas transformações sociais e organizativas que se vinham fazendo sentir desde o final da II Guerra Mundial, e que estiveram na origem deste novo modelo de recrutamento feminino – designadamente ao nível das formas de participação social das mulheres bem como de reconversões organizativas no interior das instituições militares – veio também a ocasionar, já na presente década, o início do recrutamento feminino em Portugal. Tal como noutros casos, esse processo não será inconsequente, quer pelo desafio que coloca em termos culturais e organizativos às Forças Armadas, quer também pelo seu significado social e político para as próprias mulheres.

A oportunidade de uma reflexão sobre esta temática afigura-se pois evidente, tendo sido consensualmente reconhecida pelo conselho editorial da Nação e Defesa.

O dossier que agora se publica é o resultado desse reconhecimento. Do ponto de vista da sua organização, assenta numa opção fundamental: face à novidade do tema no nosso país bem como à escassez de trabalhos de sistematização nesta área, pareceu-nos vantajoso apostar na heterogeneidade e complementaridade de contribuições diversas, mais do que concentrar o debate em aspectos particulares da temática geral. Os artigos reunidos partem pois de perspectivas diferenciadas, tanto do ponto de vista dos ângulos disciplinares como do enfoque temporal e empírico.

Os textos de Mady Segal e Fabrizio Battistelli propõem uma reflexão teórica com referência a diversos âmbitos nacionais, com destaque para os casos dos E.U.A. e Itália – dois contextos polarmente opostos do ponto de

vista da sua experiência de participação militar feminina, já que enquanto o primeiro país conta com perto de três décadas de presença feminina nas Forças Armadas, a Itália é um dos poucos membros da NATO em que não teve ainda início o recrutamento militar de mulheres.

Mady Segal procura no seu artigo contribuir para a sistematização teórica da problemática, articulando hipóteses de pesquisa e fornecendo um quadro analítico susceptível de orientar futuras investigações, apresentando-se, nessa medida, como um contributo inestimável para os estudos nesta área.

Fabrizio Battistelli, por sua vez, escrutina, de forma inovadora, diversos referenciais socio-antropológicos subjacentes à construção do intrincado complexo simbólico que associa guerra e masculinidade, procurando mostrar como as mulheres foram historicamente incluídas ou excluídas desse processo, para depois se concentrar nas atitudes dos militares italianos face à possibilidade da mulher-soldado.

Os restantes textos referem-se já ao caso português.

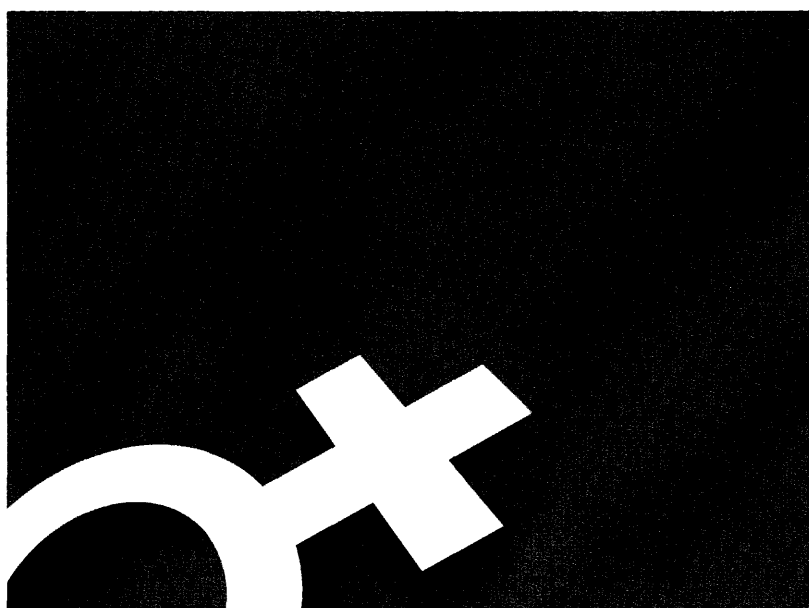
José Hermínio Estevão Alves apresenta-nos um depoimento institucional sobre a presença das mulheres nas Forças Armadas Portuguesas, revendo a sua participação histórica e colocando diversas questões e interrogações para o futuro.

O artigo de Helena Carreiras procura fornecer elementos de enquadramento e análise da recente integração de mulheres nas Forças Armadas. Centrando-se fundamentalmente no plano das políticas de recrutamento, procura escrutinar sociologicamente diversos dos indicadores que dão conta da evolução deste processo no nosso país.

Finalmente, partindo de uma perspectiva ancorada nos contributos da Psicologia Social, Paula Castelão apresenta resultados de um estudo de caso em torno das dinâmicas identitárias que acompanham a integração feminina numa Academia Militar, salientando a forma como valores e normativos culturais que acompanham a construção social dos referenciais de masculino e feminino aí se reflectem, afectando simultaneamente a estruturação de identidades pessoais e profissionais.

Em anexo pareceu-nos útil inserir alguns documentos de apoio: uma selecção da legislação existente sobre o tema em Portugal, uma breve descrição da situação das mulheres militares nos vários países da NATO e ainda uma bibliografia sumária.

Helena Carreiras



Resumos

Funções Militares das Mulheres numa Perspectiva Comparada. Passado, Presente e Futuro, Mady Wechsler Segal, pp. 15-43

Este artigo delinea uma teoria sobre os factores que determinam o grau e natureza da participação das mulheres nas forças armadas ao longo da história e em diferentes países. Ao analisar as situações de segurança nacional, tecnologia militar, políticas de admissão militar, padrões demográficos, valores culturais face ao género e padrões estruturais de papéis sexuais, o artigo propõe uma teoria sistemática das condições sob as quais as funções militares das mulheres aumentam e diminuem. Em seguida, utiliza-se a teoria para analisar o provável futuro papel das mulheres nas forças armadas. A necessidade de pessoal por parte das forças armadas tem sido a força motriz subjacente à expansão das funções militares das mulheres ao longo da história e através das nações, mas os valores culturais que apoiam a igualdade de género têm também dado a sua contribuição e é provável que venham a ter uma maior influência no futuro.

As Mulheres e o Militar entre Antigas Dificuldades e Novas Potencialidades, Fabrizio Battistelli, pp. 45-70

Historicamente, a relação das mulheres com a Instituição Militar tem sido muito complexa. A guerra tem sido uma actividade masculina e a profissão de soldado um monopólio dos homens. Isto não significa que as mulheres estivessem completamente excluídas delas: durante muito tempo, as mulheres assumiram indistintamente o papel de vítimas da guerra ou de troféu para os vencedores. Desde os mitos ligados ao cerco de Tróia até às duas guerras mundiais e às “violações étnicas” na ex-Jugoslávia, a violência contra as mulheres constituiu sempre um instrumento destinado não somente a alcançar a vitória militar, mas também a punir e a humilhar o inimigo. O que acontece agora, quando as mulheres foram admitidas como profissionais nas Forças Armadas de um grande número de países? O caso de Itália – o único país da NATO, em conjunto com a Alemanha, que ainda não concretizou a integração das mulheres nas Forças Armadas – foi testado, tendo em vista analisar as atitudes dos membros duma sociedade exclusivamente masculina, como é a Instituição Militar italiana, nas vésperas do ingresso, já decidido, das mulheres.

A análise qualitativa e quantitativa efectuada aos militares italianos, permitiu construir uma classificação com seis tipos que abrange oficiais, sargentos e soldados, sendo estes conscritos e profissionais: o misógino, o cavalheiro, o antimilitarista, o machista, o carente e o integracionista. De acordo com as variáveis envolvidas, a aceitação das mulheres pelos militares mostra-se positivamente influenciada pela idade, pela patente e pelo estatuto profissional, isto é, os mais velhos, os oficiais e os quadros profissionais declaram-se em geral mais favoráveis do que os jovens, os soldados e os conscritos, à hipótese de virem a ter colegas mulheres.

A Mulher e as Forças Armadas Portuguesas, José Hermínio Estevão Alves, pp. 71-80

A plena aceitação da mulher nas Forças Armadas nos tempos que correm, constitui o corolário de uma longa luta iniciada no século passado em defesa da igualdade de tratamento e de oportunidades entre os membros dos dois sexos.

Hoje em dia, na maioria das Forças Armadas a presença da mulher nas fileiras é um dado inquestionável. No entanto, no início do milénio que se aproxima, uma questão entre outras, se levanta quanto à presença da mulher nas fileiras: que quantitativo? Embora na maioria das Forças Armadas não esteja fixado um limite, é certo que a percentagem relativa ao quantitativo de mulheres nas fileiras oscila, presentemente, entre 5 e os quase 20%. Num novo século que irá, por certo, ser marcado pelo elevado índice tecnológico das armas e pelo aumento substancial da sobrevivência do combatente – as opiniões públicas assim o exigem – tentar estabelecer ou admitir um limite para a presença da mulher nas fileiras poderá constituir-se num facto irrelevante.

Mulheres Militares em Portugal (1992-1998) – Políticas, Processos e Protagonistas, Helena Carreiras, pp. 81-111

Passados quase dez anos sobre o início da incorporação militar feminina em Portugal, propõe-se neste artigo uma análise do desenvolvimento do processo em torno dos contextos político-institucionais que foram configurando a presença de mulheres nas Forças Armadas. Começa por

rever-se os factores que estiveram na origem desta decisão, bem como o conjunto de reacções e posicionamentos inicialmente assumidos por diversos sectores da sociedade portuguesa, para de seguida se passar a uma análise das políticas adoptadas no seio da instituição militar relativamente aos novos membros. Neste âmbito, apresentam-se dados relativos à evolução do contingente feminino bem como outros indicadores sobre a situação e localização institucional das mulheres militares. Finalmente, com referência ao conhecimento da experiência de outros países, são equacionadas algumas das questões e problemas que se apresentam como determinantes para o futuro.

Homens e Mulheres em Armas – Duas Dinâmicas de Identidade?, Maria Paula Lopes Castelão, 113-134

Este artigo analisa uma situação de mudança institucional induzida pela entrada de mulheres numa instituição tradicionalmente masculina – a Academia Militar do Exército.

Com base em resultados de pesquisas no âmbito da identidade social tentámos perceber até que ponto as representações e estratégias de identidade utilizadas pelos cadetes masculinos e femininos são marcadas por relações assimétricas e quais as suas implicações no processo de adaptação à instituição militar.

Os resultados evidenciam uma dinâmica conflitual a acompanhar a construção da identidade das cadetes mulheres bem como maiores dificuldades de adaptação.

Mas, se a entrada na Academia é acompanhada por um processo de desvalorização da identidade, no caso das raparigas, também incita à aprendizagem de novas formas de estar nesta instituição, que nos permitem questionar o papel das “minorias” nos processos de mudança social.

Da Massificação (do Quantitativo) à Precisão (ao Qualitativo): A Relação entre a Economia e a Estratégia no Século XX, António Paulo David da Silva Duarte, pp. 137-160

O presente artigo procura analisar as influências das estruturas económicas na estratégia e na guerra durante o século XX. Considera-se que a

duas grandes estruturas económicas correspondem duas estruturas estratégicas: um primeiro complexo económico-estratégico assente na massificação e na estandardização, que abarca a primeira metade do século XX, e as duas Guerras Mundiais; um segundo complexo económico-estratégico, fundado na revolução das comunicações globais e na informática, na informação e na precisão dos sistemas de armas.



Mulheres
nas Forças Armadas

Funções Militares das Mulheres numa Perspectiva Comparada Passado, Presente e Futuro

*Mady Wechsler Segal**

Professora de Sociologia

*Investigadora Associada de Estudos sobre as Mulheres no Center for International and Security
Studies da Universidade de Maryland, College Park, USA*

* Presentemente, a autora desenvolve pesquisas sobre problemas familiares de soldados em missões de *peacekeeping* e sobre papeis militares das mulheres no Reino Unido.

Mady Wechsler Segal, *Gender and Society*, vol. 9, n.º 6, Dec. 1995, pp. 757-775.

© 1995 by Sociologists for Women in Society.

Tradução reeditada com autorização de Sage Publications Inc.

As forças armadas têm sido tradicionalmente consideradas como uma instituição masculina. Poderá ser mesmo considerada a mais masculina de todas as instituições sociais. Para que as mulheres participem na vida militar, as forças armadas têm de ser encaradas (pelos decisores políticos e pela população) como uma instituição transformada para se tornar mais compatível com o modo de ser das mulheres (ou com o modo como são vistas), ou então as mulheres têm de ser encaradas como susceptíveis de mudança que potencialmente as torne mais aptas para o serviço militar. Alternativamente, a complexidade da situação exige uma resposta drástica e pouco comum.

Estas percepções são socialmente construídas. O discurso sobre estas questões, em particular a ênfase dada a determinados debates sobre as funções militares das mulheres, não assenta numa realidade objectiva, mas sim em valores culturais. Quando as circunstâncias se alteram, os efeitos dos dados históricos sobre as funções militares das mulheres são minimizados pela influência das *definições e redefinições culturais* das suas funções.

Nas duas últimas décadas ocorreram muitas mudanças. Durante este período verificou-se uma proliferação da “atenção” relativamente à presente e passada participação militar das mulheres e uma onda de trabalho académico sobre mulheres militares em diversas disciplinas, incluindo trabalhos sobre outras nações e épocas históricas diferentes. Chegou o momento de ser construída uma teoria sistemática.

Este artigo apresenta uma teoria das variáveis que influenciam o grau e natureza da participação das mulheres nas forças armadas ao longo da história e em diferentes países. O seu objectivo é construir, sobre uma base empírica, uma teoria sistemática sobre as condições em que as funções militares das mulheres aumentam e as condições sob as quais a sua participação nas forças armadas diminui. Estudos subsequentes poderão então testar e alargar as propostas apresentadas neste artigo.

Um vasto número de factores estão envolvidos na determinação da natureza e extensão da participação militar das mulheres. Para efeitos de organização e simplificação, a teoria divide as variáveis explicativas em três categorias: Militar, Estrutura Social e Cultura (Ver Figura 1).

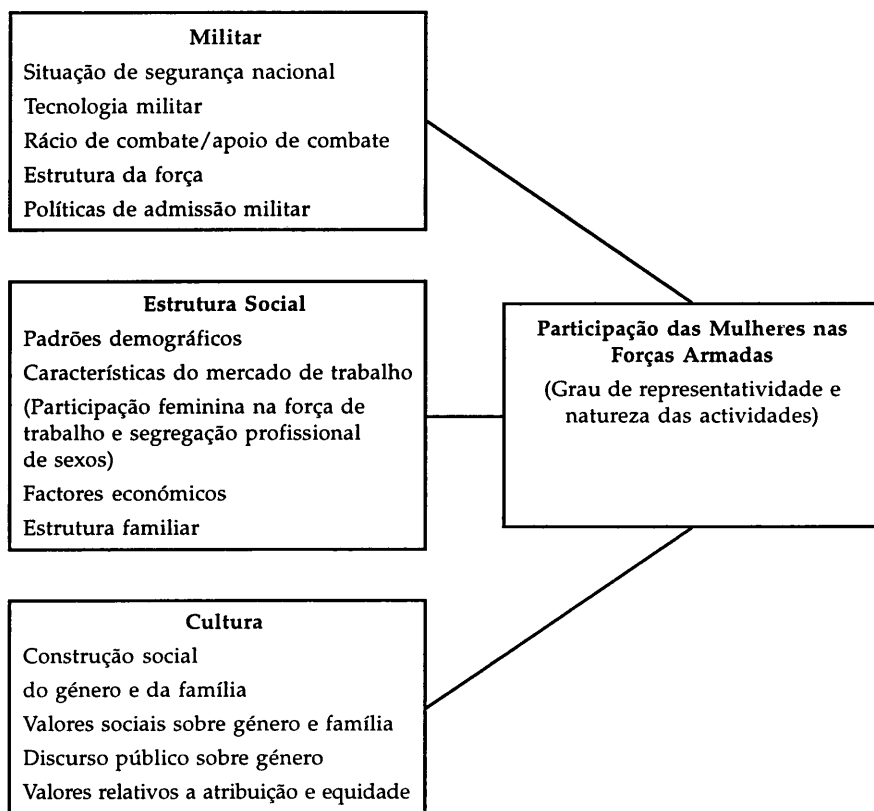


Figura 1 – Teoria dos factores que influenciam a participação militar das mulheres

A dimensão Militar inclui as características relativas à situação de segurança da nação e os aspectos da organização e da actividade militares que têm influência sobre as funções das mulheres. A categoria Estrutura Social inclui aspectos relativos aos papéis civis das mulheres e variáveis socio-estruturais mais genéricas de carácter civil que afectam as funções das mulheres. As dimensões da Cultura dizem respeito à construção social de funções associadas ao género e à família; as razões para incluir a família serão posteriormente discutidas. (Nem todas as relações causais entre as variáveis são demonstradas na Fig. 1. Por exemplo, os três conjuntos de variáveis independentes estão geralmente interrelacionados: aspectos da

estrutura social influenciam as forças armadas, tal como padrões demográficos afectam as políticas de admissão militar. Existem igualmente fortes relações recíprocas entre estrutura social e cultura).

Este artigo procura avaliar a relação entre cada variável e a participação militar das mulheres. Sempre que algumas variáveis tiverem valores que indiquem elevados níveis de participação de mulheres militares e outras variáveis tiverem valores que apontem para níveis mais baixos, procurarei avaliar quais terão consequências maiores. Historicamente verificou-se uma bifurcação comum entre as necessidades de indivíduos (independentemente do género) por parte das forças armadas e os valores culturais que limitam os papéis das mulheres. Sempre que estes dois conjuntos de variáveis entram em conflito, acontecem coisas interessantes que são, muitas vezes, difíceis de prever e compreender. É possível que a especificação dos valores de *todas* as variáveis simultaneamente relevantes, ajudem à nossa compreensão, assim como às nossas previsões futuras. De um modo geral, tudo indica que as necessidades de pessoal militar parecem ser o factor mais importante no envolvimento das mulheres na vida militar, do mesmo modo que os valores culturais que promovem a igualdade de género contribuem para a permanência das mulheres quando o país não está sob ameaça.

AS VARIÁVEIS MILITARES

Situação da Segurança Nacional

A segurança da sociedade tem uma importância decisiva na determinação das funções militares das mulheres. Trata-se de uma relação complexa. Sempre que há um défice de homens qualificados, especialmente em épocas de emergência nacional, a maior parte dos países aumenta (e continuará a aumentar) as funções militares das mulheres. Em determinadas condições, as mulheres têm participado em combate; contudo, com maior frequência são as funções militares não-combatentes que aumentam. Muitos países recrutam obrigatoriamente homens e poucos são aqueles que exigem que as mulheres prestem serviço nas forças armadas. Além disso, quando se procede ao recrutamento de mulheres, as respectivas condições de obrigatoriedade, diferem frequentemente das dos homens. No passado, as mulheres foram compulsivamente recrutadas

durante os períodos de guerra, e é provável que o venham novamente a ser no futuro. Existem exemplos de recrutamento obrigatório durante a Segunda Guerra Mundial (incluindo o verdadeiro recrutamento obrigatório e as leis que o permitiam) em França, Grécia, Noruega, Alemanha e Reino Unido (Goldman 1982; Stanley e Segal 1988; Treadwell 1954). Se a guerra na Europa não tivesse terminado, as enfermeiras civis teriam sido recrutadas nos Estados Unidos (Holm 1992; Treadwell 1954).

Durante a Segunda Guerra Mundial as situações de recrutamento obrigatório e de serviço militar na Alemanha e no Reino Unido, são exemplos interessantes da construção social das funções militares das mulheres. A Alemanha efectuou o recrutamento obrigatório de mulheres para cargos rotulados como civis. Apesar de muitas mulheres usarem uniforme, estarem sob a autoridade militar e desempenharem funções consideradas militares noutros países, elas eram designadas como civis (Tuten 1982). No Reino Unido, as mulheres apresentaram-se de forma voluntária ao alistamento e foram incorporadas indistintamente no serviço civil e militar (Goldman e Stites 1982; Treadwell 1954). Mesmo as mulheres fardadas eram definidas como não-combatentes. A distinção entre combatente e não-combatente tinha a ver com o uso efectivo das armas. As mulheres desempenhavam todo o tipo de tarefas relacionadas com o disparo de armas antiaéreas, excepto o próprio disparo da arma: manipulavam munições e até carregavam armas mas, para continuarem a ser consideradas não-combatentes, não lhes era permitido disparar as armas que tinham carregado. (Tinham de chamar um homem para o fazer!) (Campbell 1993).

Os diferentes países têm aumentado significativamente a participação das mulheres na vida militar durante os períodos de guerra (tanto em termos de efectivos como de funções), quer as tenham recrutado obrigatoriamente ou não. Nos Estados Unidos, um grande número de mulheres prestou serviço militar durante a Segunda Guerra Mundial e, na realidade, fizeram-no em todas as especialidades, excepto em combate directo. As mulheres eram empregues na confecção de pára-quadras, como mecânicas de aviões e instrutoras de artilharia. Não obstante concentrarem-se num número limitado de funções, a necessidade imposta pelo tempo de guerra abriu-lhes as portas a outros trabalhos (por exemplo, Binkin e Bach 1977; Holm 1992; Treadwell 1954). Durante a guerra, a necessidade de pessoal é um factor que contribui para a expansão das funções militares das mulheres, mas também o são os seus próprios

desejos de contribuir e as pressões no sentido de legitimar o esforço de guerra através de representação social.

Um padrão comum é o envolvimento activo das mulheres em movimentos revolucionários. As mulheres têm participado em operações de grupos de resistência armada e de guerrilha, inclusive na qualidade de combatentes, em países como, por exemplo, Argélia, China, Nicarágua, Rodésia, Rússia, Vietname, Jugoslávia e na Guerra Revolucionária dos Estados Unidos. Porém, após as guerrilhas terem derrubado o governo e terem formado um novo governo com forças armadas organizadas de forma mais convencional, as mulheres voltaram a desempenhar papéis sociais mais tradicionais e abandonaram a vida militar, voluntariamente ou não. (Cherpak 1993; De Pauw 1981; Enloe 1980; Goldman 1982; Isaksson 1988; Randall 1981, 1994; Segal, Li e Segal 1992; Seitz, Lobao e Treadway 1993; Stanley e Segal 1992).

Do mesmo modo, no fim da Segunda Guerra Mundial assistiu-se ao regresso das restrições às funções militares das mulheres. Nos Estados Unidos, leis aprovadas em 1948 impuseram restrições às mulheres militares que, durante mais de 40 anos, limitaram as suas oportunidades. Em alturas em que as mulheres deixam de ser necessárias, a sua actividade militar fica reduzida. As mulheres constituem uma mão-de-obra activa de reserva, tanto a nível civil como militar (Campbell 1984; Enloe 1980; Gluck 1987).

Os papéis militares desempenhados pelas mulheres são socialmente construídos: políticas públicas, normas e comportamento das mulheres são moldados, pelo menos em parte, pelo discurso público. O que tem acontecido no passado em muitos países é que, sempre que as forças armadas precisam de mulheres, evoca-se a sua história militar anterior para demonstrar que estas conseguem desempenhar tarefas com eficácia em diversos cargos. Existe, no entanto, um processo de amnésia cultural relativo ao contributo das mulheres em situações de emergência. No rescaldo da guerra, as actividades militares das mulheres são recordadas como pouco importantes (ou mesmo inexistentes), permitindo à cultura manter o mito de "homens em armas e mulheres em casa" (Cooke 1993, 178). Sempre que surge uma nova emergência, redescobre-se a História. Em que medida é que o nível de ameaça militar afecta a participação militar das mulheres? O efeito parece ser curvilíneo (e interagir com os efeitos dos valores sociais sobre o género). *No auge de uma ameaça à sociedade, as funções militares das mulheres parecem aumentar. Se a própria*

existência da sociedade estiver ameaçada, muitas mulheres são envolvidas em operações militares, até como combatentes. Alguns dos casos históricos de mulheres que se disfarçam de homens para serem soldados, parecem também ocorrer em circunstâncias de alto risco ou, pelo menos, de imersão de uma sociedade em guerra (por exemplo, De Pauw 1981). Existem alturas em que o envolvimento das mulheres na vida militar pode parecer um prolongamento do seu papel de mães que protegem os seus filhos. Exemplo disto pode ser o caso de mulheres recrutadas entre as classes pobres, para actividades de grupos de resistência armada, especialmente durante os tempos de grande opressão (Chinchilla 1990; Li 1993, 1995; Randall 1981). Tal pode mesmo acontecer quando os valores culturais defendem papéis tradicionais e restritos para as mulheres. (Neste caso, a construção social pode ser semelhante às definições de actividades de movimentos sociais de mulheres em determinados países relativamente a papéis familiares tradicionais, por exemplo Chinchilla 1990; Safa 1990).

Em sociedades com baixo nível de ameaça à segurança nacional, mas com valores culturais que promovem a igualdade dos sexos, a participação das mulheres na vida militar também aumenta. Exemplos contemporâneos incluem o Canadá e a Suécia. Estes países permitem que as mulheres se inscrevam voluntariamente para funções de combate (Segal e Segal 1989; Stanley e Segal 1992; Törnquist 1982). É possível que a baixa probabilidade destes países enfrentarem uma guerra no seu próprio território lhes permita eliminar quaisquer distinções de sexo em relação ao serviço militar.

Os efeitos da situação de segurança parecem envolver o grau em que a participação na vida militar colocaria as mulheres numa situação de maior risco do que como civis. Sob determinadas condições, quanto maior for a diferença, menor será a probabilidade de a sociedade as colocar em posições militares que aumentem o perigo (como, por exemplo, o de serem feitas prisioneiras). Com isto não se pretende dizer que as mulheres estão protegidas, uma vez que prestam efectivamente serviço em cargos e locais militares de risco. A vida das mulheres é posta em perigo se a sociedade for ameaçada, mas parece haver resistência em arriscar um elevado número de baixas, a menos que se esteja perante uma grave ameaça. As chefias podem destacar mulheres para unidades de combate como símbolos de unidade nacional, desde que não esteja em causa uma guerra efectiva. Em caso de guerra, são poucas as mulheres que poderão

ser realmente enviadas para combate, sob pena de uma reacção pública negativa (Enloe 1980).

Gostaria de adiantar como hipótese que o grau da participação das mulheres em funções de combate será minimizado quando a ameaça for média. Uma ameaça média pode ser definida como uma situação em que a sociedade não é ameaçada com uma extinção eminente ou invasão por forças militares superiores, mas em que há uma probabilidade moderada ou elevada de acção militar dentro do seu território num futuro próximo. Esta descrição aplica-se bem ao caso de Israel.

A natureza das missões militares determina igualmente o grau de participação das mulheres. *Quanto maior for a importância relativa de combate efectivo (especialmente combate no terreno), menor será a participação das mulheres.* É provável que a participação das mulheres seja maior quando as forças militares estão envolvidas em operações de manutenção da paz ou em actividades de assistência em situações de desastre, assim como em operações que se assemelham a funções de policiamento interno (tais como, interdição de drogas e controlo de distúrbios civis). Pode também esperar-se que as mulheres se envolvam cada vez mais na aviação militar – inclusive no combate aéreo, conforme ficou demonstrado pela criação, em vários países, de lugares de piloto-combatente destinados a mulheres (como, por exemplo, no Canadá, Países Baixos, Reino Unido e, mais recentemente, nos Estados Unidos). (Dandeker e Segal 1994; Dorn 1994; Segal e Segal 1989; Stanley e Segal 1988).

Tecnologia Militar

Mudanças tecnológicas de vária ordem deram lugar a uma maior participação das mulheres nas forças armadas durante o século passado. Alguns progressos deram directamente origem a alterações nas características individuais necessárias para se ser combatente, enquanto outros conduziram indirectamente a mudanças nas funções militares das mulheres, alterando quer a forma como as operações militares são organizadas quer as funções sociais das mulheres, ou ambos.

Alguns progressos tecnológicos levaram à substituição da força física do soldado pelas suas capacidades intelectuais. Uma vez que, em média, os homens têm maior força na parte superior do corpo do que as mulheres, é mais provável que tarefas que requerem níveis elevados

deste tipo de força sejam desempenhadas por homens. As armas de destruição (e de protecção) já não exigem essa força. Entre as mudanças que conduziram a uma capacidade acrescida para as mulheres participarem nas forças armadas, incluindo em combate, conta-se a miniaturização das armas, o desenvolvimento do poder aéreo e a tecnologia nuclear. (Binkin 1986).

A industrialização deu origem a uma revolução na condução da guerra, assim como a uma alteração fundamental da sociedade civil em vários aspectos, incluindo os que têm importância para as funções militares das mulheres. A industrialização trouxe consigo mudanças nos papéis sociais das mulheres. O movimento do trabalho fora de casa teve efeitos importantes e de longa duração. As mulheres contribuíram desde sempre para a produção económica, mas a sociedade pré-industrial concentrou essa produção num trabalho sediado em casa. A industrialização inicial deu origem a uma procura de trabalho em fábricas e abriu caminho para que mulheres jovens deixassem as suas casas à procura de emprego, mas o movimento do trabalho fora de casa também tornou mais difícil o emprego para mães de crianças pequenas.

A tecnologia permitiu igualmente às mulheres o controlo da reprodução, o que abrange tanto contraceptivos como uma baixa mortalidade infantil. As mulheres passaram a poder ter menos filhos e, por sua vez, estes passaram a sobreviver mais na idade adulta. As mulheres podem gastar menos do seu tempo em tarefas de assistência às crianças. Estas evoluções contribuíram para que as mulheres possam desempenhar funções militares.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a mobilização dos homens para todos os ramos das forças armadas exigiu que as mulheres os substituíssem nas fábricas (por exemplo, Campbell 1984; Gluck 1987). Na sociedade pós-industrial, o número de empregos em fábricas diminuiu drasticamente e a guerra passou a ser travada sem necessidade de substituir os trabalhadores industriais. Tal permite que as mulheres participem em trabalhos militares efectivos, em vez de substituírem os homens na actividade económica.

Com o andar do tempo, a tarefa militar tem-se tornado cada vez mais especializada, cabendo a cada indivíduo o desempenho de um âmbito relativamente restrito de tarefas, com ênfase especial na competência técnica e não na força física e na bravura. (Binkin 1986; Wool 1968). Muitas funções passaram também a ser semelhantes às civis (Moskos 1988). Estas

duas tendências aumentaram a possibilidade das mulheres fazerem parte da vida militar.

Não é provável que o impacto dos desenvolvimentos tecnológicos actuais e futuros na participação das mulheres nas forças armadas apresente uma relação linear. Muitas funções militares exigem que os indivíduos tenham determinadas capacidades e competências técnicas. Na medida em os homens e as mulheres diferem (em média) nestes aspectos, haverá uma diferenciação entre sexos na incumbência de tarefas. Por exemplo, se actualmente as raparigas ficam atrás dos rapazes na sua capacidade de lidar com equipamentos electrónicos e computadores (assim como no seu interesse para o fazer), as tarefas militares que exigem essas características continuarão, por conseguinte, a ser preenchidas mais por homens do que por mulheres num futuro próximo. Mesmo nos Estados Unidos, com tendências relativamente igualitárias, existem diferenças na proporção de jovens de um e de outro sexo que podem alcançar as qualificações cognitivas para determinados trabalhos militares (com diferenças dependentes das competências exigidas) (Eitelberg 1988; Eitelberg et al. 1984). A maior alteração que a industrialização trouxe às forças armadas teve porventura a ver com os efeitos tecnológicos. Examinemos então a variável rácio de combate/apoio de combate.

Rácio de combate/apoio de combate

O envolvimento das mulheres em operações militares é influenciado de forma negativa pela proporção de funções de combate. Isto deve-se ao facto do combate ser encarado (e tem-no sido basicamente) como uma actividade masculina. Mesmo nas circunstâncias em que as mulheres são excluídas de lugares de combate directamente ofensivos, as suas funções militares aumentarão na medida em que aumentarem o número e a proporção de pessoal com funções principais de apoio.

A proporção do pessoal militar em funções de apoio aumentou drasticamente ao longo do tempo. Goldich (1989) mostra que a maior alteração ocorreu nos Estados Unidos, entre a Guerra Civil em 1860 e as guerras subsequentes. Enquanto 93% do pessoal do Exército, durante a Guerra Civil, serviu com as suas capacidades individuais de combate, este número diminuiu para 34% na Primeira Guerra Mundial e para 22% durante a Guerra do Vietname. Entre 1974 e 1988, a percentagem de

pessoal do Exército dos Estados Unidos nas categorias de combate aumentou de 53% para 62% nas forças do activo, mas diminuiu de 88% para 84% nas forças de reserva. (A proporção de pessoal de apoio aumenta em tempo de guerra). Especificar os factores que a longo prazo determinam o aumento de pessoal de apoio, ajuda-nos a prever alterações no futuro (e em diferentes países).

Os desenvolvimentos tecnológicos na condução da guerra são responsáveis pelo reforço da tendência no sentido de uma proporção mais elevada de pessoal de apoio. O empenhamento de forças em território estrangeiro constitui um factor adicional. Na medida em que as forças armadas são empenhadas em acções no seu próprio território e contam com o apoio da população civil, elas poderão utilizar infra-estruturas civis para funções de apoio. Ao contrário, no caso de envolvimento militares fora do país de origem, as forças militares têm de se organizar com pessoal de apoio. A probabilidade dessa organização aumenta a necessidade de manter essas pessoas fardadas e sujeitas a autoridade militar. As operações de manutenção da paz (incluindo as multinacionais), que estão a aumentar em número, exigem essa organização de pessoal de apoio. Goldich (1989) argumenta igualmente que os Estados Unidos terão sempre de dispor de pessoal de apoio para manter o elevado padrão de vida do pessoal militar, que é visto como legítimo pelo povo americano, ou seja, a população nunca aceitaria que as suas tropas vivessem com maiores dificuldades do que as necessárias.

Os impactos do rácio de combate/apoio de combate sobre as funções militares das mulheres são influenciados pelos cargos militares abertos às mulheres e cargos que estas efectivamente ocupam. Nas condições em que as mulheres se limitam a desempenhar funções de apoio (como tem acontecido em muitos países), vamos continuar a assistir a percentagens mais elevadas de pessoal de apoio que dão origem a um maior número de mulheres fardadas. Nos países em que as mulheres desempenham funções de combate, esta variável será menos importante mas, num futuro próximo, terá influência sobre a representação das mulheres dado que é mais provável que elas continuem em lugares de apoio do que em lugares de combate. Nos últimos 10 anos, foram abertos alguns lugares de combate destinados às mulheres em vários países tais como a Bélgica, Canadá, Dinamarca, Holanda, Noruega, Reino Unido e Estados Unidos. (Dandeker e Segal 1994; Dorn 1994; Pinch 1991; Segal e Segal 1989; Stanley e Segal 1988; Stanley e Segal 1992).

Estrutura de forças

São vários os aspectos da estrutura da força militar que afectam a participação das mulheres. Alguns relacionam-se com o rácio de combate/ /apoio de combate. *Na medida em que as funções de apoio se concentram nas forças de reserva, em comparação com as forças no activo, as mulheres terão maior representação nas forças de reserva.* Quanto maior for a confiança nas forças de reserva para apoio ao esforço de guerra, tanto maior será a participação das mulheres nesse esforço. Hoje em dia, nos Estados Unidos, essa confiança é grande e resultou do facto das mulheres constituírem percentagens mais elevadas nas forças de reserva enviadas para o Golfo Pérsico do que nas forças no activo (Eitelberg 1991). No Canadá, onde até os lugares de combate no solo estão abertos às mulheres, estas constituem uma maior percentagem de pessoal de combate na reserva do que no activo (Pinch 1991).

A confiança nas forças de reserva pode, em determinadas culturas, fazer reduzir a participação das mulheres. O pessoal da reserva tem tendencialmente mais idade e, por conseguinte, é mais provável que tenha família. *Nas culturas em que as mães não são consideradas como mobilizáveis e as reservas constituem uma grande percentagem das forças militares, as mulheres estarão menos representadas em operações militares.* Esta situação é evidente em Israel, por exemplo, onde homens e mulheres são recrutados obrigatoriamente, mas apenas os primeiros têm obrigações na reserva durante um extenso período e, muitas vezes, prestam serviço activo praticamente toda a sua vida adulta. Não obstante as mulheres serem compulsivamente recrutadas, as suas obrigações no serviço activo e na reserva são mais curtas do que as dos homens e terminam quando têm filhos (Bloom 1982, Gal 1986).

Políticas de admissão militar

No início da *All Volunteer Force* (AVF) nos Estados Unidos em 1973, havia falta de homens qualificados. Em 1972, o Congresso aprovou a Equal Rights Amendment e havia uma expectativa confiante de que esta seria ratificada pelos estados. O efeito conjunto destas duas ocorrências seria o de abrir a oportunidade às mulheres para funções especializadas, das quais tinham sido anteriormente excluídas, ao mesmo tempo que aumen-

taria o número de mulheres recrutadas para as forças armadas. Isto sugere que *a participação das mulheres no serviço militar tem tendência a aumentar em sistemas de admissão voluntária* (assim como em situações em que as alterações sociais vão no sentido de uma maior igualdade entre géneros).

De um modo geral, as nações modernas que dispõem de sistemas de recrutamento voluntário de pessoal militar (nomeadamente o Canadá, o Reino Unido e os Estados Unidos) têm vindo a aumentar o papel militar das mulheres mais rapidamente do que as que mantêm recrutamento obrigatório. Os padrões demográficos também desempenham aqui um papel decisivo, quando combinados com uma adesão voluntária (como a seguir se abordará neste artigo). Israel recruta obrigatoriamente tanto homens como mulheres, mas impõe fortes restrições a cargos militares ocupados por mulheres. Contrariamente à crença generalizada, as mulheres em Israel não têm autorização para participar em combate (Bloom 1982; Gal 1986).

Os países que contemplam a transição do recrutamento obrigatório para um sistema de voluntariado, podem incluir planos para aumentar a participação militar das mulheres. A desregulamentação do recrutamento obrigatório é por vezes acompanhada de um maior número de funções destinadas às mulheres. Ambos estes processos ocorreram em França nos anos 70 e 80, antes do final da Guerra Fria ter reduzido a necessidade de pessoal militar (Boulège 1991; Martin 1982). Por vezes, a política de admissão é modificada sem que os decisores políticos prevejam a confiança acrescida nas mulheres que a alteração requer, tal como aconteceu nos Estados Unidos com a Comissão Gates que concebeu a AVF (Comissão do Presidente para a *All Volunteer Force* de 1970).

Independentemente do método de admissão de pessoal, o factor determinante para explicar o número de mulheres admitidas nas forças armadas depende de o número de homens corresponder ou não ao necessário para cumprimento das missões militares. Se a necessidade de efectivos for superior à mão de obra masculina disponível, maior será o número de mulheres. O tipo de funções militares que as mulheres desempenham é também determinado por esta variável, embora estas funções sejam mais influenciadas por outras variáveis, tais como valores culturais.

ESTRUTURA SOCIAL

Padrões demográficos

Os padrões demográficos moldam as funções das mulheres de diversas formas. As mulheres têm servido como reserva de mão de obra, tanto a nível civil como militar, especialmente nas sociedades industriais do século vinte (Campbell 1984; Gluck 1987; Kessler-Harris 1982). *Sempre que a disponibilidade de homens não preencha as necessidades de mão de obra militar, as mulheres são chamadas ao serviço.* Quando a redução de nascimentos afecta a idade do recrutamento militar, a não ser que haja um decréscimo concomitante de necessidade de pessoal militar, as oportunidades para as mulheres nas forças armadas parecem aumentar. Este impacto tem sido evidente na maior parte dos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte nos últimos 20 anos, incluindo os Estados Unidos na década de 70 (Segal e Segal 1983) e o Reino Unido nos anos 80 e no início dos anos 90 (Dandecker e Segal 1994).

Nos primeiros anos da AVF nos Estados Unidos, o Exército teve de enfrentar défices nos alistamentos. Nos finais dos anos 60 e durante os anos 70, o decréscimo de natalidade levou os decisores políticos a prever problemas adicionais de recrutamento. Em vez de continuar a baixar os padrões para recrutas masculinos ao mesmo tempo que se rejeitavam mulheres altamente qualificadas, o Exército aumentou o número de mulheres recrutadas.

Características da população activa

Várias características da população activa determinam as funções militares das mulheres. *Quanto maior for a percentagem de mulheres na população activa, maior será a sua representação nas forças armadas.* Na medida em que a percentagem de mulheres empregadas tem aumentado em muitos países, a sua representação nas forças armadas tem igualmente aumentado. Isto acontece, em parte, porque os mesmos factores afectam ambas as actividades (tal como um défice de trabalho masculino) e, por outro lado, porque o maior envolvimento das mulheres nos locais de trabalho implica mudanças estruturais e culturais na sociedade que fazem com que o serviço militar seja mais compatível com os papéis das mulheres,

tornando assim a sua exclusão menos justificável. Estas mudanças têm sido evidentes nos países escandinavos e nos Estados Unidos nos últimos 20 anos (por exemplo Stanley e Segal 1988; Nações Unidas 1991). A participação da mão-de-obra feminina em França tem também estado a aumentar, assim como os movimentos para alargar a sua representação nas forças armadas (Boulègne 1991; Hantrais 1990; Martin 1982). A percentagem de mulheres na população activa no Reino Unido tem sido relativamente baixa e os seus cargos militares têm sido limitados; actualmente ambos estão a aumentar (Dandecker e Segal 1994).

O grau de segregação sexual na estrutura de profissões civis também afecta a participação militar das mulheres, embora essa relação não seja linear. Sempre que a segregação de sexos é muito elevada, as forças armadas têm de se apoiar nas mulheres para desempenhar funções militares que são predominantemente ocupadas por mulheres em empregos civis. Esta é a razão por que os Estados Unidos recrutaram operadoras de telefone civis durante a Primeira Guerra Mundial (Holm 1992; Schneider e Schneider 1991). A enfermagem é outro trabalho rotulado como tipicamente feminino, o que tem levado os militares em muitos países a permitir que as mulheres prestem este serviço; com efeito, a enfermagem tem frequentemente sido o primeiro trabalho militar que se abre às mulheres em número elevado. De um modo geral, a segregação sexual no mercado de trabalho civil está negativamente relacionada com a participação militar das mulheres. Uma estrutura profissional mais integradora ao nível do género é reveladora de maior igualdade de sexos na cultura, o que conduz por sua vez a uma maior aceitação das mulheres em funções militares. Além disso, se as ocupações civis das mulheres forem semelhantes às dos homens, então é mais admissível que as mulheres tenham a competência adequada para o desempenho de tarefas militares.

Factores económicos

O estado da economia civil tem influência sobre o emprego civil e militar das mulheres. Em períodos de expansão económica, as mulheres são chamadas para o trabalho; em economias de recessão, as mulheres têm tendência a abandonar a força de trabalho. *Taxas elevadas de desemprego (especialmente entre jovens do sexo masculino) estão associadas a um contingente de homens para servir de imediato as forças armadas e a oportunidades*

relativamente baixas para as mulheres nas forças armadas. Períodos de baixo desemprego masculino, especialmente no caso de sistemas militares voluntários, leva por vezes a um aumento das funções militares para as mulheres (e mulheres mais motivadas para aderir ao serviço militar, especialmente se estiverem em desvantagem relativa na economia civil). Nos Estados Unidos, o principal aumento na representação das mulheres nas forças armadas deu-se nos finais dos anos 70, quando diminuiu o desemprego. Na altura em que aumentou o desemprego, nos inícios dos anos 80, a expansão parou (Segal e Segal 1983).

Estrutura familiar

Os papéis familiares precisam de ser considerados por duas razões. Em primeiro lugar, verifica-se uma forte tendência na maior parte das culturas para que o papel das mulheres esteja intrinsecamente ligado aos valores e normas da família. Em segundo lugar, a natureza da actividade militar é socialmente apercebida em muitas culturas como estando negativamente relacionada com as funções familiares (M. Segal 1986, 1989). Existem diversas variáveis estruturais da família que influenciam as funções militares das mulheres. De um modo geral, *quanto maiores forem as responsabilidades da família para a mulher comum, menor será a representação da mulher nas forças armadas.* A participação das mulheres nas forças armadas está sobretudo associada a um primeiro casamento tardio, a uma idade tardia do nascimento do primeiro filho e a menos filhos. A idade média do início das responsabilidades familiares é ainda mais importante para as funções militares das mulheres do que para o emprego civil, devido à ênfase sempre dada à juventude para integração na vida militar. Nos países em que se tem verificado um atraso na constituição de família, tem-se igualmente verificado um aumento na representação das mulheres nas forças armadas; exemplos disto são o Canadá e os Estados Unidos nos anos 70 e 80 (Stanley e Segal 1988).

Na medida em que as forças armadas são cada vez mais compostas por pessoal de carreira com maior idade, outras variáveis familiares, tal como o número de filhos, tornam-se mais importantes na retenção de pessoal militar feminino (Segal e Harris 1993). (Políticas, tais como a autorização de licença de maternidade aos pais têm também influência na retenção de pessoal com filhos).

CULTURA

Construção social do género e valores sociais sobre o género

O significado de género é socialmente construído. O grau em que certos papéis são encarados como sendo adequados a cada género, é socialmente determinado (Lorber 1993). Uma divisão do trabalho baseada no sexo pode ter sido funcional para a sociedade em tempos idos, mas hoje em dia não é manifestamente esse o caso (por exemplo, Marwell 1975). Na medida em que características individuais, em relação às quais existem grandes diferenças médias por género, são importantes para a organização de actividades, uma divisão do trabalho baseada em sexos pode ser funcional. A tecnologia reduziu a importância de dois tipos de características de base física, nomeadamente a força física e a reprodução.

O que é importante para este artigo é a forma como a cultura lida com as diferenças de género. Uma cultura pode exagerar ou minimizar a importância das diferenças de sexo (em características físicas ou psicológicas) e, assim, justificar ou rejeitar uma divisão das funções sociais com base no sexo. Não nos preocupamos com o que é “correcto”, de um ponto de vista objectivo ou porventura evidencial, mas procuramos sobretudo olhar para o discurso sobre género, para a importância atribuída às diferenças de género e para as implicações nas funções das mulheres (incluindo nas forças armadas) que resultam da interpretação cultural de género. As culturas podem acentuar a igualdade entre géneros ou as diferenças entre eles, o que dá origem a efeitos significativos nas funções militares das mulheres. *Quanto maior for a ênfase nas atribuições por género (e, desse modo, menor a ênfase nas diferenças individuais), mais limitadas são as funções militares das mulheres.*

Cada sociedade pode passar por mudanças culturais em termos de papéis sexuais e essas mudanças nem sempre são lineares, mas são cíclicas. A relação de causalidade da ligação entre cultura e estrutura nem sempre é clara. Por vezes, a mudança cultural provoca uma mudança estrutural. Noutras alturas, as mudanças estruturais (tais como, mulheres ocuparem tarefas predominantemente masculinas) são motivadas por outros factores (tal como a guerra) e, nessa altura, a cultura modifica-se para justificar as mudanças estruturais (Anderson 1981; Campbell 1984; Kessler-Harris 1982). No momento em que a estrutura volta a mudar, a cultura pode também mudar (tal como acontece depois de uma guerra).

A análise dos cargos militares das mulheres beneficia de uma análise do processo da construção social do género; a análise da construção social das funções militares das mulheres contribui também para o nosso conhecimento sobre a construção social do género em geral. Por exemplo, podemos analisar o discurso público sobre as funções militares das mulheres para evidenciar as construções subjacentes em termos de género e as justificações das posições políticas (Segal e Hansen 1992). (Uma análise semelhante pode aplicar-se ao discurso público sobre a relação do serviço militar com outras características, tal como a orientação étnica ou sexual).

Existem alguns exemplos interessantes sobre a construção social das funções militares das mulheres, incluindo várias funções em que as mulheres desempenham tarefas consideradas militares que noutras sociedades são designadas tarefas civis. Como já se descreveu, algumas mulheres alemãs durante a Segunda Guerra Mundial usavam uniforme e prestavam serviço sob a autoridade militar, mas não eram consideradas militares. Um outro exemplo da Segunda Guerra Mundial é o das WASP (*Women's Airforce Service Pilots*) americanas. Estas mulheres pilotavam aviões militares, 38 delas morreram em serviço, porém, eram tratadas como civis. O Congresso concedeu-lhes benefícios militares de veteranos em 1977 (Holm 1992), o que constitui um exemplo de reconstrução do status social.

As contradições culturais e a ambivalência ideológica envolvidas na participação militar das mulheres podem ser observadas tanto nas reacções daqueles que defendem a manutenção dos valores patriarcais como nas reacções das feministas radicais (Chapkin 1981; Elshtain e Tobias 1990; Enloe 1980). Os que se situam em ambos os extremos do espectro ideológico sobre os papéis sexuais recusam-se a admitir que as mulheres prestem serviço nas forças armadas. Ter um elevado número de mulheres militares provoca uma resistência pública, porque desafia noções de masculinidade e feminilidade (Enloe 1993).

Quanto mais igualitários forem os valores sociais sobre género, tanto maior é a representação das mulheres nas forças armadas. Por outro lado, as culturas que defendem as divisões de trabalho tradicionais baseadas no género terão tendência para excluir as mulheres das forças armadas ou limitar consideravelmente as suas funções. Devido ao facto dos valores sociais nas sociedades passarem a ser mais igualitários, as funções militares das mulheres aumentam. A revolução da cidadania tem-se expandido a grupos sociais anteriormente privados de direitos. Durante este século,

muitos países concederam direitos civis às mulheres no sistema político e as culturas têm progressivamente apoiado a sua participação noutras instituições sociais (tal como na económica). Uma força impulsionadora no sentido de aumentar a representação das mulheres nas forças militares têm sido as leis que proíbem a discriminação sexual (que, por vezes, se aplica às forças armadas). Por exemplo, a Lei sobre Direitos Humanos do Canadá tem sido directamente responsável pela quebra de certas barreiras à participação plena das mulheres nas forças armadas (Park 1986; Segal e Segal 1989; Stanley e Segal 1988). A Comunidade Europeia está a passar por efeitos semelhantes de leis sobre discriminação sexual (Dandeker e Segal 1994).

Ainda não está completamente claro até onde irão os valores sociais para uma completa igualdade entre sexos. Dada a natureza tradicionalmente masculina da instituição militar, este é um dos últimos bastiões do domínio masculino e existem forças que se opõem à integração dos sexos. Segmentos importantes da sociedade permanecem mais tradicionais. Um argumento a favor das funções tradicionais dos sexos pode ser baseado no fundamentalismo ou conservadorismo religioso, com conceitos que colocam homens e mulheres em esferas separadas da vida (e as mulheres confinadas à família) (Hawley 1994). *Quanto maior for a percentagem de fundamentalistas religiosos num país, menor será a representação das mulheres nas forças armadas.*

Construção social da família e valores sociais sobre a família

A construção social da família precisa igualmente de ser analisada, porque as funções sociais das mulheres são influenciadas por tudo aquilo que se relaciona com a família. A principal função social histórica das mulheres tem sido associada à reprodução e à educação dos filhos. A forma como determinada cultura continua a atribuir às mulheres este papel primário, afecta as funções militares das mulheres. É frequente as culturas encararem a função maternal como oposta ao papel de soldado; dar à luz é visto como o oposto de tirar vida em tempo de guerra. Além disso, o facto de crianças pequenas dependerem durante muito tempo dos seus educadores (tradicionalmente as mães) impossibilita esses guardiões de participar em actividades que os afasta dos seus deveres ou que exigem a sua atenção ininterrupta (tal como a caça ou a guerra).

À medida que mudam as concepções sobre a família e as estruturas familiares, têm também mudado as expectativas sobre a dedicação das mulheres à família; a inclusão das mulheres em funções sociais mais vastas aumenta também nestas circunstâncias. Os valores sociais sobre a família em muitas sociedades têm apoiado estruturas de família diferentes das tradicionais. Quanto maior for a aceitação cultural de diversas estruturas familiares, menos se espera que cada um se enquadre num dado padrão e menos o sexo determina as funções sociais.

Quanto maior for o movimento que se afasta das formas familiares tradicionais, especialmente nas que se baseiam na família nuclear, maior será a representação das mulheres nas forças armadas. Isto não representa a extinção dos valores da família, mas sim uma transformação nas estruturas que apoiam esses valores. Com efeito, pode incluir-se aqui a licença de paternidade patrocinada pelo governo e/ou o apoio à criança pela comunidade, que permite aos pais envolverem-se nas respectivas sociedades sem negligenciarem os filhos. Famílias grandes de vários tipos são também mais compatíveis com o facto das mulheres prestarem serviço nas forças armadas (e emprego civil separado da família), do que são as famílias nucleares isoladas. Na medida em que as sociedades apoiam diversas formas de família, será mais provável que as mulheres participem na vida militar.

Outras questões culturais

Outras questões culturais e variáveis individuais são importantes em determinados contextos nacionais, tal como a religião em Israel e a língua no Canadá. A etnia tem desempenhado um papel muito importante na determinação da política social das forças armadas em certos países, muito especialmente na África do Sul (Cock 1994) e nos Estados Unidos (D. Segal 1989), e tudo indica que está a ser alvo de atenção no Reino Unido. Em certas alturas verificam-se fortes ligações entre a raça ou etnia e o género (Enloe 1980). Por exemplo, as mulheres adquiriram representação nas Forças de Defesa Sul Africanas brancas devido a objectivos políticos por parte da elite branca (Cock 1994). Nos Estados Unidos, são frequentemente feitas comparações entre a integração racial das forças armadas e a integração dos géneros. Contudo, há épocas históricas em que as mulheres brancas e os afro-americanos

constituíam fontes alternativas de trabalho militar, tal como aconteceu na altura em que as enfermeiras civis estiveram quase a ser recrutadas devido a um défice de enfermeiras militares, enquanto as enfermeiras de cor eram sujeitas a quotas e proibidas de tratar militares brancos (Hine 1989).

CONCLUSÕES E ALTERAÇÃO DA TEORIA NO FUTURO

A análise apresentada neste artigo é uma tentativa de construir uma teoria sistemática relativa às funções que as mulheres desempenham nas forças armadas. Enquanto esta análise se fundamenta nalguns casos empíricos, não há dúvida que outros casos exigirão uma alteração da teoria e posterior elaboração das condições sob as quais determinadas relações são válidas.

Uma questão importante diz respeito ao peso relativo das variáveis aqui tratadas. O que aconteceria se os diferentes factores não fossem congruentes, como por exemplo, numa situação em que a segurança nacional preveria um aumento das funções militares para as mulheres, mas em que os valores culturais não dariam o seu apoio, ou vice-versa? Quais os factores causais que parecem ter maior influência nos resultados? As diversas combinações de valores têm de ser testadas em muitos casos, tanto de um ponto de vista histórico como contemporâneo.

Como exemplo, gostaria de pôr em hipótese (com base em exemplos históricos) que, *sempre que os valores culturais são a favor da limitação de funções militares para as mulheres, mas em que a situação de segurança nacional apresenta uma necessidade de mão de obra militar, a ameaça à segurança sobrepõe-se aos valores culturais*. Com efeito, temos assistido a mudanças dos valores culturais (pelo menos temporariamente) no sentido de apoiar funções alargadas para mulheres (tanto nas forças armadas como nas instituições civis).

O futuro próximo reserva perspectivas interessantes para testar algumas das relações postuladas neste artigo. O fim da Guerra Fria reduziu a procura de pessoal militar. Uma possível consequência é um abrandamento (e até mesmo uma inversão) das tendências para o aumento das funções militares para as mulheres. A verosimilhança de isto acontecer depende, pelo menos até certo ponto, dos valores culturais relativos ao género em cada nação. O que realmente vier a acontecer pode viabilizar testes

parciais da teoria apresentada e pode servir para aperfeiçoar as relações analisadas.

Se a necessidade de pessoal militar diminuir num país cujos valores sociais estão orientados a favor da igualdade de géneros, o que acontecer em relação às funções militares das mulheres diz-nos muito sobre a importância relativa destas duas variáveis. Se aumentarem as funções das mulheres nas forças armadas, isto demonstra a importância dos valores culturais. Pelo contrário, se as funções militares das mulheres não se modificarem ou diminuírem, isto prova que as necessidades de pessoal militar accionam a representação das mulheres nas forças armadas.

Seria consistente com a história militar das mulheres que a representação das mulheres nas forças armadas dos Estados Unidos (e outros) fosse reduzida durante o processo de diminuição das necessidades de pessoal. Isto parecia estar a acontecer nas fases iniciais da redução, com maiores percentagens de mulheres do que de homens a abandonarem o serviço (Rogers 1992). Os funcionários do Departamento de Defesa e os próprios serviços fizeram declarações públicas referindo que era política oficial manter a representação actual de mulheres nas forças armadas. Números recentes revelam que a percentagem de mulheres tem estado, na realidade, a aumentar lentamente (Maisels e Gormley 1994). Contudo, a resistência à mudança tem sido evidente ao longo dos últimos 20 anos e pode voltar a surgir durante a fase de redução drástica.

Se não tivéssemos tido a experiência da guerra no Golfo Pérsico, com a atenção pública virada para o desempenho com êxito das mulheres, haveria ainda maior pressão para reduzir as funções militares das mulheres. De facto, a Guerra do Golfo aumentou a pressão política no sentido de remover barreiras às mulheres em combate. Tal deu origem de forma directa e inequívoca ao cancelamento da lei de 1948, que proibía a participação de mulheres em combates aéreos e contribuiu para a sua presença em navios de guerra (ver Dorn 1994 em relação à declaração oficial da política em finais de 1994), mas o clima para estas mudanças é o de uma sociedade que presenciou tendências culturais e estruturais decisivas no sentido da igualdade de sexos.

Um outro cenário fornece um teste da importância relativa das variáveis determinantes sob um conjunto diferente de condições. Admita-se que a necessidade de pessoal militar aumenta num país com valores e papéis dos sexos relativamente tradicionais. O aumento das funções das mulheres nas forças armadas indicaria que as necessidades de

pessoal militar são mais importantes do que os valores; poderíamos também examinar a mudança subsequente nos valores culturais relativos ao gênero, para efeitos de alterações comportamentais. Se, por outro lado, as funções das mulheres não aumentarem, isto iria demonstrar a importância dos valores sociais na determinação das funções militares das mulheres.

No cenário anterior, o nível de ameaça militar teria também de ser tomado em linha de consideração. A teoria prevê que um déficit de homens disponíveis para o serviço militar em circunstâncias de ameaça grave à segurança, seria mais provável que conduzisse a um aumento das funções militares para as mulheres do que a um déficit semelhante em condições de ameaça média. (Em situações de ameaça baixa, os valores culturais teriam de apoiar a igualdade de sexos).

As condições futuras em cada país (e mesmo em sub-culturas dentro de limites geográficos) podem ser classificadas de acordo com as variáveis aqui consideradas e a teoria ser alterada para integração dos resultados.

A construção social das funções militares das mulheres deve ser analisada nos seguintes níveis: global, social, institucional, organizacional, interpessoal e individual. Neste artigo, concentrei-me no nível social e realcei a política e consequente representação das mulheres. Precisamos também de analisar e desenvolver a teoria nos outros níveis. Precisamos de teorias sistemáticas que englobem, por exemplo, a maneira como as mulheres militares constroem identidades (incluindo a forma como lidam com inconsistências perante expectativas de funções) e em que condições a presença das mulheres altera a cultura masculina da organização militar.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSEN, Karen, *Wartime Women: Sex roles, family relations and the status of women during World War II*, Westport, CT, Greenwood, 1981

BINKIN, Martins, *Military Technology and defense manpower*, Washington, DC, Brookings Institution, 1986

BINKIN, Martins, BACH, Shirley J., *Women and the military*, Washington, DC, Brookings Institution, 1977

BLOOM, Anne R., "Israel: The longest war", In: *Female soldiers – combatants or noncombatants? Historical and contemporary perspectives*, edited by Nancy Loring Goldman. Westport, CT, Greenwood, 1982

BOULÈGE, Jean, "Feminization" and the French military: An anthropological approach, In: *Armed Forces and Society*, 1991, 1:343-62

CAMPBELL, D'Ann, *Women at war with America: Private lives in a patriarchal era*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1984

The Journal of Military History, "Women in combat: the World War II experience in the United States, Great Britain, Germany and the Soviet Union", In: *The Journal of Military history*, 1993, 57:301-23

CHAPKINS, Wendy, *Loaded questions: Women in the military*, Amsterdam, Transnational Institute, 1981

CHERPAK, Evelyn M., The participation of women in the wars for independence in northern South America: 1810-1824, *Minerva*, 1993, 6:11-36

CHICHILLA, Norma Stolz, "Revolutionary popular feminism in Nicaragua: Articulating class, gender and national sovereignty", In: *Gender & Society*, 1990, 4:370-97

COCK, Jacklyn, "Women and the military. Implications for demilitarization in the 1990s in South Africa", In: *Gender & Society*, 1994, 8:152-69

COOKE, Miriam, "War man, retelling the war myth", In: *Gendering War Talk*, edited by Miriam Cooke and Angela Woolacott, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1993

DANDEKER, Christopher, SEGAL, Mary Wechsler, The social construction of gender integration in armed forces; Recent policy developments in the United Kingdom. Paper presented at the World Congress of Sociology, 22 July, Bielefeld, Germany, 1994

DE PAUW, Lind Grant, "Women in combat: the Revolutionary War experience", In: *Armed Forces and Society*, 1981, 7:209-26

DORN, Edwin, Testimony for House Armed Services Committee. Subcommittee on Military Forces and Personnel. Report prepared by Undersecretary of Defense for Personnel and Readiness. Hearing on women in the military. 103rd Cong., 2nd Session. October 6, 1994

EITELBERG, Mark J., *Manpower for military occupations*, Alexandria, VA, Human Resources Research Organization for the office of the Assistant Secretary of Defense (Force Management and Personnel), 1988

A preliminary assessment of population representation in Operation Desert Shield and Desert Storm. Paper presented at the Biennial Conference of the Inter-University Seminar on Armed Forces and Society. October. Baltimore, Maryland, 1991

EITELBERG, Mark J., LAWRENCE, Janice H., WATERS, Brian K., with PERLMANN, Linda S., *Screening for service: Aptitude and education criteria for military entry*, Alexandria, VA, Human Resources Research Organization for the office of the Assistant Secretary of Defense (Manpower, Installations and Logistics), 1984

ELSHTAIN, Jean Bethke, TOBIAS, Sheila, *Women, militarism and war: Essays in history, politics and social theory*, Savage, MD, Rowman & Littlefield, 1990

ENLOE, Cynthia, "Women: The reserve army of Army labor", In: *The Review of Radical Political Economics*, 1980, 12:42-52

The morning after: Sexual politics at the end of the Cold War. Berkeley, CA, University of California Press, 1993

GAL, Reuvea, *A portrait of the Israeli soldier*, Westport, CT, Greenwood, 1986

GLUCK, Shersa Berger, *Rosie the riveter revisited. Women, the war and social change*, Boston, Twayne, 1987

GOLDICH, Robert, L., *U.S. Army combat-to-support ratios: A framework for analysis*, Washington, DC, Congressional Research Service, 1989

GOLDMAN, Nancy Loring, *Female soldiers – combatants or noncombatants?: Historical and contemporary perspectives*, Westport, CT, Greenwood., 1982

GOLDMAN, Nancy Loring, STITES, Richard, "Great Britain and the World Wars", In: *Female soldiers – combatants or noncombatants?: Historical and contemporary perspectives*, edited by Nancy Loring Goldman, Westport, CT, Greenwood, 1982

HANTNIS, Linda, *Managing professional and family life: A contemporary study of British and French women*. Brookfield, Vermont, Dartmouth, 1990

HAWLEY, John Sraton, *Fundamentalism and gender*. New York, Oxford University Press, 1994

HINE, Darlene Clark, *Black women in white: Racial conflict and cooperation in the nursing profession. 1890-1950*, Bloomington, IN, Indiana University Press, 1989

HOLM, Jeanne, *Women in the military: an unfinished revolution*, rev. ed. Novato, CA, presidio, 1992

HUGHES, Helen MacGill, *Women and the military system*, New York, St. Martin's, 1973

KESSLER-HARRIS, Alice, *Out to work: A history of wage-earning women in the U.S.* New York, Oxford University Press, 1982

LI, Xiaolin, "Chinese women in the people's Liberation Army. Professionals or quasi-professionals?", In: *Armed Forces and Society*, 1993, 20:69-83

GENDER & SOCIETY, "Believing is seeing: Biology and ideology", In: *Gender & Society*, 1995, 7:568-81

MAISELS, Armanda, GORMLEY, Patricia M., *Women in the military: Where they stand*. Washington DC, Women's Research and Education Institute, 1994

MARTIN, Michel, "From periphery to center: Women in the French military", In: *Armed Forces and Society*, 1982, 8:303-33

MARWELL, Gerald, "Why ascription? Parts of a more or less formal theory of the functions and dysfunctions of sex roles", In: *American Sociological Review*, 1975, 40:445-55

MOSKOS, Charles, C., "Institutional and occupational trends in armed forces", In: *The military: More than just a job?* Edited by Charles C. Moskos and Frank R. Wood, Washington, DC, Pergamon-Brassey's, 1988

PARK, Rosemary, *Overview of the social/behavioral science evaluation of the 1979-1985 Canadian Forces trial employment of service women in nontraditional environments and roles*, Research Report 86-2, Willowdale, Ontario, Canadian Forces Applied Research Unit, 1986

PINCH, Franklin C., *Canada's post-Cold War military*. Paper presented at the Inter-University Seminar (US) Olin Foundation Conference on Armed Forces in a Warless Society, 10-11 October, 1991, Baltimore.

President's Commission on All-Volunteer Force, *The Report of the President's Commission on All-Volunteer Force*, Washington, DC, U.S. Government Printing Office, 1970

RANDALL, Margaret, *Sandino's daughters: Testimonies of Nicaraguan women in struggle*, Vancouver, New Star Books, 1981

Sandino's daughters revisited. Feminism in Nicaragua. New Brunswick, NJ, Rutgers University Press, 1994

ROGERS, Deborah L., The force drawdowns and its impact on women in the military, *Minerva*, 1992, 10:1-13

SAFA, Helen Icken, "Women's social movements in Latin America", In: *Gender & Society*, 1990, 3:354-69

SCHNEIDER, Dorothy, SCHNEIDER, Carl, *Into the breach: American women overseas in World War I*, New York, Viking, 1991

SEGAL, David R., *Recruiting for Uncle Sam: Citizenship and military manpower policy*, Lawrence, University Press of Kansas, 1989

SEGAL, David R., SEGAL, Mady Wechsler, "Female combatants in Canada: an update", In: *Defense Analysis*, 1989, 5:372-3

SEGAL, Mady Wechsler, "The military and the family as greedy institutions", In: *Armed Forces and Society*, 1986, 13:9-38

"The nature of work and family linkages: A theoretical perspective", In: *The organization family: work and family linkages in the U.S. military*, edited by Gary L. Bowen and Dennis K. Orthner. New York, Praeger, 1989

SEGAL, Mady Wechsler, HANSEN, Amanda Faith, "Value rationales in policy debates on women in the military. A contest of congressional testimony. 1941-1985", In: *Social Science Quarterly*, 1992, 73:296-309

SEGAL, Mady Wechsler, HARRIS, Jesse J., *What we know about Army families*. Alexandria, VA, U.S. Army Research Institute for the Behavioral and Social Sciences, 1993

SEGAL, Mady Wechsler, LI, Xinolin, SEGAL, David R., The role of women in the Chinese people's Liberation Army, *Minerva*, 1992, 10:48-55

SEGAL, Mady Wechsler, SEGAL, David R., "Social change and the participation of women in the American military", In: *Research in Social*

Movements, Conflicts and Change. Vol. 5, edited by Louis Kriegsberg. Greenwich, CT, JAL, 1983

SEITZ, Barbara, LOBAO, Linda, TREADWAY, Ellen, "No going back: Women's participation in the Nicaraguan revolution and in postrevolutionary movements", In: *Women and the use of military force*, edited by Ruth H. Howes and Michael R. Stevenson, Boulder, CO, Lynne Rienner, 1993

STANLEY, Sandra Carson, SEGAL, Mady Wechsler, "Military Women in NATO: An update", In: *Armed Forces and Society*, 1988, 14:559-85

"Women in the armed forces", In: *International military and defense encyclopedia*, Washington, DC, Pergamon-Brassey's, 1992

THORNE, Barrie, DANIELS, Arlene Kaplan, Remembering Helen MacGill Hughes (1903-1992), *SWS Network News*, 1992, 9-5

TÖRNQUIST, Kurt, "Sweden: The neutral nation", In: *Female soldiers – combatants or noncombatants? Historical and contemporary perspectives*, edited by Nancy Loring Goldman, Westport, CT, Greenwood, 1982

TREADWELL, Mattie, *The Women's Army Corps*. Washington, DC, Office of the Chief of Military History, 1954

United Nations, *The World's Women: Trends and statistics.1970-1990*, New York, Author, 1991

WOOL, Harold, *The military specialist: Skilled manpower for the armed forces*, Baltimore, MD, Johns Hopkins University Press, 1968

As Mulheres e o Militar entre Antigas Dificuldades e Novas Potencialidades

Fabrizio Battistelli

*Professor na Faculdade de Sociologia da Universidade de Roma "La Sapienza"
Secretário Geral do Arquivo Disarmo*

1. O OLHAR DOS HOMENS: A MULHER COMO OBJECTO

Em geral, a guerra e a organização militar são temas que associam, numa complexa trama individual e institucional, variáveis biológicas, psicológicas e sociais. A actual existência em quase todos os países ocidentais de um serviço militar feminino leva não só as mulheres, mas também os homens, a questionarem-se sobre as relações que, tanto elas como eles, estabelecem com um fenómeno – a guerra – e com um instrumento – a organização militar – que dificilmente poderão ser ignorados, um vez que continuam a desempenhar um papel proeminente na História.

Se a relação homem/mulher é biológica, a relação de ambos com a guerra é muito antiga. Sem a preocupação de analisar de forma exaustiva as várias teorias sobre a natureza instintiva, ou adquirida, da agressividade, limitar-nos-emos a observar alguns aspectos relacionados com a sua institucionalização na guerra e também alguns dados elementares da sua ligação ao instrumento destinado a protagonizá-la, uns e outros essenciais à compreensão da espécie humana em cada idade histórica:

- a) formas de conflitualidade organizada caracterizam, em medidas diferentes, a quase totalidade das sociedades conhecidas;
- b) dessa conflitualidade – numa medida directamente proporcional ao seu nível de estruturação e aperfeiçoamento – o género masculino constituiu tendencialmente o sujeito activo (homem = guerreiro).
- c) dessa conflitualidade, o género feminino constituiu tendencialmente o objecto passivo (mulher = presa).

Trata-se de dados fundamentais que devem ser levados em conta, ainda que se trate de analisar uma realidade bastante diferente, como a que se configura para a sociedade contemporânea. Não seriam de outro modo compreensíveis a verdadeira natureza e a complexidade da relação mulheres/homens na organização militar, um domínio onde só recentemente as primeiras foram admitidas como sujeitos, pondo fim ao verdadeiro monopólio de género que os segundos vêm exercendo desde há milénios.

Inspirada em Hegel, Jean B. Elshtain (1987) aprofundou a nítida separação que, desde tempos imemoriais, diferencia os “homens-guerreiros justos” das “mulheres-almas belas” perante a guerra. Não obstante a antiguidade ter conservado vestígios de actividades bélicas levadas a

cabo por protagonistas femininas – caso das Amazonas, das deusas armadas Artemis e Atena e das Valquírias – e, apesar de a poesia épica renascentista incluir narrativas de heroínas que tomaram as armas (regra geral, aliás, por motivos de coração), a verdade é que essas acções não ultrapassaram a categoria de mitos e o fascínio desses mitos tem origem precisamente na excepionalidade das situações que descrevem.

Na realidade, desde sempre os machos se preocuparam em excluir da actividade bélica as *suas* mulheres, tendendo com a mesma regularidade a incluir nela [guerra] as mulheres dos *outros*. O observador sem preconceitos (e portanto também sem os exageros anti-naturalísticos em moda num passado recente) não pode deixar de reconhecer, no tabu que proíbe o combate à mulher, o nexos que liga esta última à maternidade. Mas não só. Durante muito tempo, a interdição do uso das armas por parte das mulheres representou na realidade uma tutela, e uma tutela marcadamente facciosa, que de facto não tinha a ver com a mulher, mas sim com a mulher *do* (no sentido de pertença não só psicológico-social mas também patrimonial) clã e/ou *de* um determinado indivíduo. Por conseguinte, a mulher era poupada ao papel de combatente mas não ao de vítima; não era aceite como companheira de armas, mas era procurada como presa.

Mais do que qualquer outro fenómeno ou situação, a qualidade da mulher-presa pode revelar, com meridiana clareza, a concepção ancestral do macho em guerra. Para ele, a mulher (arrancada ao inimigo, violada, escravizada) é um prémio com uma importância crucial em si mesma (pela gratificação que pode proporcionar), mas também, e até sobretudo, pelas evidentes implicações sociais que a sua posse representa fora e dentro do grupo.

Para o inimigo, são óbvios os efeitos desmoralizadores do rapto e do estupro das suas mulheres. Em geral – e em particular na regressão aos estados atávicos que caracteriza a situação bélica (Klain, 1994) – os machos, dominantes nas sociedades históricas, têm tendência a representar as fêmeas do seu grupo do seguinte modo: colectivamente, como partes de um património comum (quase *res communes omnium*); individualmente, como suas emanações indefesas (mulher-idosa como mãe, mulher-criança como filha). O ultraje das suas mulheres é psicológica e socialmente mais insuportável do que o seu próprio ultraje. Em guerra, o macho reflecte-se de uma forma narcisista na sua fêmea. Através dum processo de idealização, que torna geralmente impossí-

vel o pleno conhecimento do outro sexo, o homem vê-se a si próprio na mulher – não na sua normalidade e inteireza, mas sobretudo numa intangível *melior pars*. A afronta dirigida a esta parte melhor é, portanto, suprema, assim como é supremo o sentimento de culpa por ter permitido que isso acontecesse.

Em guerra este mecanismo encontra-se muito generalizado tanto entre os chefes como entre os subordinados. Sem recuar às violações em massa da história antiga, medieval e da primeira modernidade, também na época contemporânea a violência sexual é utilizada como arma. Apesar de não se registar necessariamente em todos os conflitos (o estupro foi banido nas convenções internacionais e punido pelos códigos militares nacionais), a violência sexual volta à ribalta em situações extremas, sempre que o objectivo de um exército ou de uma qualquer formação armada já não seja vencer militarmente o inimigo, mas sim puni-lo e humilhá-lo¹.

Significativamente, de uma forma que mereceria uma ulterior reflexão, esta arma extrema é empunhada com frequência e crueldade directamente proporcionais à contiguidade psicológico-social da população atingida, frequentemente portanto entre países com fronteiras comuns, ou no interior dos próprios países, no caso de guerras civis e/ou entre etnias. Os estupros étnicos perpetrados entre 1991 e 1995 na ex-Jugoslávia, conservam-se obviamente na nossa memória. Na sua maioria, se não mesmo exclusivamente, foram obra de bandos irregulares sérvios, activos na Croácia e na Bósnia-Herzegovina. Mas a mesma contiguidade social e geográfica, em que se insere um análogo espírito punitivo, são reconhecíveis nas violências perpetradas pelas tropas alemãs na Bélgica em 1914, pelo exército japonês em Nanquim em 1937, pelos destacamentos indianos no Bangladesh em 1971. Um caso, tão clamoroso e tão abafado, que também tem a ver com a Europa, é o das tropas marroquinas sob comando francês que, no decurso da campanha de Itália em 1944, se tornaram

1 Como observa com perspicácia Susan Brownmiller, “Excepto uma genuína, humana preocupação com as mulheres e filhas amadas, o estupro perpetrado por um vencedor é uma prova indiscutível da condição de impotência viril do vencido. A defesa das mulheres foi desde o princípio dos tempos um símbolo do orgulho masculino, assim como a posse das mulheres foi um símbolo do êxito masculino. O estupro cometido por um soldado conquistador destrói todas as derradeiras ilusões de poder e de posse nos homens da parte vencida. O corpo de uma mulher violada torna-se um campo de batalha ritual, um terreno para a parada triunfal do vencedor. O acto cometido sobre ela é uma mensagem transmitida por homens a outros homens: uma importante prova para uns e de derrota para os outros” (Brownmiller, 1976: pag. 42)

responsáveis por dezenas de milhares de estupros na área de Cassino². Em suma, quando um conflito tem como objectivo, mais do que a derrota/aniquilamento militar do inimigo, a sua derrota/aniquilamento moral, o estupro representa um dos últimos graus da “ascensão aos extremos” que, segundo Clausewitz, caracteriza na idade moderna a guerra de massas³.

Mas a violência sexual tem também importantes implicações sociais e psicológicas *dentro* do grupo, sendo importante distinguir dois níveis: o superior (o dos chefes) e o inferior (o da tropa). Aquilo que para o nível inferior é o estupro, ou a fantasia do estupro, para o nível superior é a escravização. Na antiguidade, o general vencedor escravizava e possuía a mulher do vencido, como fez Alexandre com a mulher de Dário; Cipião, ao invés, é tão “continente” que poupa a viúva do príncipe celtibérico, sendo por isso retratado, no século XVI, no quadro de Domenico Beccafumi (Lenzi, 1997).

O significado da prática da escravidão ultrapassa em muito a simples fruição dum prazer ou benefício individual masculino, para se tornar um atributo do comando em guerra, seja ele representado pelo soberano, pelo chefe supremo ou por uma restrita elite de heróis. Neste quadro, o seu sentido é sobretudo social. A história de Creseis, que abre o primeiro canto da *Ilíada*, é emblemática. Por se ter recusado a restituir a escrava Criseis ao pai, sacerdote de Apolo, que vem resgatá-la, Agamemnon provoca a ira do deus, que com o seu dardo envenenado mata os guerreiros gregos às dezenas. Para travar a hecatombe, o comandante do exército grego aceita libertar Criseis, mas em troca quer Briseida, a escrava destinada na partilha a Aquiles (a ira do herói pela afronta sofrida determinará a sua retirada do combate e novos massacres nas fileiras gregas).

2 A história de muitos milhares de mulheres italianas (mas também homens e crianças), estupradas pelos *Goums* marroquinos sob o comando do general francês Juin em Maio de 1944 na zona de Cassino, é uma das páginas mais obscuras da Segunda Guerra Mundial, removida por uma tácita convenção entre as partes, obra não de hordas de nómades mas de destacamentos regularmente enquadrados na V Armada aliada, empenhada na libertação de um país vencido, aliás formalmente coobeligerante. Para o cientista social constitui um motivo de reflexão a licença de estupro oficialmente concedida aos destacamentos marroquinos, a famigerada “carta branca” que alguns dizem estar prevista no contrato de recruta dos *Goums*, enquanto segundo outros teria sido concedida como prémio com vista ao rompimento da frente alemã na linha Gustav (Chiurlo, 1993).

3 Naturalmente refere-se por oposição às guerras “limitadas” do século XVIII, para as quais, em meu entender optimisticamente, alguns acham que se estão a dirigir os conflitos do século XXI (Luttwak, 1995).

Os versos de Homero, que descrevem a obstinação de Agamemnon em negar o resgate a um velho pai e sacerdote e os insultos que por esse motivo lhe dirige Aquiles (que o define como “focinho de cão”), lêem-se com algum espanto, visto que se referem ao comandante supremo e ao mais valoroso dos heróis gregos. Esses insultos seriam completamente incompreensíveis, se não se levasse em conta que por trás de uma banal rixa pela partilha do espólio se esconde na realidade uma controvérsia pela primazia sobre toda a formação grega; a primazia é atestada pela importância do espólio conquistado e, neste, o primeiro lugar é ocupado por uma mulher escravizada⁴.

Sancionada nas elites sob forma de escravidão, a violência contra a mulher assume nos estratos inferiores a forma de *estupro*, explícita ou implicitamente previsto, juntamente com o saque, nos contratos das companhias de mercenários a partir dos princípios da idade moderna. Neste caso, a função da violência sexual parece ser sobretudo psicológica. Em *all male societies*, como foram até há pouco tempo as Forças Armadas de todo o mundo, o estupro em guerra, e a fantasia em volta dele em tempos de paz, forneceram uma saída institucionalmente não estigmatizada da condição mono-género e da ânsia determinada pela homossexualidade inerente a essa condição, como possibilidade e como ameaça.

Em *Psicologia das massas e análise do Eu*, Freud traçou uma análise magistral de duas instituições – o exército e a igreja (católica) –, conotadas pela composição mono-género e vincada hierarquização, características que por sua vez se alicerçam na identificação dos símbolos num pai-chefe supremo e na relação fraterna com os outros membros da instituição (Freud, 1921). Na vertente sociológica, Lewis Coser (1964) sublinhou a

4 Substituindo a escravidão pela concubinato, ou em todo o caso pelo acesso privilegiado à mulher como objecto sexual, estes elementos conservam também na idade moderna o sentido de gratificação concedida aos superiores contra a privação, absoluta ou relativa, a que estão sujeitos os inferiores. Para aprofundar um episódio referente à frente italiana na Primeira Guerra Mundial – e relativamente às amantes dos oficiais e às “mulherzinhas” que convivem *more uxorio* – ver Franzina, 1986. Também a distinção entre os prostíbulos que se destinavam aos oficiais e os destinados à tropa representou – em contextos históricos em que a prostituição era regulamentada por lei – um reforço da estrutura de classe do exército. Ecos tragicamente recentes encontram-se no “mito de guerra” (Fornari, 1996), recolhido na Bósnia por quem escreve, relativo à famigerada “Pensão Sônia” de Sarajevo, um bordel que durante o assédio da cidade teria tido como um seus principais clientes o próprio comandante da força multinacional Unprofor. Que em guerra surgem e proliferam “terras de ninguém” psicológicas e éticas (Leed, 1985) é sabido, assim como é sabido que da “depravação moral” são vítimas principalmente as mulheres, “especialmente as muito novas, empurradas [para a prostituição] pela necessidade de se alimentarem” (D’Agata, 1943-1949).

funcionalidade do eunuco ao serviço do senhor absoluto, ou do celibato para os padres católicos, como modalidades capazes de canalizar para a organização a que se pertence o investimento afectivo que de outro modo se dispersaria na construção de uma relação de casal e de família⁵. Durante todo o século XIX e parte do século XX, a maioria dos exércitos europeus proibia ou impunha limitações ao matrimónio dos oficiais e dos sargentos; e mesmo depois da última guerra mundial, os militares de carreira de diversos países europeus eram obrigados pelos regulamentos a pedir aos superiores autorização para se casarem.

Aquilo que poderíamos definir como o malthusianismo da organização militar perante a relação com a mulher e o seu sancionamento sócio-jurídico-religioso (o matrimónio), volta a aparecer – com uma hostilidade acrescida em virtude da natureza socialmente desviante do fenómeno – no caso da homossexualidade.

Como revelou claramente o estenuante braço de ferro que em 1993 opôs o Estado Maior das Forças Armadas dos Estados Unidos ao movimento gay (e que incluiu a ameaça de demissão do chefe do Estado Maior, general Powell), a aceitação oficial dos homossexuais constitui a concessão mais radical da organização militar, pelo menos na idade moderna. E isso porque uma relação de casal acabaria por privatizar um recurso que no militar se subentende estar ao serviço do colectivo: a libido, como reserva de energia oportunamente sublimada na camaradagem, utilizada em situação extrema de combate⁶.

Aceite na generalidade das sociedades (e por consequência nos exércitos) da antiguidade clássica, a homossexualidade é condenada e reprimida na civilização ebraico-cristã. A partir da afirmação do cristianismo, é interdita na sociedade; e também, com muito mais determinação, na organização militar, uma vez que à conformidade em relação

5 Com uma certa malícia Coser (1964) afirma que a partir do século quarto d.C. a Igreja Católica manteve-se irredutível ao negar aos primeiros membros ordenados *in sacris* a possibilidade de contrair o vínculo matrimonial, enquanto se demonstrou disposta a perdoar casos de relações de padres com mulheres e, em certos períodos históricos, até o concubinato. No que se refere os exércitos acerca da sua preferência pelo celibato, na idade moderna e a sua *policy* de desencorajamento da criação de uma família por parte de um militar de profissão, ver Giorgio Rochat (1997).

6 É aliás interessante observar que a cultura de caserna apresenta ocasionais aberturas em relação à ideologia oficial da virilidade. Contam-se entre estas, várias “brincadeiras” e ritos da tropa com claras implicações homossexuais, que revelam a intrínseca ambiguidade contida nas várias formas de *Männerbund*. Interessantes análises histórico-políticas sobre a “união de homens” celebrizada por Ernst Jünger, encontram-se em Mosse (1984).

a uma nova moralidade, baseada na heterossexualidade, se soma a vantagem funcional da acumulação afectiva e a da sua redistribuição no interior do grupo combatente. Neste contexto, a política oficial da organização militar passa a ser de irredutível hostilidade em relação à homossexualidade (o que obviamente não vai impedir casos de transgressão do indivíduo e de adaptação da instituição). Por sua vez, esse código comportamental insere-se na condenação da homossexualidade, na era cristã já amplamente interiorizada pelos indivíduos, originando uma atitude claramente reactiva contra este comportamento sexual e contra quem o pratica. A estigmatização da homossexualidade alcança proporções particularmente evidentes num ambiente organizativo de pessoas todas do mesmo sexo, que são definidas do exterior, e que nalguns casos se vêem a si próprias, como “machos militares”, com comportamentos tipo “galifão de caserna”, etc.. Essa atitude informal, mas institucionalmente aceite, de exasperação da masculinidade, corre sobre duas vias paralelas: por um lado a “homofobia” (que se manifesta sob formas que vão desde a caricaturização mais ou menos de tipo “estudentil” do homossexual, até à pura e simples perseguição), e por outro o binómio exclusão/inclusão da mulher.

Explicámos a “homofobia” da organização militar, e portanto a rejeição em sancionar a legitimação da homossexualidade⁷, com a dificuldade em renunciar a “algo mais” representado pela energia da libido sublimada no grupo. Mas este monopólio da organização militar sobre a afectividade dos seus membros não é ameaçado apenas pela minoria gay. À semelhança de qualquer outra instituição da sociedade pós-moderna, a organização militar é submetida a um verdadeiro assédio por parte de uma variedade de actores, que se configuram como *competitors* no exterior e como quintas colunas no seu interior. Várias “minorias” pressionam no sentido de obter acesso à instituição: não só os grupos étnicos ou os gay, como referimos, mas também, por exemplo, os deficientes (que no Canadá moveram acções legais contra a sua exclusão do recrutamento voluntário). Mas não há dúvidas que, de entre todas as “minorias”, são as

7 Presentemente a posição da organização militar americana no que se refere à homossexualidade limita-se à tácita tolerância (substantialmente de acordo com a linha adoptada pela maioria das outras Forças Armadas contemporâneas) que se pode resumir na fórmula “don’t ask, don’t tell, don’t pursue” (“não perguntes, não ostentes, não persigas legalmente” sugerida por Moskos e aceite como *policy* de compromisso pelos Estados Maiores (Battistelli, 1994).

mulheres que, pelo facto de a sua diferença ser irreduzível para além de certo limite, estão destinadas a determinar as maiores mudanças no seio da organização militar.

Por um lado, a mulher exerce uma pressão significativa através da família. Hostilizada e mantida à margem da organização militar paleomoderna, a família do militar profissional foi finalmente aceite pela moderna organização militar e encarregada de desempenhar uma função instrumental, de assistência e integração institucional, a favor do marido e do pai empenhados na carreira das armas: daqui a origem dos papéis sociais das mulheres, empenhadas (normalmente numa medida directamente proporcional à patente do cônjuge) nas actividades comunitárias no interior das bases militares (Moskos e Burk, 1994). O facto de este modelo se encontrar em crise, sendo cada vez mais raro encontrar mulheres que queiram empenhar-se em actividades e relações ligadas à profissão dos maridos, não significa que a família tenha deixado de ser importante para as forças armadas. Pelo contrário, ela é cada vez mais importante, mesmo se no sentido crítico, ou seja, como *competitor* aguerrido da organização militar. Em ambos os casos trata-se de “greedy institutions” (Coser, 1974), ou seja instituições “ávidas” dos recursos (energia, tempo) dos seus membros: a novidade é representada pelo facto de, no clima da pós-modernidade, a segunda instituição – a família – estar cada vez menos disposta a sacrificar-se pela primeira – as Forças Armadas –, canalizando para o elemento de interface – o militar casado – todo o seu peso (Segal, 1988; Farina, 1993).

Outra forma de pressão, ainda mais ampla e directa, é exercida pela mulher através da sua presença no interior da organização militar. Com raras excepções (a Itália e, parcialmente, a Alemanha) as Forças Armadas em todo o Ocidente contam já nas suas fileiras com pessoal voluntário do sexo feminino. Da exclusão do campo de Marte da mulher na acepção “alta” – mulher, mãe, filha – já falámos. Relativamente à sua inclusão na acepção “baixa”, a verdade é que, durante séculos, os exércitos hospedaram no seu seio, ou próximo dele, segmentos do universo feminino, especializados em actividades de apoio ao guerreiro, como as que se relacionam com a alimentação e vestuário, (vivandeiras, costureiras, etc.), mas sobretudo com o seu “repouso” ou diversão sexual (prostitutas). Isto no plano da realidade. No plano do imaginário, em poucos outros lugares a mulher (apreciada aliás exclusivamente ou principalmente na sua conotação sexual) está tão presente como nos locais onde está ausente,

ou seja, na organização militar constituída exclusivamente por homens. A função de protecção relativamente à homossexualidade latente da vida militar é evidente na exibição de nus femininos nos alojamentos e nos locais de serviço, nas efabulações que circulam no interior dos grupo (verdadeiros “potlach verbais” na definição de Pozzi, 1971), na coprolalia com referências sexuais (a “linguagem de caserna”) correntemente adoptadas pelos soldados⁸.

Como reage uma organização que nasceu e se desenvolveu durante séculos com estas características monossexuais, à introdução de um elemento estruturalmente alternativo como a mulher? Aceita que esta não se configure já como um objecto – presa de guerra, escrava ou prostituta – mas sim como sujeito? Aceita que ela não seja inserida nem “acima” nem “abaixo” mas sim ao mesmo nível, como colega?

Estas questões apelam ao tema, objecto de um recente debate a nível internacional, dos abusos sexuais. Apesar do realce que o problema mereceu nas páginas dos jornais – geralmente mais interessados em registar as notas de cor do que os factos substanciais da condição militar – o tratamento que foi dado à matéria é francamente insuficiente.

2. O OLHAR DOS HOMENS: A MULHER COMO COLEGA NO CASO ITALIANO

Mesmo sem querer dramatizar outras heranças históricas que na cultura contemporânea parecem estar em vias de desaparecer, seria completa-

8 Significativamente, esses comportamentos com uma clara valência apotropaica são difusos na medida inversamente proporcional à idade e à posição dos actores (e portanto à sua capacidade de sair fisicamente e psicologicamente da instituição total quartel), concentrando-se em particular nas fases e nas sedes da assimilação inicial. Ao mesmo tempo é evidente o significado provocatório que as ostentações de natureza sexual (tipicamente os nus femininos nas paredes) revestem para o pessoal feminino, assim como as recentes disposições dos comandos USA no sentido de retirar esses sinais nos quartéis responde a um pedido expresso das mulheres militares. O conflito entre as duas “necessidades” – a dos soldados homens de exhibir *pin up* e a das mulheres de não as ver afixadas – apresenta pontos em comum com a tendência, assinalada por Moskos (1988), de alguns soldados dos estados do Sul exporem a bandeira da Confederação e a dos colegas afro-americanos a retirarem.

9 A ampla pesquisa sobre os abusos sexuais, realizada nos Estados Unidos por iniciativa do Departamento da Defesa sobre 47.000 membros das Forças Armadas, demonstra que 78% das mulheres militares sofreu ao longo da sua carreira uma forma de abuso sexual (pela ordem: assédio sexual, coacção, atenção indesejada, comportamento sexista, comportamento ofensivo) (Bastian, Lancaster e Reyst, 1996).

mente redutor considerar os abusos sexuais como uma mera disfunção de uma organização (a militar) e de uma relação (homem/mulher), as quais seriam, de outra forma, objecto de uma integração automática e perfeitamente funcional. A integração aliás está consumada, visto que o mundo militar teve de se abrir às mulheres, e a profissão das armas apresenta uma crescente (todavia nunca integral) analogia com as profissões civis, acolhendo dezenas de milhares de mulheres que cooperam com o outro sexo no interior da organização militar. Quais são os problemas de cohabitação naquela que, segundo a definição de uma oficial dos *marines* americanos, permanece, apesar de tudo, ainda a “casa dos homens” (Barkalow, 1990)? O que acham os “donos da casa”, ou seja os homens, desta “invasão”?

A questão da representação social de um determinado actor tornou-se, de facto, um aspecto crucial da *agenda setting* e da tomada de decisões nas sociedades complexas. Ultrapassada em todo o lado no mundo produtivo, a imagem do membro da organização como engrenagem da máquina, fornecedor pré-programado de uma prestação padronizada, está também definitivamente ultrapassada na organização militar. Neste contexto, saber o que os militares homens (os seja, os membros das Forças Armadas que ainda hoje representam entre 95 e 85% dos quadros) pensam das colegas mulheres, não é uma simples curiosidade, mas sim uma significativa contribuição para a definição da *policy*.

A necessidade de aprofundar este tema revelou-se na Itália na segunda metade dos anos noventa, por ocasião da apresentação dos projectos de lei governativos e parlamentares visando a introdução também em Itália – nessa matéria o último país da Nato, parcialmente acompanhado pela Alemanha – do serviço militar voluntário feminino. A circunstância de a Itália ser um *late comer*, apresenta algumas vantagens para a análise, já que permite a abordagem da relação homem-mulher na organização militar, antes da sua consagração nos planos jurídico e organizativo, ou seja antes de a própria relação se formalizar e institucionalizar.

No que diz respeito ao contexto em que se deve processar o ingresso das mulheres nas forças armadas, os inquéritos sociológicos efectuados nestes últimos anos em Itália (Savarese, 1994; Polimetrica, 1997), revelam quer a orientação favorável da opinião pública perante a possibilidade da mulher-soldado, quer a disponibilidade de um número significativo de mulheres que consideram a hipótese de alistar-se. Ao mesmo tempo, um pequeno mas aguerrido grupo de raparigas (algumas das quais partici-

param na experiência “soldado por um dia”, vivida em 1992 num destacamento de cavalaria mecanizada em Roma) fundou a Associação Nacional Aspirantes Mulheres Soldado (Anados) que leva a cabo uma campanha de *lobbying* “capilar” nas sedes institucionais e nos meios de comunicação social.

Um número significativo de mulheres italianas declarou já estar interessado em alistar-se (a experiência americana das Forças Armadas voluntárias demonstra que a relação entre jovens do sexo masculino com desejo de entrar para as Forças Armadas e a população jovem masculina é de 1:5 e que entre os aspirantes a soldados a relação mulheres/homens é também de 1:5). Sabe-se que podem contar com a compreensão duma opinião pública que já se manifestou a favor da integração, mas ninguém sabe, porque o tema nunca foi analisado a fundo, qual é a opinião dos militares italianos sobre as (futuras) colegas. O facto de os militares italianos, nas várias armas e especialidades e nos vários níveis hierárquicos, manifestarem as suas opiniões, tem um enorme significado. De facto, se cabe ao Parlamento aprovar o serviço militar feminino na base do voluntariado, serão depois eles, os militares dos comandos e das unidades distribuídos por toda a Itália, quem vai acolher as recém-chegadas, cooperar com elas, e enfrentar com elas os problemas (inevitáveis) da integração.

Analisemos então, de forma sucinta, *o quê* pensam os homens militares e *em que medida* são a favor ou contra a mulher soldado¹⁰. O registo fiel das opiniões – inclusive as mais discutíveis – é coerente com a perspectiva sociológica, que não se destina a formular juízos de valor mas a reconstruir a subjectividade dos actores, a fim de poder fornecer elementos aos que, institucionalmente, são chamados a decidir. Da análise das entrevistas por nós conduzidas nestes anos com os homens das Forças Armadas italianas, sobre o tema do serviço militar feminino, resultaram seis tipologias de *homo militaris*. Como ilustra a tab. 1, essas tipologias situam-se no cruzamento dos dois eixos da concepção global que o indivíduo tem da mulher e da atitude em relação à hipótese específica do serviço militar feminino (v. tab. 1).

No que diz respeito à concepção da mulher, os dois polos são representados pela diferença e pela igualdade. Enquanto esta última é obviamente monovalente (=), uma concepção da diferença feminina é bivalente, ou

10 Para uma exposição dos dados mais aprofundada v. Battistelli, 1997.

seja, pode implicar uma inferioridade tendencial (-) ou superioridade (+) atribuída à mulher. No que se refere à atitude perante a hipótese da mulher soldado, pode ser a favor ou contra.

Tab. 1 *Tipologia dos militares italianos segundo a concepção da mulher e segundo a atitude relativamente ao tema da mulher soldado*

		Atitude sobre o tema da mulher soldado	
Concepção da mulher	Valência	Contra	A favor
Diferença	-	misógino	machista
	+	cavalheiro	carente
Igualdade	=	antimilitarista	integracionista

Correlacionando os dois eixos temos as seguintes tipologias¹¹:

1. *Misógino*. Defende a diversidade da mulher com a valência da inferioridade; é contra o ingresso da mulher nas Forças Armadas (→ “mulher-inadequada”).
2. *Cavalheiro*. Partilha a diversidade da mulher com a valência da superioridade; é contra o ingresso da mulher nas Forças Armadas (→ “mulher-anjo”).
3. *Antimilitarista*. Defende a igualdade da mulher, mas considera que não vale a pena que as mulheres entrem nas Forças Armadas (→ “mulher-igual ao homem/organização militar inadequada”).
4. *Machista*. Defende a diversidade da mulher na sua valência negativa; é a favor de uma presença diferenciada da mulher nas Forças Armadas na modalidade de subordinação (→ “mulher-vivandeira”).
5. *Carente*. Defende a diversidade da mulher com a valência positiva; é a favor de uma presença diferenciada da mulher nas Forças Armadas no sentido da idealização (→ “mulher-enfermeira”).

11 Os termos da tipologia são utilizados num sentido descritivo e não valorativo.

6. “Integracionista”. Tem uma concepção igualitária da mulher e é a favor da integração da mulher nas Forças Armadas (→ “mulher-colega”).

Vejam os uma a uma as seis tipologias.

- 1) O *misógino*. Normalmente é jovem, está nos primeiros degraus da escala hierárquica, tem uma formação escolar não elevada. Na sua visão da mulher como inadequada, tem tendência a sublinhar as diferenças entre os sexos, referindo-se por vezes aos limites psicológicos: “a mulher geralmente tem um carácter mais fraco” (sargento A). A referência aos limites e vínculos físicos da mulher é, contudo, muito mais frequente: “é menos forte”; “[para] combater ... é preciso força” (sargento B); “tem mais limitações” (soldado D). Declara um soldado (E): “já ouvi vozes de corredor: a mulher precisa de uma semana de descanso lá por causa do seu assunto [...] imaginemos que uma mulher se encontre numa situação de guerra, chega ao vigésimo oitavo dia e depois começa a sentir-se mal...”. O misógino não acredita na hipótese de um serviço militar voluntário feminino e prevê que a sua introdução terá consequências negativas para a coesão do destacamento e para a eficiência da organização no seu todo. “Criariam problemas, distrações, rivalidades – afirma um sargento ajudante (B) – como acontece actualmente na polícia”. Apesar da experiência da polícia ser lembrada com agrado por alguns, merece também críticas por parte de outros: “é também uma questão de compatibilidade entre sexos, como acontece na polícia: de vez em quando há uma pega por causa de uma mulher” (soldado E). No que diz respeito à sua visão global da mulher e das relações entre os sexos, o ponto de vista do misógino é tradicionalista “eu pessoalmente prefiro que a minha mulher fique em casa para cuidar dos meus filhos” (sargento B). “Mal ou bem, a ocupação de uma mulher é estar em casa”, afirma um voluntário da Aviação, depois de se ter referido ao problema de concorrência que a mulher constituiria, procurando e encontrando trabalho nas Forças Armadas: “esses lugares poderiam ser ocupados por um pai [de família]”. Ou, como observa um outro soldado da aviação “também há muitos jovens sem trabalho, hoje em dia é preferível arranjar um trabalho para eles [jovens homens]”.

2) *O cavalheiro*. Com este termo, definimos uma tipologia que demonstra uma atitude positiva em relação à mulher (“mulher-anjo”) e ao mesmo tempo sublinha acentuadamente a sua diversidade. Normalmente de idade e carreira avançadas (apesar de não faltarem “cavalheiros” tenentes e primeiros-cabos), o cavalheiro compensa uma visão desigual dos dois sexos e uma substancial resistência à hipótese da mulher soldado, com um excesso de cavalheirismo e de protecção. Declara acreditar nas qualidades intrínsecas e no processo histórico de emancipação da mulher com demasiada frequência para não suscitar desconfianças. Estas últimas são freudianamente confirmadas pelos “gracejos” e piadas relativamente às quais o cavalheiro não se faz rogado. Dentro da tipologia, é possível distinguir o “velho” do “novo” cavalheiro. Em relação ao *antigo cavalheiro* e às suas frequentes declarações de devoção para com o “belo-sexo”, o *jovem cavalheiro* manifesta um genuíno respeito pela diversidade feminina que – ao contrário do que acontece na outra atitude não paritária, do misógino, – não é estigmatizada, mas sim idealizada. “Penso que há uma diferença entre homem e mulher. Não sou eu a dizê-lo e portanto não uma presunção, é a natureza. Portanto, fisiologicamente, há funções que a mulher não pode desempenhar e é justo que esta diferença seja respeitada” (soldado D). Desse ponto de vista, a desadaptação operativa da mulher em armas não é uma falta de conhecimento do seu perfil, mas uma verdadeira preocupação com a sua vocação natural-existencial: “a mulher, se tiver que atirar, de certeza hesita [...] é, em todo o caso, mãe de filhos” (sargento ajudante B)¹².

3) *O antimilitarista*. Trata-se de uma tipologia presente exclusivamente entre os soldados que cumprem o serviço militar obrigatório. Tendo uma concepção igualitária do outro sexo, o antimilitarista é contra o serviço militar feminino (voluntário ou obrigatório) com base

12 A propósito da mulher em combate, Ferrari (1997) cita as consequências negativas da presença de mulheres no Exército inimigo em termos de luta até à morte, e portanto da sua recusa mesmo em condições extremas, tal como se observou entre sectores exclusivamente masculinos (guerra israelo-árabe de 1948). Naturalmente, a principal fonte de preocupação social inspirada pela presença da mulher em combate continua a ser a hipótese de que ela possa ser feita prisioneira e violada. Sobre as reacções colectivas a tal hipótese e sobre a angústia que alimenta, pense-se no caso Melissa” durante a guerra do Golfo (v. Farina, 1992).

numa posição crítica não em relação à mulher, mas em relação à vida militar. De dois soldados que aceitam a hipótese de uma futura mulher que trabalhe para se realizar e que consideram as mulheres profissionalmente tão válidas quanto os homens, o primeiro não vê nenhuma vantagem em entrar na carreira militar: “ Não consigo vislumbrar vantagens nenhuma nisso; mesmo se eu fosse mulher, continuaria a não ver vantagem nenhuma”. Também para o segundo, na hipótese do serviço militar feminino, prevalecem as desvantagens, se o serviço “for como este aqui neste momento” (cabo C) Claro, é um direito, “porque sabemos muito bem que a mulher pode fazê-lo e ao mesmo nível do homem. Apesar de tudo, penso que, se experimentar, já não vai querer... Eu ainda não encontrei ninguém que esteja contente por estar a cumprir o serviço militar. Não sei porque as mulheres querem à viva força passar por isso [...] Talvez porque o vêem de fora e não sabem o que se passa lá dentro”.

- 4) *O machista*. Segundo esta tipologia, a mulher é diferente e inferior ao homem. Isso não exclui uma integração da primeira numa organização militar predominantemente masculina, aliás num papel subordinado, historicamente conhecido como “auxiliar” (“mulher-vivandeira”). Como comenta um voluntário do Exército: “não se deve pôr uma mulher a fazer de atirador ou a conduzir tanques; quanto muito, põe-se a fazer as coisas na cozinha e como escriturária”. Resumindo, observa um jovem oficial, “as mulheres poderiam tornar-se úteis fazendo todas essas coisas que não dá jeito fazer [aos homens] libertando-os para as tarefas operativas”. Também no passado o julgamento sobre a inferioridade da mulher foi muitas vezes acompanhado pela convicção de que ela tinha a “sua utilidade”, inspirando formas de inclusão feminina na instituição militar, mesmo sendo “em baixo”. É o caso da vivandeira, e, noutro sentido, da prostituta. Alguns comentários livres – numericamente insignificantes – recolhidos na nossa pesquisa por questionário na Bósnia (Ammendola, 1999) evidenciam reminiscências desta visão. Para alguns, de facto, a mulher não só poderia entrar nas Forças Armadas para “cozinhar”, “fazer as limpezas”, “limpar os quartos dos soldados e lavar a louça”, mas deveria também “levantar o moral dos militares”, e fornecer “ajudas morais e sexuais ao sexo oposto”.

- 5) *Carente*. Também esta tipologia se centra na diferença da mulher, mas, ao contrário do machista, supõe a sua superioridade (apesar de o fazer a partir dum ponto de vista específico). Ao contrário da outra tipologia baseada na diferença-superioridade feminina (o cavalheiro e a sua concepção da mulher-anjo), o carente declara-se a favor de uma presença feminina nas Forças Armadas. Essa presença inspira-se todavia numa concepção idealizada da mulher, que deixa pouco espaço para as tarefas operativas, favorecendo tarefas de assistência (mulher-enfermeira). Segundo um oficial do Exército, "Ninguém cuida de uma pessoa como uma mulher [...] não é só uma questão da ligadura ou da medicação, basta pensar no que fizeram as mulheres da Cruz Vermelha na Primeira Guerra Mundial". Afirma em tom lapidar um outro oficial: "Sempre foi assim: os homens fazem os feridos e as mulheres curam-nos".
- 6) O *"integracionista"*. Esta tipologia conjuga uma concepção igualitária com uma atitude positiva em relação à mulher soldado. O integracionista considera sem fundamento qualquer discriminação em relação às oportunidades profissionais da mulher, mas ao mesmo tempo não ignora, enquanto profissional, a especificidade da condição militar e não hesita em assinalar os problemas, para o indivíduo e para a organização, inerentes a essa escolha. Depois de mencionar os sectores em que as mulheres "fazem melhor" do que os homens, um oficial lembra que a experiência está concretizada noutros países, por isso "não há nada a inventar [...] nós chegamos anos e anos depois. Em Espanha, onde há vinte anos as mulheres ainda não votavam, houve um progresso, enquanto nós estamos ainda a [este] nível" (tenente coronel A). Por fim, e relativamente aos efeitos do acesso da mulher ao mundo militar, um voluntário da Marinha (B) enumera as vantagens pessoais e organizativas: no primeiro plano, "é um questão de crescimento, o comportamento em relação à mulher militar deveria ser sério, mantendo uma certa correcção de linguagem; e depois, pode-se sempre vir a aprender".

Passando de dados qualitativos a quantitativos, inserimos algumas perguntas relativas ao tema da mulher-soldado em várias pesquisas sociológicas, realizadas pelo grupo do *Archivio Disarmo*, desde 1993 até hoje, sobre amostras de militares italianos. Mesmo sem ter a representatividade

de uma pesquisa *ad hoc*, os dados que apresentamos dão uma ideia da atitude generalizada em vários âmbitos da organização militar italiana sobre esta questão.

As realidades examinadas e os militares entrevistados são bastante diferenciados entre si, e podem aliás ser agrupados em dois grandes grupos. Por um lado temos soldados, sargentos e oficiais do Exército empenhados nas novas missões, cada vez mais frequentes nas Forças Armadas italianas nos anos noventa: uma operação humanitária como a primeira missão na Albânia (1993); uma operação de *peacekeeping*, que depois regrediu para *peace-enforcement*, como a da Somália (1994); uma operação conjunta de intervenção com as forças de polícia contra o crime organizado (mafia) como a dos Vespri Siciliani (1994). O segundo grupo é constituído por duas amostras formadas por alunos e oficiais entrevistados em dois momentos, o início e o fim do ciclo formativo do oficial: o Colégio Militar (Collegio da Nunziatella di Napoli, frequentado durante um triénio por jovens que escolheram a vida militar sem ainda pertencer às Forças Armadas) e a Escola para tenentes (Scuola di Applicazione de Turim, frequentada durante um biénio por alferes e tenentes provenientes da Academia do Exército).

Face aos dados recolhidos e elaborados em alturas próximas e usando a mesma metodologia, as amostras examinadas permanecem estruturalmente diferentes e, portanto, qualquer comparação deve ser feita de forma prudente, sendo aconselhável proceder à análise no interior de cada um dos dois grupos. Com estas ressalvas, os resultados representam uma primeira aproximação ao entendimento da mulher-soldado no mundo militar italiano e merecem ser rapidamente analisados.

Quando colocada a questão sobre se a introdução do serviço militar voluntário para as mulheres envolve mais vantagens ou desvantagens, observa-se que, no conjunto, a atitude favorável é maioritária em qualquer lugar. É assim no âmbito do grupo “escolas”, desde a imperceptível margem positiva dos jovens da Nunziatella (50,2%) até aos quase $\frac{3}{4}$ dos oficiais da Scuola di Applicazione. O mesmo acontece no grupo “novas missões”, onde a atitude é maioritariamente favorável, com expressões que vão de 51% dos Vespri Siciliani a 65% da Somália, passando pelos 57% da Albânia (v. Tab. 2).

Tab. 2 *Vantagens e desvantagens da introdução do serviço militar voluntário feminino segundo os militares italianos.*

	Albânia ^a	Somália ^b	Vespri Siciliani ^c	Liceo militare ^d	Scuola per tenenti ^e
Vantagens	57,3	65,2	51,2	50,2	72,8
Desvantagens	42,7	34,8	48,8	49,8	27,2
Total (Nº)	100,0 (246)	100,0 (808)	100,0 (800)	100,0 (224)	100,0 (147)

Fonte: a; b Battistelli, 1996
 c Maniscalco, 1994
 d Maniscalco, 1995
 e Romano, 1993-1994

Uma hipótese de interpretação relativa à diversificação no que se refere à atitude entre as amostras examinadas, faz apelo a duas variáveis estruturais: a idade e a natureza do serviço.

No que se refere à primeira variável – a idade –, esta surge da comparação entre duas amostras social e culturalmente próximas: a dos alunos do liceu militar e a dos oficiais finalistas da Escola de Aplicação. Como já emergia de uma pesquisa realizada há quinze anos na *Accademia Aeronautica*, a idade (ou variáveis directamente relacionadas com ela, como a socialização e a origem institucional) parece desempenhar um papel decisivo na aceitação da mulher militar. Essa aceitação é relativamente limitada (aliás não inferior a 50%) na fase do ciclo da adolescência e primeiríssima juventude (provavelmente caracterizadas por uma forte idealização da figura tradicional – masculina – de oficial), enquanto tende a aumentar em indivíduos que, mesmo sendo jovens, ultrapassaram a fase da formação inicial e pertencem já de pleno direito à instituição.

No que se refere à segunda variável, a natureza do serviço (conscição/ /profissional) também se reveste de uma importante capacidade explicativa na morfologia das atitudes. Como veremos em seguida, a opinião favorável em relação ao ingresso da mulher nas Forças Armadas não se distribui de forma equitativa entre conscritos e profissionais, registando um crescendo ao longo da sequência conscritos/voluntários/ /sargentos-oficiais do quadro permanente. O apoio à carreira militar feminina parece ampliar-se a par e passo com a componente profissional

(voluntários mais membros do quadro permanente) que caracteriza de forma diferenciada os Vespri Siciliani (22% profissionais e 51% de opiniões favoráveis), a Albânia (40% profissionais e 57% de opiniões favoráveis) e por fim a Somália (65% profissionais e 65% de opiniões favoráveis).

A relação directamente proporcional que se estabelece entre profissionalização e aceitação da mulher soldado é revelada com mais evidência pela distribuição de opiniões favoráveis sobre o tema entre os militares da Albânia e da Somália. Entre os primeiros, o serviço militar feminino é apoiado por 62% dos profissionais (oficiais e sargentos do quadro permanente mais voluntários) contra 54% dos conscritos; nos segundos, a diferença é ainda maior, alcançando os 70% dos profissionais contra 55% dos conscritos (um resultado contra-intuitivo, abrangendo amplamente um corpo – os pára-quedistas – que se poderia ter suposto pertencerem à tipologia “machista”) (v. Tab. 3).

Tab. 3 *Atitude dos militares italianos (conscritos/profissionais) em relação à introdução do serviço militar voluntário para as mulheres.*

	Albânia			Somália		
	Todos	Conscritos	Profissionais	Todos	Conscritos	Profissionais
A favor	57,3	53,8	62,5	65,2	55,4	70,5
Contra	42,7	46,2	37,5	34,8	44,6	29,5
Total	100	100	100	100	100	100
Nº	241	143	96	798	276	512

Fonte: Battistelli, 1996

Passando das opiniões a favor ou contra a entrada da mulher nas Forças Armadas aos motivos apresentados para fundamentar a posição tomada, a Tab. 4 ilustra comparativamente os resultados das duas amostras de militares do Exército em ambiente operacional (Albânia e Vespri Siciliani) e nos institutos de formação (Liceo militare e Scuola per tenenti). No topo das respostas dos que afirmaram ver vantagens na introdução do serviço militar feminino aparece, em três inquiridos em quatro, a melhoria das condições de vida e de trabalho (portanto um motivo intrínseco, ainda que centrado na perspectiva do pessoal contratado). Outras razões,

também intrínsecas mas mais deslocadas para a parte institucional, como o recrutamento de pessoal voluntário actualmente insuficiente e a melhoria da eficiência/eficácia do serviço, têm menor destaque. Um motivo importante mas que pode ser definido como extrínseco, e cuja análise comparada é condicionada pela sua ausência nos questionários Albânia e Scuola per tenenti, é a contribuição do serviço militar feminino para a paridade dos sexos; e os alunos da Nunziatella, ao apontarem este aspecto como um dos principais factores a favor, confirmam substancialmente o seu reduzido entusiasmo em apoiar a hipótese da mulher soldado.

Tab. 4 *Motivos da vantagem na introdução do serviço militar voluntário feminino segundo os militares italianos*

	Albânia ^a	Vespri Siciliani ^b	Liceo militare ^c	Scuola per tenenti ^d
Recrutamento de pessoal voluntário actualmente insuficiente	15,8	10,5	12,6	30,8
Melhoria da eficiência/eficácia do serviço prestado	28,1	16,4	16,2	9,0
Melhoria das condições de vida e de trabalho nas FF.AA.	46,7	35,8	21,7	31,8
Contribuição para a efectiva paridade entre os sexos	n.d.	35,5	49,5	n.d.
Outros/N.R.	9,4	1,8	-	6,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

n.d.= pergunta não disponível

Fonte: a Battistelli, 1996

b Maniscalco, 1994

c Maniscalco, 1995

d Romano, 1993-1994

Uma análise mais completa, graças à presença das mesmas perguntas nas várias pesquisas, é possível através da tab. 5 (v.), que mostra os motivos de desvantagem na introdução do serviço militar feminino. Entre os que encontram sobretudo desvantagens nessa medida, a maior parte – em percentagens que roçam ou ultrapassam a maioria absoluta – cita a redução da eficiência/eficácia do serviço prestado. Em segundo lugar –

com um número de respostas de cerca $\frac{1}{4}$ – situa-se a menor coesão dos destacamentos. A desvalorização dos homens parece um motivo apontado por poucos ou muito poucos. Mais uma vez, concluindo, a primazia do pessimismo é apanágio dos alunos da Nunziatella, confirmando o dado – por si só contra-intuitivo – segundo o qual quanto mais jovem se é, mais amplas e mais radicais são as resistências em relação à abertura da organização militar às mulheres.

Tab. 5 *Motivos contra a introdução do serviço militar voluntário feminino segundo os militares italianos*

	Albânia ^a	Vespri Siciliani ^b	Liceo militare ^c	Scuola per tenenti ^d
Desvalorização do papel dos homens	11,2	14,1	2,8	-
Menor coesão dos destacamentos	22,4	23,7	26,2	25,0
Redução da eficiência/eficácia do serviço prestado	15,9	7,4	-	27,5
Outros/N.R.	15,9	7,4	-	27,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: a Battistelli, 1996

b Maniscalco, 1994

c Maniscalco, 1995

d Romano, 1993-1994

3. CONCLUSÕES

Concluindo, voltamos a sublinhar a importância da subjectividade dos que estão destinados a viver e a realizar um processo crucial de mudança organizativa (neste caso dos homens das Forças Armadas italianas). Não basta sancionar uma reforma através da lei para que ela “passe” para a cabeça das pessoas. Aliás, como demonstrou a maior parte das pesquisas efectuadas nas empresas e em organismos burocráticos das sociedades avançadas, a adesão das pessoas é decisiva para o sucesso das iniciativas empreendidas em cada organização.

É igualmente claro que as Forças Armadas apresentam características muito próprias: um comando único, uma cadeia hierárquica clara e

capilar e instrumentos de prêmio/sanção mais eficazes do que em qualquer outra organização pública. Charles Moskos (1988) lembra que, quando o Presidente Truman decidiu decretar a integração nas Forças Armadas de uma outra “minoria” (dessa vez não com base no gênero mas na etnia: os negros), não foi necessário esperar muito tempo para que a instituição militar se tornasse a primeira instituição pública sem segregação racial dos Estados Unidos.

Mas para se alcançar a aceitação individual e a coesão de grupo, que hoje caracterizam maioritariamente as relações inter-étnicas nas Forças Armadas dos Estados Unidos, foram necessárias a crise do Vietname, a profissionalização do serviço militar e, sobretudo, o crescimento de uma cultura comum através do trabalho quotidiano, lado a lado, de milhões de pessoas sem distinção de raça nem de sexo. Na organização militar, as mulheres devem voltar a escalar uma antiga parede e reconstruir *ex-novo* a sua imagem: nesse trabalho, a sua subjectividade e a dos homens serão decisivas.

BIBLIOGRAFIA

AMMENDOLA, Teresa (a cura), *Il militare postmoderno e la sua missione. Le caratteristiche sociologiche dei soldati italiani in Bosnia*, Milano, Angeli, 1999

ARMOR, David J., “Race and Gender in the U.S. Military”, *Armed Forces and Society*, 23, 1, 1996, pp. 7-27

BARKALOW, Carol, *In the Men's House*, New York, Poseidon, 1990

BASTIAN, Lisa D., LANCASTER, Anita R., REYST, Heidi E., 1995 *Sexual Harassment Survey*, Department of Defense, Defense manpower Data Centre, Arlington, Virginia, 1996

BATTISTELLI, Fabrizio, “Introduzione” a Charles C. Moskos, *Sociologia e soldati*, trad. it., Milano, Angeli, 1994, pp. 7-26

BATTISTELLI, Fabrizio, *Soldati. Sociologia dei militari italiani nell'era del peace-keeping*, Milano, Angeli, 1996

BATTISTELLI, Fabrizio (a cura), *Donne e Forze Armate*, Milano, Angeli, 1997a

BATTISTELLI, Fabrizio, “Con gli occhi degli uomini: l'opinione maschile in tema di donna soldato” in Battistelli, 1997b, pp. 185-210

BROWNMILLER, Susan, *Contro la nostra volontà*, tr. it. Milano, Bompiani, 1976

BURK, James, *The Military in New Times*, Boulder, Co, Westview Press, ed. 1994, pp. 141-162

CHIURLOTTO, Vania (a cura), "Donne come noi. Marocchine 1944 – Bosniache 1993", *DWF. Donna Woman Femme*, n. 1, 1993, pp. 42-67

COSER, Louis A., "The political functions of eunuchism", *American Sociological Review*, 29, 1964, pp. 196-215

COSER, Louis A., "Greedy organizations", *European Journal of Sociology*, 8, 1967, pp. 196-215

COSER, Louis A., *Greedy Institution: Patterns of Undivided Commitment*, New York, Free Press, 1974

D'AGATA, Carmelo, "Di alcuni effetti sociologici della guerra in Grecia", *Genus*, VI-VII, 1943-1949, pp. 228-235

ELSHTAIN, Jean B., *Women and War*, New York, Basic Books, 1987

FARINA, Fatima, "L'immagine della donna nella guerra del Golfo", *Sociologia e ricerca sociale*, n. 39, 1992, pp. 133-152

FARINA, Fatima, "Due greedy institutions: l'organizzazione militare e la famiglia", *Rivista trimestrale di scienza dell'amministrazione*, n. 3-4, 1993, pp. 231-252

FERRARI, Giuliano, "Donne nelle Forze armate. Alcune possibili conseguenze militari e sociali", in Battistelli, 1997a, pp. 146-156

FORNARI, Franco, *Psicologia della guerra*, Milano, Feltrinelli, 1966

FRANZINA, E., "Il tempo libero della guerra. Case del soldato e postriboli militari", in Leoni e Zadra, 1986, pp. 161-230

FREUD, Sigmund, *Massenpsychologie und Ich-Analyse*, trad. it. in *Il disagio della civiltà e altri saggi*, tr. it. Torino, Boringhieri, 1921

KLAIN, Eduard, *Psicologia e psichiatria di una guerra*, tr. it., Roma, Edizioni universitarie romane, 1994

LEED, Eric J., *No Man's Land. Combat & Identity in World War I*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979

LENZI, Maria Ludovica, "Come difendere la pace, addestrandosi a fare la guerra? Alcuni esempi storici", in Battistelli, 1997, pp. 63-84

LEONI D., Zadra C., *La Grande Guerra. Esperienza memoria immagini*, Bologna, Il Mulino, 1986

LUTTWAK, Edward, "Toward a Post-heroic Warfare", *Foreign Affairs*, 74, 3, 1995, pp. 109-122

MANISCALCO, Maria Luisa, *I nuovi compiti delle Forze Armate. L'immagine del servizio militare negli uomini dei Vespri Siciliani*, Rapporto di ricerca, Roma, Dap. SME, 1994

MANISCALCO, Maria Luisa, *Studio, ricerca e sondaggio nazionale sulla Scuola Militare Nunziatella*, Rapporto di ricerca, Roma, Dap. SME, 1995

MOSKOS, Charles C., *Soldiers and Sociology*, Alexandria U.S. Army Research Institute for the Behavioral and Social Science, 1988

MOSKOS, Charles C., James Burk, "The Postmodern Military", in Burk, 1994, pp. 141-162

MOSSE, George L., *Sessualità e nazionalismo*, tr. it. Roma-Bari, Laterza, 1984

POLIMETRICA, *Le donne italiane e il servizio militare femminile*, Rapporto di ricerca, Roma, Ministero per le Pari Opportunità, 1997

POZZI, Enrico, "La caserma come istituzione totale manipolante", *La Critica sociologica*, n. 19, 1971, pp. 88-124

ROCHAT, Giorgio, "Il mondo militare e le donne. Uno sguardo retrospettivo", in Battistelli, 1997a, pp. 41-46

ROMANO, P., *La donna soldato nell'immagine dei militari italiani. Un'indagine sui giovani ufficiali dell'Esercito*, Facoltà di Lettere e Filosofia, Corso di laurea in Sociologia, Università di Salerno, 1993-1994

SAVARESE, Rossella, *Indagine sulla propensione delle donne italiane a svolgere il servizio militare*, Roma, Cemiss, 1994

SEGAL, Mady Wechsler, *The Military and Family as Greedy Institutions*, in Charles C. Moskos, Francis R. Wood (eds.), *The Military. More than just a job?*, Washington-London, Pergamon Brassey's, 1988, pp. 93-113

A Mulher e as Forças Armadas Portuguesas

José Hermínio Estevão Alves

Tenente Coronel de Artilharia

Assessor no Gabinete do General Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas

*"... Brites de Almeida abatera sete castelhanos
com a pá do seu forno...*

*... Negociava em gado e batia-se a varapau
de feira em feira"*

Rocha Martins, História de Portugal

INTRODUÇÃO

A chegada da mulher ao palco da guerra no desempenho de papéis na primeira linha do combate poderá considerar-se um estádio avançado de uma longa luta de emancipação desencadeada com a revolução industrial e na sequência do envolvimento feminino na chamada "força do trabalho". Há cerca de dois séculos atrás, o estreito laço entre a cidadania e "o direito a combater" era um exclusivo dos indivíduos livres e do sexo masculino. Só os homens eram considerados cidadãos porque, para além de deterem a capacidade efectiva de ser eleitos e elegerem, a eles cabia o desempenho das tarefas militares.

A emergência dos movimentos feministas visou alterar uma situação injusta para as mulheres. Mary Wollstonecraft, ao apresentar em 1792 a sua obra "Vindication of the Rights of Women", foi a pioneira do início da luta de libertação "da tirania do homem sobre a mulher". Desde então, os movimentos feministas que arrancaram nos Estados Unidos da América e alastraram à Europa encetaram uma luta difícil e morosa pela consagração dos direitos de cidadania da mulher.

Foi nos Estados Unidos da América, no estado do Wyoming, pela primeira vez em 1869, que as mulheres viram reconhecido o direito de voto, o qual se alargou a nível nacional em 1920, meio século depois.

Na Europa, o direito de voto pela mulher foi adoptado, sucessivamente, em vários países: Dinamarca (1915), Alemanha (1918), Luxemburgo e Holanda (1919), Grã-Bretanha (1918 e 1928) e Irlanda (1922). Contudo, só no fim da II Guerra Mundial esse direito se consagrou em França (1944), na Itália (1945) e na Bélgica (1948). Em Portugal e Espanha, só com o advento dos regimes democráticos, na década de setenta, se pôde falar de igualdade de direitos entre homens e mulheres.

A tradicional exclusividade de tarefas masculinas e femininas esbateu-se e o papel da mulher na família foi sofrendo alterações como consequência

da sua integração profissional em áreas tradicionalmente reservadas aos homens. A incorporação de mulheres nas Forças Armadas pode considerar-se como um resultado do longo processo de defesa da igualdade de tratamento e oportunidades entre indivíduos de ambos os sexos. No entanto, considerados apenas os desenvolvimentos do século XX, verifica-se que a participação das mulheres nas Forças Armadas constituiu um processo gradual que teve o seu início em períodos críticos da História. O papel das mulheres nos serviços de apoio à actividade militar assume particular importância durante as I e II Guerras Mundiais porque a sua admissão permitiu uma maior disponibilidade dos homens para as tarefas essencialmente combatentes. Durante a II Guerra Mundial as Forças Armadas dos Estados Unidos atingiram o efectivo de cerca de 265 000 mulheres envolvidas em tarefas de apoio. Na União Soviética, à semelhança do que já ocorrera na I Guerra Mundial, a presença de mulheres nas fileiras do Exército Vermelho revelou-se de extrema importância. A drástica redução do universo masculino de recrutamento e o prolongamento do conflito levaram à incorporação de um efectivo de cerca de um milhão de mulheres, destinadas a todo o tipo de especialidades, nomeadamente, de infantaria, blindados e artilharia. Com a desmobilização no final da guerra esses números baixaram substancialmente, tendo a presença das mulheres atingido valores irrelevantes.

A partir da década de 70, a incorporação das mulheres adquiriu papel de relevo nas Forças Armadas dos Estados Unidos da América.

Em 1972, as mulheres atingiram neste País um efectivo de 45 000, cerca de 2% do total dos militares. Mas com a criação neste País de um instrumento militar baseado apenas em voluntários – All Volunteer Force (AVF) – aliada às crescentes dificuldades de recrutamento e ao estatuto social assumido pelas mulheres, o Congresso americano aboliu qualquer percentagem limitativa da participação feminina nas Forças Armadas. Presentemente, existem cerca de 220 000 mulheres nas Forças Armadas dos Estados Unidos, constituindo cerca de 14% do efectivo total de militares. Nenhuma outra Nação no mundo detém uma percentagem tão elevada. Esta nova situação iniciada nas Forças Armadas dos Estados Unidos estendeu-se, nomeadamente, aos países integrantes da OTAN. As alterações estratégicas entretanto, ocorridas na Europa, no decorrer da década em curso, vieram contribuir para o acentuar desta situação.

O redimensionamento em pessoal e material, levado a cabo nas Forças Armadas dos países da OTAN, conjugado com a necessidade constatada

de alargar o mais possível o recrutamento voluntário como consequência do abono da conscrição, veio a institucionalizar em definitivo o papel das mulheres nas Forças Armadas.

Nos últimos cinco anos assistiu-se ao aumento significativo do número de mulheres nas Forças Armadas, quer ao nível dos quadros permanentes, quer ao nível do regime de contrato, fruto de duas tendências concorrentes:

- Uma, resultante da diminuição do número de jovens do sexo masculino que pretendem aderir à carreira militar ou simplesmente servir como contratados;
- Outra, derivada da crescente dificuldade em recrutar homens em áreas de formação onde as mulheres são naturalmente maioritárias, tais como secretariado, tradutores, serviços de saúde.

O CASO PORTUGUÊS

Em Portugal, a primeira vez em que cidadãos do sexo feminino participaram em actividades militares remonta à I Guerra Mundial quando o Corpo Expedicionário Português (CEP) enviado para França integrou mais de 10 voluntárias graduadas em alferes, após a conclusão de um curso de primeiros socorros no Hospital Militar de Belém.

Tendo partido para França no início de 1918, estas mulheres, as pioneiras portuguesas do Serviço Militar Feminino, cerca de dez anos depois, foram promovidas ao posto de tenente.

Na sequência da participação da mulher portuguesa em apoio do CEP em França, o Governo da I República, por decreto de 28 de Agosto de 1918, instituiu:

“Tendo-se reconhecido a necessidade de preparar a mulher para desempenhar condignamente o papel de enfermeira militar e de criar a enfermagem feminina nos hospitais do país, nos campos de batalha e noutros estabelecimentos congéneres:

....

Artigo 1º – Serão criadas junto dos hospitais militares de 1ª classe, em Lisboa e Porto, escolas de enfermeiras militares destinadas ao Exército.

....

Artigo 22º – É o Secretário de Estado do Governo autorizado a recrutar as enfermeiras que forem necessárias para o Serviço de Saúde do Exército.

....

Artigo 31º – É aplicável às enfermeiras militares o disposto no Regulamento Disciplinar do Exército para os oficiais”.

Outro momento marcante da presença feminina nas Forças Armadas Portuguesas veio a acontecer quando em 1961 foi criado o quadro das enfermeiras pára-quedistas da Força Aérea Portuguesa. O quadro que na época se formou, permaneceu aberto entre 1961 e 1973. Embora prevendo 9 oficiais e 12 sargentos, nunca esteve completo, apesar de terem sido feitos durante o referido período, 12 cursos de pára-quedismo para enfermeiras, aos quais, concorreram 126 mulheres voluntárias, sendo brevetadas 48.

Durante a guerra em Angola, Moçambique e Guiné, aquelas mulheres prestaram, algumas ao longo de 10 anos, um inestimável serviço em unidades de pára-quedistas e da Força Aérea, com destaque para a sua participação nas evacuações aéreas realizadas em pleno teatro de operações da Guiné.

O sucesso desta iniciativa parece ter conduzido a que a Força Aérea Portuguesa não deixasse de admitir mulheres nos seus quadros, mesmo após o fim da guerra no ex-Ultramar.

No ano de 1968, em pleno fluir da guerra no ex-Ultramar foi publicada a nova Lei do Serviço Militar – Lei nº 2135, de 11 de Julho – que no nº 2 do seu Artigo 2º referia que “*Os cidadãos portugueses do sexo feminino podem ser admitidos a prestar serviço militar voluntário*”.

Em 1972, foi publicada uma portaria que estabeleceu as condições para admissão de pessoal feminino voluntário para as especialidades de médicas e farmacêuticas, em qualquer Ramo das Forças Armadas, definindo o período mínimo de um ano de prestação de serviço, com possibilidade de prorrogação e prevendo a sua graduação até tenente-coronel ou capitão-de-fragata, conforme o Ramo. Nos anos seguintes à publicação desta portaria apenas a Força Aérea admitiu mulheres que vêm desempenhando funções no seu Serviço de Saúde, na classe de Oficiais.

Após o fim da guerra do Ultramar com o advento do 25 de Abril, o Exército, em 1975, difundiu uma directiva para que fossem admitidas

mulheres para preencher 20 vagas nos quadros de farmácia, estomatologia e veterinária. Concorreram 200 jovens licenciadas que chegaram a receber formação básica na Academia Militar, entretanto preparada, para o efeito. No entanto, o evoluir dos acontecimentos políticos veio impedir a concretização desta iniciativa.

O interesse por esta questão só tornou a reavivar-se em 1984, quando foi anunciada uma proposta de lei, elaborada pelo Ministro da Defesa Nacional, onde se perspectivava o alargamento da obrigatoriedade do serviço militar às mulheres. Invocando a ausência de recursos financeiros e de condições estruturais necessárias, este diploma proclamava a dispensa das obrigações militares para “os cidadãos do sexo feminino”, abrindo-se, todavia, a possibilidade de prestação voluntária do serviço efectivo em conformidade com os limites de idade e os quantitativos a definir para cada Ramo das Forças Armadas.

Mais tarde, em 1986, foi apresentado para discussão parlamentar, um novo anteprojecto de Lei do Serviço Militar para consagrar a dispensa de prestação de serviço militar obrigatório pelas mulheres, ficando ressalvado, no entanto, a sua prestação sob a forma de voluntariado.

Só no início da década de 90, foram criadas as condições que abriram, em definitivo, as Forças Armadas à prestação de serviço militar pelas mulheres.

Tal facto, resultou, fundamentalmente, de dois actos legislativos concorrentes: uma nova Lei de Serviço Militar e uma portaria reguladora da prestação de serviço militar pelas mulheres.

A nova Lei de Serviço Militar aprovada em 1991, preconizou um serviço efectivo normal na sua generalidade, por um período de 4 meses, em simultâneo com um serviço militar, em regime de contrato, para homens e mulheres, durante um tempo mínimo de 24 meses e máximo de 8 anos, antecedido de um período de voluntariado.

É também esta lei que cria as condições legais que irão permitir, nomeadamente a partir de 1992, o ingresso das mulheres nas Escolas de Formação de Oficiais e Sargentos com destino aos Quadros Permanentes das Forças Armadas.

Desde então, a adesão das mulheres portuguesas às Forças Armadas tem sido um sucesso, o que se espelha no quadro abaixo, referente aos quantitativos de pessoal feminino presentes em serviço nas fileiras em Novembro de 1998:

RAMO CATEGORIA	MARINHA	EXÉRCITO	FORÇA AÉREA
OFICIAIS	55	166	72
SARGENTOS	17	414	32
PRAÇAS	251	978	544
TOTAIS	323	1558	648

O FUTURO

É comumente aceite que um objectivo estrutural para as Forças Armadas de um efectivo com cerca de 40900 homens e mulheres, constituirá o suporte mínimo em recursos humanos para corporizar um instrumento militar capaz de satisfazer as necessidades de defesa militar de Portugal e os compromissos internacionais assumidos.

O actual efectivo de 2529 mulheres já representa 6,2% desse objectivo estrutural. No entanto, algumas correntes de pensamento sobre as Forças Armadas admitem, como aceitável, uma percentagem máxima de 8% de pessoal militar do sexo feminino, ou seja cerca de 3270 mulheres.

Aqui poderá levantar-se uma interrogação quanto ao quantitativo de mulheres nas Forças Armadas no futuro.

De facto, a recente desconstitucionalização do Serviço Militar Obrigatório imporá que, passado um período de transição, o serviço militar efectivo seja exclusivamente assegurado por pessoal permanente e em regime de contrato, homens ou mulheres.

Havendo uma diminuição do número de jovens do sexo masculino que pretendem ingressar nas Forças Armadas, mesmo não existindo limites fixados, qual será então, a percentagem adequada em mulheres? 10%? 15%? 30%? 50%? Ou mais?

De acordo com um estudo realizado recentemente no Exército dos Estados Unidos, apenas 10% das mulheres conseguem atingir os requisitos físicos mínimos em 3/4 das especialidades existentes.

Assim sendo, qual será então, por exemplo, a percentagem adequada em mulheres nas unidades da 1ª linha de combate?

Actualmente, nas diferentes Forças Armadas que integram a OTAN, existem mulheres a pilotar aviões de transporte, de reabastecimento, de combate, desempenhando também funções de instrutoras de pilotagem, servindo em navios, em unidades operacionais terrestres, nas polícias militares, nos sistemas de comando e controlo ou ainda, nos sistemas logísticos. A avaliação feita ao comportamento das mulheres militares nessas funções tem demonstrado que os seus níveis de prontidão e disciplina em nada ficam a dever aos homens. Na Guerra do Golfo, por exemplo, a mulher não combateu “corpo a corpo” mas, nas outras actividades militares em que participou, fê-lo com brilhantismo.

Daqui poderá inferir-se que não existem respostas concretas e definitivas para as interrogações levantadas.

No final deste século e no limiar do milénio que se avizinha está em curso uma profunda transformação estrutural nas Forças Armadas ditada pela evolução tecnológica, a que se designou de “Revolução nos Assuntos Militares” (Revolution in Military Affairs ou RMA). Esta transformação caracterizada pela adopção de comunicações digitais, sistemas laser, sistemas GPS e processamento informático de dados, aliados aos sistemas de vigilância aérea e espacial, são o prenúncio de uma nova era no campo de batalha.

A presença no campo de batalha de Forças Armadas equipadas com as novas tecnologias de informação e de vigilância e detecção tridimensional e com as chamadas armas “inteligentes”, constituirá, por si só, uma nova forma de dissuasão eficaz. Futuramente, as novas formas de intervenção das Forças Armadas, nomeadamente, dos países membros da OTAN, privilegiarão, por certo, a dissuasão em detrimento do combate.

Por outro lado, o soldado do século XXI utilizará equipamentos que aumentarão substancialmente a sua sobrevivência em combate. Vestirá fardas impermeáveis e blindadas e disporá de câmaras de infravermelhos e visores térmicos que lhe permitirão detectar, nomeadamente, armadilhas e minas anti pessoal, em quaisquer condições climatéricas, de noite ou dia, sem as fazer detonar. Disporá também de uma panóplia de armas individuais não letais que paralisarão o inimigo e de armas laser capazes de identificar as armas inimigas e destruir os seus sistemas ópticos.

Estas realidades impostas pelas novas tecnologias, contribuirão para esbater, pouco a pouco, a diferença entre o homem e a mulher, em especial, nas funções de combate, tornando, provavelmente, irrelevante a questão percentual do elemento feminino nas Forças Armadas.

As Forças Armadas Portuguesas terão ainda, um longo percurso a percorrer para recuperar um certo atraso tecnológico em que se encontram. Contudo, relativamente à forma como decorreu a integração da mulher nas suas fileiras, podem constituir um exemplo para as suas congéneres, sobretudo no que se refere à sua convivência e ao respeito mútuo entre militares de ambos os sexos.

BIBLIOGRAFIA

- Defesa Nacional, *Legislação I*
- Carreiras, Helena, *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*, Cosmos, 1997
- Carrilho, Maria, *As Mulheres e a Defesa Nacional*, Cadernos Condição Feminina n° 30, 1990
- Soares, Brig. Bento, *A Mulher e as Forças Armadas*, 1991

Mulheres Militares em Portugal (1992-1998) Políticas, Processos e Protagonistas

Helena Carreiras

Socióloga, docente no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

Investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES)

e no Instituto Universitário Europeu em Florença

INTRODUÇÃO

No início da década de 90 as perspectivas para a integração feminina nas Forças Armadas Portuguesas alteraram-se de forma substancial relativamente àquela que havia sido a participação histórica das mulheres em actividades militares. De uma situação em que a sua presença nas fileiras se rodeara das características de excepionalidade que nas democracias ocidentais de um modo geral sempre acompanharam o apelo militar às mulheres, chegava-se, duas décadas após o início deste processo noutros países, ao momento da sua integração militar em Portugal, com pleno estatuto militar e em tempo de paz.

Neste artigo propõe-se um balanço desse processo, focalizando a análise a três níveis distintos:

Desde logo, em termos do período preparatório, caberá *escrutinar reacções e posicionamentos políticos e institucionais*: Como foi inicialmente avaliada esta nova possibilidade por parte de sectores relevantes da vida pública e da sociedade portuguesas? De que forma se posicionavam os militares perante a iminência de tal transformação? Que factores motivaram este processo no nosso país?

Numa outra dimensão, importará inquirir sobre as *políticas definidas para o recrutamento feminino*: Como se preparou a instituição militar para receber os novos membros? Que políticas definiu para o recrutamento e integração de mulheres nas suas fileiras?

Finalmente, com referência à experiência de outros países, procurar-se-á evidenciar algumas *questões relevantes para o futuro*: Que problemas centrais poderemos antecipar quanto à integração militar feminina? Que perspectivas e constrangimentos se esboçam para o futuro da sua presença nas Forças Armadas Portuguesas?

1. A PREPARAÇÃO DO PROCESSO: CONTEXTO E CONSTRANGIMENTOS

O recrutamento de duas jovens mulheres para o curso de pilotos da Academia da Força Aérea, em 1988, constituiu um acontecimento singular nos registos do recrutamento militar em Portugal e tanto do

ponto de vista simbólico como prático, pleno de consequências. Nos anos seguintes, o número de candidatas ampliou-se significativamente, e em Janeiro de 1990, foi aprovado um diploma permitindo à Academia da Força Aérea a admissão de mulheres para diferentes áreas, tais como pilotagem, engenharia, medicina e administração. A partir desta altura, a situação modificou-se rapidamente, com a progressiva emissão de regulamentação específica fixando as classes, armas e serviços e especialidades abertas às mulheres, em cada ramo das Forças Armadas¹, elaborada na sequência da publicação da lei nº22/91 (Lei de alteração à Lei do Serviço Militar), onde explicitamente se contemplava a emissão destes diplomas. No final de 1991, um primeiro grupo de 56 recrutas, seleccionadas entre 239 candidatas, foram admitidas à prestação voluntária do serviço militar na Força Aérea; em Março de 1992, o Exército – onde mulheres oficiais desempenhavam já funções como médicas e farmacêuticas – admitiu 34 jovens com vista ao cumprimento do serviço militar, e no mesmo ano abriu as portas da Escola de Sargentos do Exército e da Academia Militar a cadetes do sexo feminino; do mesmo modo, na Marinha foram dados em Dezembro de 1992 os primeiros passos na admissão de pessoal feminino, com o recrutamento de um primeiro contingente de 80 jovens. Sintomático da atracção que esta nova possibilidade parece ter constituído é o facto de 3423 mulheres terem apresentado a sua candidatura para o cumprimento voluntário do serviço militar nos três ramos das Forças Armadas, durante os anos de 1992 e 1993, das quais 1204 no Exército, 662 na Marinha e 1557 na Força Aérea. No início de 1994 mais de um milhar de mulheres prestavam serviço efectivo nas Forças Armadas. Em 1998 esse número ultrapassava já os 2500.

Se, por ocasião do início do processo, a perspectiva de integração nas Forças Armadas pareceu constituir uma opção atraente para largas centenas de jovens portuguesas, caberá também registar aqui a forma como noutras áreas e espaços institucionais esta questão foi abordada. Em que contexto institucional se processou a incorporação feminina? Quais as reacções e posicionamentos assumidos por parte de responsáveis políticos e militares? Eis alguns aspectos por onde valerá a pena iniciar a

1 Portarias nº 1156/91 de 11/11/91 (Exército); nº777/91 de 8/8/91 (Força Aérea); nº163/92 de 13/3/92 (Marinha).

análise e que são reveladores do ambiente que rodeava no exterior e interior da instituição militar a preparação da entrada de mulheres nas Forças Armadas.

1.1 Reacções e posicionamentos político-institucionais

De um modo geral, pode identificar-se uma atitude de relativa indiferença, ou pelo menos ausência de posicionamentos claros, evidenciada já por altura da elaboração, em 1990, de um estudo de diagnóstico e prospecção de políticas aplicáveis ao caso português², em que procurou auscultar-se associações de mulheres e representantes de partidos com assento parlamentar. Ao contrário de diversas organizações de mulheres que, excepcionalmente, haviam já levado a cabo um processo de reflexão conducente à tomada de posicionamentos colectivos nesta matéria, nenhum dos partidos políticos com representação parlamentar assumiu formalmente uma posição sobre a questão da participação militar feminina. Para além das posições expressas por ocasião da discussão da lei do Serviço Militar, em que todos os partidos representados na Comissão Parlamentar de Defesa, com excepção do PCP, aprovaram o diploma que previa a participação voluntária de mulheres nas Forças Armadas, nenhuma outra reacção subsequente parece ter tido lugar. No âmbito do referido estudo foi no entanto possível reunir um conjunto diverso de opiniões e perspectivas individuais de deputadas representando diversas forças políticas, as quais, com poucas excepções, revelaram uma 'favorabilidade condicional'; ou seja, a presença de mulheres nas Forças Armadas era, em princípio, aceite, desde que assegurado um conjunto de condições relacionadas com modalidades de recrutamento e garantias de igualdade no acesso e progressão das mulheres na estrutura militar. Se no que se refere à *modalidade de recrutamento*, o voluntariado aparecia como a única possibilidade aceitável para as parlamentares do PS, PCP e PSD contactadas, a representante do então presente Partido Renovador Democrático, admitia mesmo a possibilidade do recrutamento obrigatório, de acordo com princípios de paridade e não discriminação entre os sexos. Neste caso, salvaguardava-se contudo um conjunto de normas

2 CARRILHO, Maria, *As Mulheres e a Defesa Nacional*, Cadernos Condição Feminina, n.º30, Lisboa, CCF, 1990.

relacionadas com a aplicabilidade daquele princípio: "(...) se tivermos em conta a actual estrutura da Defesa e do serviço militar nacional, não será para cedo que haverá condições para se poder fazer o recrutamento de mulheres. Inúmeras alterações se impõem perante esta hipótese, alterações essas que passam pela estrutura das instalações militares, pelos critérios de incorporação e pelos métodos de recrutamento e aprendizagem"³. Curiosamente, o departamento de mulheres da CGTP-in seria a única organização a secundar a posição desta deputada, no que se refere à aceitação da conscrição.

Num polo diametralmente oposto, e assinalando uma excepção neste conjunto de posicionamentos, a deputada do partido 'Os Verdes' rejeitava qualquer tipo de serviço militar para as mulheres, com base na contestação da própria existência de Forças Armadas e na defesa dos princípios da não-violência, susceptíveis de assegurar "a paz e a vida, através da utilização de meios políticos e de uma defesa social em vez de meios militares"⁴.

Por seu turno, a questão da *não discriminação no acesso às diversas funções e posições militares*, reunia já o consenso das várias dirigentes políticas, ao sublinharem a necessidade de que não apenas fossem criadas as condições para o recrutamento de mulheres como a de que esse processo respeitasse princípios fundamentais de paridade entre sexos. Alguns comentários então produzidos expressam directamente esta preocupação: "(...) mesmo o regime de voluntariado não deverá servir para continuar na estrutura militar o estatuto de secundarização para o qual tentou remeter-se a mulher durante tantos anos, atribuindo-lhe os serviços mais rotineiros e menos considerados (serviços de limpeza, cozinhas, etc"⁵; "A mulher deverá poder aceder a todas as chefias e funções militares, desde que tenha competência para o seu desempenho (...) Os homens continuam a pensar que detêm em exclusividade certas profissões e que todos os postos de chefia lhes pertencem. Este problema só será de facto ultrapassado com a alteração das mentalidades"⁶.

Esta questão encontrava-se também no centro das atenções de diversas associações de mulheres que nesta altura haviam já tomado posição, de

3 Tomada de posição da deputada Isabel Espada.

4 Tomada de posição da deputada Maria Santos.

5 Tomada de posição da deputada Ilda Figueiredo.

6 Tomada de posição da deputada Julieta Sampaio.

entre as quais se destaca a então Comissão da Condição Feminina. Subscrevendo uma opinião favorável ao alargamento do serviço militar às mulheres, esta organização empenhou-se em discutir o alcance das medidas legislativas respeitantes à participação militar feminina, designadamente quanto à sua compatibilidade com o reconhecimento da função social da maternidade e com o princípio constitucional da igualdade. Nesta linha, defendeu a necessidade de garantir que o acesso das mulheres pudesse abranger as Escolas Superiores Militares, bem como todos os postos e chefias, “de modo a que a extensão do serviço militar às mulheres não venha a traduzir-se num acantonamento na linha dos ‘tradicionalmente femininos’ – cantinas, limpezas, secretaria – e em novas formas de discriminação”⁷. Demonstrando também alguma preocupação com o problema da garantia ou ausência de condições de igualdade, a ‘Intervenção feminina’ pronunciou-se negativamente face à possibilidade de extensão do serviço militar obrigatório às mulheres subscrevendo a ideia de que ‘independentemente da posição que se possa ter relativamente ao serviço militar das mulheres, invocar-se o princípio da igualdade quando na lei nada está previsto para que exista essa igualdade, é um argumento que não colhe’⁸.

Outras organizações, como o Movimento Democrático das Mulheres, assumiram já posições mais radicais de oposição à possibilidade do recrutamento militar feminino, manifestando uma atitude crítica face à própria Instituição militar, e sublinhando a suposta associação histórica das mulheres às tarefas da paz, do diálogo e de “uma forma de estar na vida incompatível com os princípios que assistem à prestação do serviço militar”⁹.

Para além disto, chamava-se ainda a atenção para a necessidade de respeitar a vontade das próprias mulheres, proporcionando-lhes informação por forma a poderem exprimir as suas opiniões sobre questões de Defesa e organização das Forças Armadas. (Intervenção Feminina e Liga dos Direitos das Mulheres).

A diversidade de pontos de vista que emerge destes depoimentos terá porventura caracterizado também as posições assumidas no interior das próprias Forças Armadas, revestindo-se aí naturalmente de outros

7 Depoimento publicado na revista *Mulheres*, Abril de 1987, p.10.

8 Depoimento publicado na revista *Mulheres*, Abril de 1987, p.10.

9 Entrevista com Carolina Mega, Fevereiro de 1989.

contornos. Não dispomos contudo de informação sobre todos os diferentes grupos de actores e os seus sentimentos e avaliações face ao anunciado fim da exclusividade masculina da instituição militar. Conhecemos contudo as posições assumidas pelos oficiais, inquiridos no âmbito do estudo de diagnóstico a que vimos fazendo referência. Neste caso, diversos aspectos parecem merecer um alargado consenso. Desde logo, a esmagadora maioria dos oficiais mostrava-se claramente favorável à integração de mulheres nas Forças Armadas (em percentagens que rondavam os 85% na Marinha e superavam os 90% nos outros ramos), bem como ao reconhecimento de condições para a sua progressão profissional. Consideravam, designadamente, que as mulheres deveriam ser integradas em unidades mistas e não apenas em unidades exclusivamente femininas e que deveriam poder aceder aos quadros de oficiais e ao quadro permanente. Menos consensual era já a questão das funções a desempenhar pelas mulheres, suscitando uma nítida divisão de opiniões entre os oficiais do Exército, onde cerca de metade considerava que as mulheres deveriam ser apenas recrutadas para os serviços e cerca de 40% admitia que isso poderia ocorrer em todas as armas e serviços. Na Marinha, esta opinião invertia-se em idêntica proporção a favor da maior abertura de funções, enquanto na Força Aérea se reafirmava esta última posição com cerca de 2/3 das respostas positivas.

Controvérsias eram também as questões relacionadas com a participação em combate ou em forças especiais, em que, de um modo geral, a divisão de opiniões se expressava entre grupos de idêntico peso contra e a favor. Isto, apesar de a Força Aérea revelar, em ambos os casos, uma atitude de maior receptividade à presença feminina. Por último pode ainda destacar-se o facto de a maioria dos oficiais considerar que a integração feminina encontraria dificuldades na Marinha e sobretudo no Exército, e já em muito menor grau na Força Aérea, o que muito provavelmente se relaciona com o conhecimento da prévia experiência deste ramo.

É pois num contexto que poderemos considerar de relativa abertura – embora rodeado de hesitações, que, como veremos adiante, deixarão as suas marcas ao nível da concepção e implementação de políticas – que irá iniciar-se a entrada de mulheres nas Forças Armadas Portuguesas. Mas que factores concretos motivaram e proporcionaram a efectivação dessa realidade?

1.2 Transformações jurídico-organizativas e recrutamento feminino

A aceleração do recrutamento feminino coincide, em Portugal, com o início de um processo mais amplo visando a reestruturação e redimensionamento da instituição militar, no âmbito do qual o serviço militar e, correlativamente, a legislação que o contemplava, foram também objecto de significativas alterações. Esse quadro deverá naturalmente ser tido em conta quando se pretende analisar o processo de incorporação de mulheres nas Forças Armadas Portuguesas, na medida em que fornece os aspectos do contexto institucional que justamente permitiram essa nova possibilidade.

Num momento em que o sistema da conscrição geral se encontra sujeito a uma crescente pressão e se definem, em muitos países, planos para a constituição de sistemas alternativos de serviço militar, Portugal não parece escapar à tendência geral. Com efeito, o impacto das transformações que se verificavam noutros contextos nacionais fazia já sentir-se no nosso país no início da década de 90, como indiciam as mudanças que vinham a ensaiar-se, desde o final dos anos 80, em torno da legislação do Serviço Militar, designadamente as que viriam a ser consagradas pela Lei 30/87 (Lei do Serviço Militar). Não pondo ainda em causa o imperativo da obrigatoriedade do serviço militar, o qual continuou a ter expressão constitucional, essa lei veio consagrar várias alterações relativamente à anterior legislação, entre as quais poderemos destacar a redução do tempo de duração do serviço efectivo normal e a reafirmação da dispensa das obrigações militares para os 'cidadãos do sexo feminino', ressaltando-se os casos de voluntariado. Apesar da amplitude das transformações enunciadas, que nalguns casos não conheceram expressão prática nos anos que se seguiram, um dos aspectos de maior saliência relativamente à anterior legislação, parecia ser a progressiva redução do tempo de prestação do Serviço Efectivo Normal – fixado em 12 a 15 meses no Exército e 18 a 20 meses na Marinha e Força Aérea – prevendo-se, adicionalmente, um período máximo de 6 anos para a redução aos mínimos estabelecidos. Sendo certo que, na prática, a duração de dois anos contemplada na lei 2135/68 para os três ramos das Forças Armadas, tinha vindo a ser reduzida (limitando-se a 16 meses no Exército e 22 e 24 meses respectivamente na Marinha e Força Aérea), entendia-se agora que o processo de redução deveria ser implementado de forma gradual, dada a necessi-

dade de organização e planeamento, novas infra-estruturas, aumento dos encargos previsíveis, etc... Não obstante, 4 anos após a publicação desta lei – e num contexto em que se preparavam profundas reestruturações ao nível da organização militar – é anunciada, através da Lei nº 22/91, uma nova redução, desta feita bastante mais pronunciada: o Serviço Efectivo Normal passa a ter a duração de 4 meses, podendo ser prolongado até ao limite máximo de 8 meses se prestado no Exército e 12 meses se prestado na Marinha e Força Aérea. Indo provavelmente ao encontro de uma aspiração dos jovens, que em Portugal como noutros países, ao longo das últimas décadas, vinham demonstrando uma atitude crítica relativamente à organização do serviço militar – contestando, entre outros aspectos, a sua duração excessiva – esta medida não deixou todavia de alimentar algum cepticismo. O que, em qualquer caso, valerá a pena destacar, é que este aspecto, cujo impacto público tendeu porventura a invisibilizar outras inovações introduzidas pelo quadro legal, adquire uma significância particular se analisado de forma articulada com outras medidas. Com efeito o que a nova lei enunciava não se reduzia a um mero conjunto de alterações técnicas e instrumentais, independentemente do impacto, amplitude e consequências de que pudessem revestir-se. O que parecia estar em causa era a construção de uma nova imagem Forças Armadas, de uma tentativa de reconversão, não apenas material, técnica e estratégica, mas também simbólica. É, de facto, sob o signo da reestruturação, do reequipamento e da racionalização de efectivos e quadros, que se anuncia uma ‘nova concepção de serviço militar’¹⁰ onde os conceitos chave de ‘modernização’ e ‘profissionalização’ adquirem proeminência, enquadrando algumas das mais significativas alterações introduzidas.

Para além da referida diminuição do tempo do Serviço Militar e da redução do limite máximo de idade para as obrigações militares – o qual passa dos 38 para os 35 anos – um especial relevo é dado ao recrutamento especial, nomeadamente aos regimes de voluntariado e contrato¹¹, os

10 Ver, por exemplo, o preâmbulo do decreto-lei 336/91 ou a brochura *Viver nas Forças Armadas*.

11 O Serviço efectivo em regime de Voluntariado compreende a prestação de serviço do militar, que, tendo cumprido o SEN, deseje manter-se ao serviço por um período de 8 a 18 meses. O serviço efectivo em Regime de Contrato é o serviço prestado pelo militar que após ter cumprido serviço em regime de voluntariado pelo período mínimo de 18 meses, continua ou regressa ao serviço por um período de tempo limitado, entre 2 a 8 anos.

quais, segundo o legislador “tendencialmente vão absorver um maior número de cidadãos que corporizarão as Forças Armadas com efectivos que substituirão, em grande parte, os que se encontravam anteriormente em serviço efectivo normal”¹². A ênfase colocada neste tipo de recrutamento é significativamente ilustrada por um conjunto de incentivos de natureza sócio-económica, oferecidos, como contrapartida, aos jovens que optassem por estas modalidades não obrigatórias, sendo apresentado como um elemento de modernização das Forças Armadas, “potenciando o seu rejuvenescimento permanente, propiciando carreiras curtas, cumpridas pelos cidadãos como uma primeira etapa da sua vida profissional” e simultaneamente “um programa de acções motivador da adesão responsável dos jovens à vida militar que comporte perspectivas de futura integração na vida activa civil”¹³. Esses incentivos, planeados num quadro inter-ministerial, abrangiam as diferentes modalidades de informação e orientação profissional, apoio à obtenção de habilitações académicas, apoio à formação profissional, compensação financeira e material e ainda apoio social. A acompanhar estas medidas, foi accionado um mecanismo de divulgação e informação que ultrapassou mesmo os ‘circuitos internos’ da Instituição. A produção de brochuras, folhetos, cartazes, e sobretudo o apelo mediático concretizado na emissão televisiva de ‘spots’ publicitários, projectavam uma nova imagem das Forças Armadas: o serviço militar passava assim a ser apresentado aos jovens como um projecto atraente, uma oportunidade de valorização profissional e um instrumento de promoção pessoal. Vejamos alguns exemplos: “Com a iniciação e desenvolvimento de uma formação técnico-profissional, até então desconhecida, o cidadão em SEN pode ver despertar uma nova vocação, deixando evidenciar as suas potencialidades pessoais”¹⁴; “O modelo legal arquitectado visa sensibilizar o jovem à prestação do serviço militar como actividade profissional exigente e de superior interesse público, contrabalançando os inconvenientes da sua eventual curta duração com estímulos adequados a reimplantar o cidadão na vida activa não militar enriquecido com os instrumentos hábeis a um sucesso humano integral”¹⁵. Parecia detectar-se neste novo modelo –

12 Preâmbulo do decreto-lei 143/92.

13 Preâmbulo do decreto-lei 336/91.

14 Brochura *Viver nas Forças Armadas*.

15 Portaria 227-B/92, DR. II série, nº169, 24/7/92.

ou pelo menos no discurso que o tematizava – a presença de elementos tributários da tendência que Moskos designou por ‘ocupacional’: a valorização dos aspectos técnico-profissionais e um claro afastamento relativamente ao ethos militar tradicional. Embora não estejam ausentes apelos de tipo ‘institucional’, a ênfase é decididamente atribuída a motivações ‘ocupacionais’. Ora, justamente o facto de se enfatizar o recrutamento nas modalidades de voluntariado e contrato, bem como o aparente reforço desta componente ‘ocupacional’ não foram certamente alheios à abertura dos estabelecimentos militares às mulheres. Factores relacionados com as crescentes exigências técnicas, implicando o recurso a pessoal mais qualificado, e, portanto, a necessidade de alargamento da base social de recrutamento que estiveram na base de um novo modelo de participação militar feminina na maior parte dos países ocidentais, adquiriram também algum impacto no caso português.

Estas tendências, presentes de forma clara na altura em que se iniciava o processo de recrutamento feminino vieram progressivamente a acentuar-se, particularmente nos últimos anos, em que não apenas se concretizou a desconstitucionalização da obrigatoriedade do serviço militar como se definem planos para a constituição de uma força militar profissionalizada e baseada exclusivamente no voluntariado. Questões como a capacidade de atracção de candidatos, a sua retenção nas fileiras, ou ainda a natureza das reservas passam pois a colocar-se com enorme relevância, tanto mais que um dos maiores problemas confrontados pelo regime estabelecido em 91 foi exactamente o da capacidade de atrair e reter voluntários, bem como uma deficiente aplicação do sistema de incentivos estabelecido¹⁶.

2. A (IN)DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE RECRUTAMENTO FEMININO

No nosso país, o início do processo de recrutamento feminino foi marcado, do ponto de vista da organização militar, e embora de forma diferenciada e com ritmos desiguais segundo os ramos, por alguma

¹⁶ Ministério da Defesa Nacional, *A Defesa Nacional e a Profissionalização das Forças Armadas*, Documento de trabalho, policopiado, s.d.

tensão entre a necessidade de rapidamente dar expressão prática à legislação entretanto produzida, o que significava acelerar a efectiva incorporação de mulheres, e a complexidade das tarefas de adaptação e reorganização interna, passíveis de garantir as condições mínimas à sua integração no espaço militar. De um modo geral, a preocupação dos responsáveis incidiu nos problemas que pareciam requerer uma atenção mais imediata, abrangendo um amplo leque de questões: produção de regulamentação concreta relativa ao tipo de especialidades, classes, armas e serviços abertos às mulheres; divulgação pública; operações de classificação e selecção (designadamente a adequação de tabelas de requisitos psico-físicos e inaptidões); adaptação dos programas de instrução (perfil e selecção dos instrutores, adequação das grelhas de instrução e tabelas de avaliação do treino físico); instalações nos aquartelamentos (adequação de camaratas e instalações sanitárias); fardamento e equipamento; elaboração de normas internas relativas a aspectos como a protecção da maternidade e não discriminação em função do sexo; apresentação e atavio do pessoal feminino; coordenação entre as diversas entidades/orgãos com responsabilidade no tratamento do assunto, etc... O conjunto de questões enunciado, solicitando alguma rapidez de resposta, bem como o facto de competir a cada ramo, em observância da legislação geral, o estabelecimento das condições específicas de recrutamento e prestação do serviço pelo pessoal feminino, fizeram com que as soluções encontradas, pelo menos numa fase inicial, correspondessem mais a exigências pragmáticas imediatas que a uma definição institucional integrada e coerente sobre o modelo a seguir. Na realidade, pode mesmo afirmar-se que não foram esboçadas, em sede do poder político e de forma centralizada, medidas ou directivas específicas relativamente à presença de mulheres nas Forças Armadas, nem sequer aí parecem ter sido realizados estudos preparatórios susceptíveis de enquadrar e fundamentar decisões que rapidamente se tornariam indispensáveis; isto, apesar de alguns esforços na constituição de um grupo ministerial de acompanhamento do processo, integrando representantes do MDN, Exército, Marinha e Força Aérea, mas cujas competências, recursos e capacidade efectiva de actuação poderão considerar-se bastante limitados face às exigências de semelhante tarefa. A remissão para cada um dos ramos das responsabilidades pela definição das condições de acesso e implementação do recrutamento feminino não poderia pois

deixar de gerar algumas incongruências e medidas estritamente casuísticas na resposta a problemas que as circunstâncias foram revelando. Os procedimentos adoptados caracterizaram-se, assim, em diferentes momentos, por uma atitude de manifesta precaução, acompanhada pela consciência da necessidade de sistematicamente proceder a alterações e ajustamentos que as primeiras fases da experiência mostrassem impôr-se. Ilustrativo deste aspecto pode considerar-se a forma como foi abordada a questão das especialidades ou classes, armas e serviços nos quais deveria iniciar-se a incorporação feminina, ou ainda a hesitação em torno da definição de quantitativos máximos de mulheres a incorporar. Observemos pois alguns dos indicadores que dão conta destes vários aspectos.

2.1 *Evolução dos quantitativos*

Embora seja ainda cedo para avaliar com rigor o significado da evolução dos quantitativos de mulheres militares no nosso país, dado o recente início do processo, este não deixa de ser um indicador reconhecido como significativo da maior ou menor abertura da instituição militar às mulheres e, nessa medida, de possíveis orientações no sentido da expansão ou contracção da sua presença nas fileiras. Naturalmente, qualquer análise deste tipo impõe algumas precauções: por um lado, a mera evolução de quantitativos globais nada revela substancialmente sobre a 'qualidade' do processo, ou seja, sobre a situação, papéis ou perspectivas profissionais das mulheres recrutadas; por outro lado, convém não esquecer que diferentes tipos de variáveis condicionam a dimensão dos contingentes; no caso português é pois crucial sublinhar o facto de o período em análise (1992-1998) configurar ainda uma fase inicial do processo e portanto um período de previsível crescimento. Quaisquer flutuações após o momento que possa considerar-se de estabilização são naturalmente susceptíveis de outro tipo de interpretação.

Tendo em conta estas reservas, observemos pois os dados disponíveis sobre o crescimento global dos quantitativos bem como as distribuições por ramo e categoria, as quais permitem já uma análise mais focalizada sobre a posição e localização institucional das mulheres militares.

O Quadro I mostra a evolução dos quantitativos globais, por ramo.

Quadro I – Evolução dos efectivos femininos nas Forças Armadas

Ano	Exército		Marinha		Força Aérea		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1994	553	42	153	11.7	604	46	1310	100
1996	998	51.4	237	12.2	705	36.3	1940	100
1998	1558	61.6	323	12.8	648	25.6	2529	100

Fonte: Ministério da Defesa Nacional

Se no que se refere à evolução geral do contingente feminino podemos observar um crescimento significativo ao longo do período considerado, já que a sua dimensão quase duplica, o peso relativo por ramos mostra algumas assimetrias. Enquanto a Marinha – o ramo com uma menor presença de mulheres em termos absolutos – revela uma evolução extremamente moderada e portanto a tendência para alguma estabilidade em torno dos 12% do total dos efectivos femininos nas Forças Armadas, uma das mais notáveis transformações refere-se às posições relativas da Força Aérea e do Exército. Com efeito, a Força Aérea – ramo pioneiro na abertura às mulheres – reduz progressivamente o seu peso, tanto em termos absolutos como em termos relativos: de uma situação em que concentrava quase metade do total de mulheres militares, em 1994, passa a deter apenas cerca de $\frac{1}{4}$ em 1998. Em contrapartida, essa percentagem aumenta exponencialmente no Exército, que de uma situação de relativa paridade face à Força Aérea em 1994, e em virtude de um crescimento particularmente acentuado, passa a deter uma posição dominante no último ano considerado, concentrando mais de 60% dos efectivos. Estas tendências resultam da conjugação de diversos factores, entre os quais se destaca naturalmente o próprio peso relativo e características específicas de cada um dos ramos do ponto de vista das suas necessidades em termos de efectivos e correspondentes políticas de recrutamento. O crescimento do Exército em número de mulheres incorporadas será pois um dos resultados visíveis de tal especificidade; a Força Aérea, por seu turno, parece adquirir uma posição de maior equilíbrio relativamente à excepionalidade que havia detido como ramo pioneiro na incorporação feminina, mantendo em 1998, e apesar do assinalado decréscimo, uma

percentagem (25.6%) que duplica os 'modestos' 12.8% da Marinha. Na realidade, se pensarmos que em termos do total de efectivos, a Força Aérea representa 15.6% da força militar portuguesa e a Marinha 24.6%, o peso relativo da presença feminina na Força Aérea apresenta-se como bastante mais expressivo, superando largamente o dos outros ramos. Mas para além da mera comparação de quantitativos, importa escrutinar diferenças no interior destas distribuições, designadamente a representação feminina por categoria hierárquica.

Quadro II – Evolução dos efectivos femininos, por ramo e categoria

Ramo	Categoria	1994		1996		1998	
		N	%	N	%	N	%
Exército	Oficiais	93	16.8	100	10	166	10.7
	Sargentos	145	26.2	339	34	414	26.6
	Praças	315	57	559	56	978	63
	Total	553	100	998	100	1558	100
Marinha	Oficiais	27	17.6	43	18.1	55	17
	Sargentos	-	-	-	-	17	5.3
	Praças	126	82.4	194	81.9	251	77.7
	Total	153	100	237	100	323	100
Força Aérea	Oficiais	52	8.6	52	7.4	72	11.1
	Sargentos	7	1.2	26	3.7	32	4.9
	Praças	545	90.2	627	88.9	544	84
	Total	604	100	705	100	648	100
Total		1310		1940		2529	

Fonte: Ministério da Defesa Nacional

Conforme pode observar-se no quadro II, os diversos ramos das Forças Armadas evidenciam tendências divergentes no que se refere à distri-

buição hierárquica das mulheres incorporadas. Se apenas considerarmos o peso relativo de mulheres em cada categoria por relação ao total de mulheres em cada ramo, poderemos destacar as seguintes tendências:

- Embora seja o ramo que detém maior número de mulheres, o Exército é também aquele em que o peso relativo da categoria de oficiais mais decresceu ao longo do período considerado, de cerca de 17% para perto de 11%; em contrapartida é aquele que mais significativamente recrutou mulheres para a categoria de sargentos;
- A Marinha é o ramo em que assume maior peso percentual a categoria de oficiais – num valor relativamente estável entre 17% e 18% – o que acontece sobretudo devido ao não recrutamento de quadros femininos para a classe de sargentos;
- Na Força Aérea destaca-se um menor peso percentual da categoria hierárquica mais elevada, em comparação com os outros ramos, mas que se aproxima do valor do Exército no último ano considerado; também aqui a categoria de sargentos adquire uma representação limitada;
- Se tomarmos exemplificativamente o último ano considerado (1998) e compararmos o peso relativo de homens e mulheres em cada categoria (dados não incluídos no quadro), verificamos que: a) no Exército, de um modo geral, a distribuição hierárquica entre as mulheres é percentualmente idêntica à que se observa entre homens; b) na Marinha, encontramos as mulheres bastante sobrerrepresentadas na categoria de praças, o mesmo acontecendo, embora mais ligeiramente na categoria de oficiais; c) na Força Aérea, ao contrário da Marinha, a representação feminina na categoria de oficiais é bastante inferior à masculina, reforçando-se a sobrerrepresentação das mulheres na base da hierarquia.

Os dados até aqui analisados apenas nos permitem apreciar a estrutura interna do contingente feminino, ainda que se comparada, como acabamos de fazer, com a estrutura do contingente masculino. Bastante mais significativa será contudo a apreciação do peso relativo da presença feminina nas várias situações militares face ao total da força militar; ou seja, se procedermos a uma análise comparada da presença de homens e mulheres nos diversos ramos e localizações institucionais. Vejamos pois a configuração dessa distribuição no último ano considerado.

Quadro III – Efectivos das Forças Armadas, por ramo e situação contactual (1998)¹⁷

Ramo	Quadro Permanente			P. Não Permanente			Total		
	H	M	%M	H	M	%M	H	M	%M
Exército	7510	60	.8	19045	1361	6.7	26555	1421	5.1
Marinha	9013	62	.7	2237	232	9.4	11250	294	2.5
Força Aérea	4103	9	.2	2561	664	20.6	6664	673	9.2
Total	20626	131	.6	23843	2257	8.6	44469	2388	5.1

Fonte: Ministério da Defesa Nacional, 1998

Começando por observar os dados totais, constatamos que as mulheres constituem hoje 5.1% da força militar em Portugal, representando também 5.1% dos efectivos do Exército; os outros ramos distanciam-se relativamente a esta média: a Marinha por 'defeito', com apenas 2,5%, e a Força Aérea por 'excesso' com 9.2%. Se compararmos este dado com o equivalente noutros países (cf. Anexo), constatamos que Portugal se situa abaixo da média relativamente a países como os Estados Unidos (14%), Canadá (10.8%), Bélgica (7.2%), França (7.5%), Holanda (7.2%) e Reino Unido (7%), assume uma posição idêntica à da Dinamarca (5%) e Noruega (5%), e supera as percentagens da Espanha (2.3%), Grécia (3.8%), e ainda Turquia e Alemanha (ambos com menos de 1%).

O quadro III permite ainda destacar alguns dados com interesse.

Por um lado, observa-se que a presença de mulheres é (ainda?) relativamente insignificante ao nível dos quadros permanentes, onde representam apenas 0.6% dos efectivos, e superior à média (8.6%) entre o pessoal não permanente, ou seja, entre os militares em cumprimento do Serviço Efectivo Normal (SEN), no Regime de Voluntariado (RV) e no Regime de Contrato (RC); por outro lado, verifica-se que o maior peso percentual da Força Aérea parece resultar de uma maior proporção de mulheres entre o

17 Os dados fornecidos pelo MDN e disponíveis no momento desta análise (incluindo quantitativos globais, e por situação militar de todos os efectivos das Forças Armadas) referem-se a Janeiro de 1998 para a Força Aérea, Março de 98 para a Marinha e Junho de 98 para o Exército. Daqui que possam notar-se algumas divergências relativamente aos totais relativos a 98 anteriormente apresentados.

peçoal não permanente, que neste ramo ronda os 20%, para apenas 9.4% na Marinha e 6.7% no Exército.

Não tendo sido oficialmente definidas 'quotas' para a participação feminina em cada um dos ramos, o entendimento de que a experiência de outros países poderá funcionar como referencial parece, no entanto, reunir consenso entre muitos responsáveis militares que em forums diversos têm vindo a pronunciar-se sobre esse problema; em todo o caso, como diversos autores sublinharam (cf. Segal, 1998), não se trata de uma questão predominantemente técnica, muito embora seja frequentemente apresentada nesses termos, nem tão pouco se encontram estabilizados critérios para semelhante definição¹⁸. A ausência de uma fundamentação clara das decisões nesta matéria – as quais em todo o caso vão sendo tomadas – parece também ter rodeado a escolha das especialidades e funções onde deveria processar-se a entrada de mulheres. Vale a pena determo-nos sobre este aspecto.

2.2 O acesso a especialidade e funções

Por ocasião da decisão inicial, a escolha dos responsáveis recaiu sobre as especialidades relativamente às quais não pareciam existir dúvidas em termos da 'facilidade de integração feminina' – nomeadamente as funções de apoio de serviços, nas quais efectivamente veio a concentrar-se a grande maioria das jovens que constituíram os primeiros contingentes femininos – e, inevitavelmente, aquelas em que se considerou possível assegurar as condições logísticas, bem como organizar os cursos a ser ministrados. Isto significa que em muitos casos o número de vagas definidas para mulheres, ou mesmo o seu acesso a determinadas especialidades foi, e continua a ser, claramente condicionado pelas condições materiais – designadamente em termos de alojamento – mais que por determinações de política reflectidas. O quadro que em seguida se reproduz, dá conta do conjunto de especialidades inicialmente abertas às mulheres em cada ramo das Forças Armadas.

18 Ver por exemplo, as observações a este propósito formuladas no texto do Tenente-Coronel José Alves que integra este dossier.

Quadro IV – Especialidades, classes, armas e serviços em que teve início a incorporação feminina.

Exército	Marinha	Força Aérea	
Arma de Engenharia	Médicos	Pilotos	Mecânicos de material aéreo
Arma de Transmissões	Farmacêuticos Navais	Navegadores	Mecânicos de material terrestre
Serviços:	Especialistas	Técnicos de informática	Mecânicos de electricidade
Saúde	Enfermeiros	Técnicos de operações de meteorologia	Mecânicos de electrónica
Administração militar	Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	Técnicos de operações de circulação aérea e radar de tráfego	Mecânicos de electricidade e instrumentos de aviação
Informática	Electrotécnicos	Técnicos de detecção e conduta de intercepção	Mecânicos de armamento e equipamento
Material	Maquinistas Navais	Técnicos de manutenção de material aéreo	Mecânicos de abastecimentos
Pessoal	Abastecimentos	Técnicos de manutenção de material terrestre	Construção e manutenção de infra-estruturas
Justiça e Disciplina	Condutores	Técnicos de manutenção de material	Serviço de saúde
Cartográfico	Mecânicos de automóveis	Técnicos de manutenção de armamento e equipamento	Polícia Aérea
Reconhecimento das transmissões	Electricistas	Técnicos de abastecimentos	Secretariado e apoio de serviços
Transportes	Músicos	Técnicos de pessoal e apoio administrativo	Músicos
Educação física	Condutores de Máquinas	Operador de comunicações	
Bandas	Radaristas	Operador de meteorologia	
Material de instrução	Comunicações	Operador de circulação aérea e radarista de tráfego	
	Dispenseiros	Operador de circulação aérea e radarista de detecção	
		Operador de informática	
		Operador de sistemas de assistência e socorro	

Fonte: Brochura *Viver nas Forças Armadas*

Importa destacar o facto de a Força Aérea ser o ramo em que maior percentagem de especialidades foram desde logo abertas às mulheres, incluindo algumas das mais operacionais, como pilotos e páraquedistas. A isto não terá sido alheio o papel pioneiro que, como destacámos, este ramo das Forças Armadas desempenhou em termos da incorporação militar feminina. No caso dos outros ramos a situação era ainda distinta, já que nas especialidades e armas operacionais, mais próximas das funções combatentes, não era admitida a presença de mulheres. Assim, enquanto na Marinha lhes estavam – e continuam – vedadas as classes de manobras, artilheiros, mergulhadores e fuzileiros, no Exército essa situação abrangia as designadas armas combatentes: artilharia, infantaria e cavalaria.

Sendo certo que uma desejável programação do processo de integração militar feminina impunha justamente que se procedesse a uma abertura gradual dos diferentes sectores, importa contudo lembrar que a possibilidade de progressão em certas carreiras militares exige o desempenho de funções específicas, que, em muitos casos – e como decorre da experiência de outros países – estando vedadas às mulheres, impedem objectivamente a existência das condições de igualdade no acesso a alguns postos e categorias profissionais. Nessa medida, a abertura da Escola Naval a cadetes do sexo feminino no ano lectivo de 1994/95, bem como a mais recente emissão de regulamentação eliminando a interdição das armas combatentes no Exército podem considerar-se sinais positivos no sentido da equidade das políticas militares relativamente à participação feminina, ainda que a consagração legal de determinadas medidas não implique necessariamente uma correspondência em termos das práticas efectivas. Importa pois escrutinar a informação disponível relativa à real distribuição dos efectivos femininos pelos diferentes tipos de funções militares. Face à dificuldade na obtenção de dados actualizados, vale a pena retomar a informação reunida em 1994, por ocasião de um estudo extensivo junto ao primeiro milhar de mulheres a envergar o uniforme neste novo contexto¹⁹.

19 CARREIRAS, Helena, *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*, Lisboa, Cosmos, 1997.

Quadro V – Distribuição dos efectivos femininos por ramo e tipo de especialidade – 1994 (%)

Especialidades	Exército	Marinha	Força Aérea	Total
<i>Saúde</i>	21.8	6.2	2.2	13.4
<i>Apoio Adm./serviços</i>	49.8	42	51.1	47.3
<i>Apoio técnico</i>	19.2	46.3	46.8	32.8
<i>Operacionais</i>	9.2	5.6	-	6.6
<i>Total</i>	100	100	100	100

Fonte: CARREIRAS, Helena, *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*, Lisboa, Cosmos, 1997, p.119
 Nota: N =931

Como pode observar-se no quadro V, a maioria das mulheres incorporadas concentrava-se, em 1994, em especialidades próximas das que poderíamos designar como 'tradicionalmente femininas', ou seja, 'Apoio administrativo /serviços' (escriturárias, secretariado e apoio de serviços, abastecimentos, etc...) e 'Saúde' (médicas, farmacêuticas, socorristas, serviço de saúde etc...) as quais agrupavam cerca de 60% dos efectivos. Embora nesta altura se encontrasse ainda vedado às mulheres um conjunto de especialidades de carácter mais operacional, é, no entanto, significativa a sua presença em funções dissociadas do tradicional estereotipo ocupacional feminino, tais como mecânicas, electricistas, radaristas, técnicas de comunicações e transmissões, ou mesmo condutoras, concentrando 1/3 dos efectivos femininos. Na cauda desta listagem aparecem pois as especialidades marcadamente militares e mais próximas das actividades combatentes, tais como pilotos, paraquedistas e polícia aérea (6.6%). A repartição por ramos revela, por sua vez, algumas particularidades, em boa medida relacionadas com as características específicas de cada ramo. Enquanto no Exército observamos a maior percentagem de mulheres colocadas em especialidades tradicionalmente femininas (71.6%), na Marinha e Força Aérea as funções de apoio técnico reúnem percentagens superiores à média – 46.8% e 46.3% respectivamente²⁰.

20 O facto de as percentagens relativas às funções mais operacionais serem mais elevadas no Exército deve-se exclusivamente ao facto de as paraquedistas, provenientes da Força Aérea, haverem já integrado as fileiras da BAI, recentemente constituída e integrada no Exército.

A subsequente abertura de novas funções às mulheres, designadamente no caso do Exército, sugere que este quadro possa ter vindo a alterar-se, proporcionando um maior equilíbrio na distribuição pelos diversos tipos de especialidades. A aferição desta situação bem como uma análise das próprias preferências demonstradas pelas mulheres deverão, pois, integrar futuros trabalhos neste domínio.

3. PROBLEMAS E PERSPECTIVAS: ALGUMAS QUESTÕES EM DEBATE

São diversas as questões que podem colocar-se relativamente ao futuro da participação militar feminina; algumas decorrem das profundas transformações em curso e em perspectiva no que se refere às missões das Forças Armadas num contexto geo-estratégico em mutação. A definição de novos tipos de ameaças à segurança colectiva, a reconfiguração das estruturas de Defesa no plano internacional e o desenvolvimento das missões designadas de *peacekeeping* colocam novos desafios às tradicionais formas de organização e funcionamento das instituições que têm a seu cargo a 'gestão da violência colectiva', bem como à própria definição da profissão militar; nessa medida, influirão tendencialmente na afectação e utilização de recursos humanos, homens e mulheres, bem como na definição da estrutura das forças; outras referem-se a um dos factores que pode considerar-se como historicamente crucial no desenvolvimento dos papéis militares das mulheres: a mudança tecnológica. Tendo proporcionado em boa medida a ampliação da presença feminina nas Forças Armadas durante as últimas décadas – ou mesmo durante o último século – este tipo de desenvolvimento poderá ocasionar – como de resto aconteceu no passado – reequilíbrios na distribuição de funções, entre áreas de apoio e de combate, bem como na própria natureza das funções combatentes, favorecendo assim a diluição de fronteiras que presentemente ainda se invocam para adiar ou limitar o acesso feminino a um amplo conjunto de especialidades e tarefas militares.

Esses vários factores terão uma influência decisiva nas políticas de recrutamento e retenção de mulheres no interior da organização. Existem, contudo, outras questões que se apresentam como nucleares e sobre as quais nos propomos concentrar a atenção neste texto: trata-se dos problemas relacionados com a família e com a dimensão cultural do processo de

integração das mulheres no universo militar: ambas remetem também para constrangimentos estruturais, condicionantes de quaisquer políticas neste domínio.

3.1 *Família e políticas familiares*

De um ponto de vista histórico, as relações entre a instituição militar e a família sempre se revestiram de aspectos conflituais, sendo conhecida a tradicional dificuldade de adaptação entre as exigências de estabilidade da vida familiar e as lógicas de permanente disponibilidade, mobilidade e risco que, em maior ou menor grau, sempre caracterizaram a profissão militar. Trata-se naturalmente de um antagonismo cuja configuração sofreu alterações, na exacta medida das profundas transformações que nas últimas décadas se registaram, tanto no que se refere à estrutura e modo de funcionamento das instituições militares como no que respeita à alteração dos modelos familiares e do padrão de participação social das mulheres.

Poderia designadamente pensar-se que a tendência para uma maior aproximação das Forças Armadas à racionalidade e modelos organizativos prevalentes na sociedade civil e uma maior convergência no plano simbólico-cultural aos valores aí dominantes permitiriam uma melhor articulação com novos modelos familiares mais flexíveis, favorecendo, desta forma, a dissolução dessa tradicional tensão. No entanto, algumas tendências recentes, quer ao nível de dinâmicas sociais globais – designadamente a crescente participação feminina no mercado de trabalho – como ao nível das famílias militares em particular – entre outras, o aumento da taxa de nupcialidade de militares nos postos inferiores da hierarquia, uma cada vez mais expressiva percentagem de famílias monoparentais entre os militares homens e mulheres, existência crescente de mães militares ou ainda casamento entre militares – parecem ir no sentido de uma agudização potencial do conflito, tornando mais problemática ainda a adaptação entre ambas as instituições.

Não admira, portanto, que o tipo de exigências colocado pelas Forças Armadas, designadamente uma acentuada mobilidade geográfica, separação periódica da família em virtude de treinos, exercícios ou embarques, instabilidade de horários em certas funções, possível residência em países estrangeiros ou mesmo o risco de ferimento e morte, colidam com as necessidades e solicitações que a vida familiar e a maternidade im-

põem às mulheres, tornando particularmente complexa e conflitual a arbitragem entre ambas as pertenças.

Ora, se em rigor se impõe afirmar que esta dificuldade na articulação da vida familiar com a vida profissional não constitui um aspecto exclusivo da profissão militar e muito menos um problema que apenas afecte as mulheres, é um facto amplamente reconhecido em diversos trabalhos que têm vindo a ser produzidos nesta área, que tal fenómeno penaliza de forma muito particular neste contexto as mulheres militares, influenciando decisivamente as suas estratégias e opções de carreira.

Se não podemos ainda debruçar-nos sobre o caso português – quer pela recente incorporação de mulheres quer pela ausência de dados sistematizados nesta área – os estudos disponíveis noutros países alertam-nos para o facto de a maternidade constituir a principal razão para o não-realistamento das mulheres, o que acontece com maior frequência no caso daquelas que se encontram colocadas em áreas e especialidades não tradicionais sujeitas a maior irregularidade de horários. Alguns dos trabalhos realizados nos Estados Unidos na década de 80 destacavam já a maior propensão das mulheres relativamente aos homens para abandonar precocemente a carreira militar devido a responsabilidades familiares, revelando ainda que a existência de filhos diminuía em 69% a sua probabilidade de realistamento. Por outro lado, conforme ilustram também dados obtidos sobre o caso francês “a maternidade significa uma menor disponibilidade para a actividade profissional e pode incitar a um desinvestimento na carreira. Nas Forças Armadas, não apenas os projectos de atingir o posto de oficial são quase automaticamente postos em causa, como a simples execução das tarefas quotidianas – sobretudo nas especialidades operacionais – pode tornar-se problemática” (Reynaud, 1988, p.71). Nesta situação, as estratégias podem variar entre o imediato abandono após o nascimento do primeiro filho ou a opção por uma ‘carreira a duas velocidades’, ou seja, uma grande disponibilidade anterior à maternidade seguida pelo desejo de uma actividade mais calma e sedentária. A este propósito C. Moskos afirma: “(...) as mulheres militares são pressionadas pelo *status quo* a permanecerem solteiras, ou, se casadas, a não terem filhos. As exigências institucionais da vida militar sobre o pessoal de carreira são muito mais pesadas para as mulheres que para os homens” (Moskos, 1988, p.285).

Por outro lado, a participação militar feminina veio provocar um fenómeno que não deixa de revestir-se de aspectos problemáticos quando conside-

rada a articulação entre a família e a vida militar: o casamento entre militares. Do ponto de vista da instituição, a existência de casais em que os dois membros prestam serviço coloca dificuldades várias, designadamente em termos da afectação geográfica dos cônjuges. A colocação de ambos em unidades suficientemente próximas de forma a poderem viver juntos nem sempre é possível, dada a específica distribuição geográfica das diferentes armas, serviços ou especialidades a que cada um se encontre vinculado. Mesmo quando essa afectação funcional possa coincidir, a gestão articulada de atribuições – designadamente em termos de serviços nocturnos, deslocações, exercícios, embarques ou mesmo períodos de férias e dispensas – é particularmente complexa, podendo mesmo colidir com princípios de equidade relativamente ao restante pessoal. As possibilidades de escolha, neste caso, seriam de resto limitadas, tanto do ponto de vista geográfico como das próprias funções a desempenhar, o que é reforçado pelo facto de às mulheres se encontrarem vedadas certas especialidades. Daqui alguns analistas considerarem que em tais circunstâncias emerge a possibilidade de uma das carreiras vir a ser penalizada, o que resulta particularmente nítido após o nascimento de filhos, uma situação que parece aliás inviabilizar a manutenção de carreiras paralelas (Reynaud, 1988, p.126). Talvez por isso mesmo, grande parte destes casais decida não ter filhos, optando portanto pela vida profissional²¹.

O que acontecerá se, conforme supõem alguns autores, o casamento e a maternidade tenderem a promover alguma erosão do empenhamento institucional entre as mulheres militares? Poderá a instituição militar confrontar-se com o abandono precoce de elementos qualificados – especialmente em conjunturas económicas favoráveis no mercado de trabalho – e enfrentar assim maiores dificuldades de recrutamento?

Mesmo em países com uma mais ampla experiência de participação militar feminina, estas questões continuam a colocar-se com acuidade, permanecendo em larga medida por resolver. Do ponto de vista das políticas a prosseguir pelas Forças Armadas não admira pois que nalguns

21 Não obstante estas dificuldades, variados estudos convergem no sentido de que, para as mulheres militares, é provavelmente mais fácil prosseguir a carreira se o seu cônjuge for também militar que se este for civil: nesse caso as deslocações implicariam sempre decidir entre uma separação ou a mudança de emprego de um dos membros do casal. Certos autores consideram mesmo que a existência de casais militares poderá beneficiar a instituição, na medida em que isso favorece um maior empenhamento face ao estilo de vida militar e uma melhor compreensão mútua das exigências profissionais (SEGAL, 1988).

sectores se considere fundamental a implementação de programas de apoio familiar e expansão de redes de apoio à infância. Um tal sistema seria útil não apenas no apoio às mães militares mas também para fazer face às necessidades de pais e mães sós com crianças a cargo ou ainda de casais militares. Da mesma forma surgem sugestões no sentido da instituição de um estatuto especial equiparável a uma reserva temporária para o período de licença de maternidade, extensível a alguns anos, sem perda de direitos na altura do reingresso (Moskos, 1988, p.285-286). Independentemente da aplicabilidade destas ou de outras medidas, será certamente decisiva a capacidade de adaptação da instituição militar às transformações em curso na sociedade global. Como sublinha Emmanuel Reynaud, “Independentemente do antagonismo que tradicionalmente a opõe à família, a instituição militar não pode de facto negligenciar os problemas conjugais do seu pessoal, arriscando-se a ser confrontada com crescentes dificuldades face à evolução das atitudes das mulheres militares” (Reynaud, 1988, p.133).

3.2 Cultura, valores e relações inter-sexos

Em 1984, o general John Vessey Jr., Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Americanas afirmou: “A maior transformação ocorrida nas Forças Armadas Americanas, durante o tempo em que estive ao serviço, foi a utilização extensiva de mulheres(...) Eu não me oponho. Temos excelentes mulheres militares fazendo coisas extraordinárias e fazendo-as muito bem, mas transformámos uma instituição masculina numa instituição mista, e isso constituiu para nós um exercício traumático.” (Holm, 1993, pg.381).

Esta, como muitas outras afirmações semelhantes, ilustra bem aquele que a generalidade dos estudos sobre a participação militar feminina identificam como um dos maiores problemas que rodeiam a integração de mulheres no espaço militar: o das resistências que se desenham no plano ideológico-cultural. São diversos os autores que consideram mesmo o conjunto de tensões ancoradas nas relações de género como uma das mais complexas e ainda não resolvidas questões que continuarão a assinalar o futuro da presença feminina nas Forças Armadas.

É certo que a entrada de mulheres em domínios tradicionalmente masculinos é frequentemente acompanhada por resistências ou mesmo reacções hostis, e vista como uma ameaça a valores e práticas dominantes

nesses contextos. A instituição militar não constitui portanto uma excepção: as dificuldades de integração das mulheres assemelhar-se-ão às sentidas noutras organizações predominantemente masculinas que se 'feminizam'. No entanto, o facto de aí se sobrepor um modelo dominante de masculinidade à própria definição de militar, faz com que as Forças Armadas constituam – parafraseando E. Reynaud – um 'caso limite', uma espécie de 'espelho amplificador' que torna mais visíveis problemas que nem sempre aparecem de forma explícita. Justamente porque "no plano simbólico está em jogo a conotação masculina de uma actividade de tal forma marcada pela sua especificidade sexual que passa a ser um elemento constitutivo da identidade masculina" (Reynaud, 1988), as reacções negativas à presença de mulheres não deixaram de se fazer sentir ao longo do tempo.

Alguns autores sugerem que tais resistências, sobretudo nas fases iniciais do processo, resultam, em larga medida, de uma percepção da integração feminina como ameaçadora relativamente a rituais e práticas tradicionais. As mulheres são essencialmente vistas como intrusas num campo de teste da masculinidade e o próprio facto de uma mulher ser bem sucedida vem pôr em causa alguns dos seus princípios estruturantes, questionando, no mesmo movimento, a lógica subjacente à construção da identidade masculina (Holm, 1993, pp. 50-55; Shields, 1988; Dunivin, 1991). Nessa medida, as mulheres são submetidas a fortes pressões no desempenho do seu trabalho. Diferentes estudos mostram como elas são frequentemente colocadas numa posição ambivalente, sobretudo se posicionadas em áreas e especialidades não tradicionais: quando obtêm sucesso nas suas funções, a sua feminilidade é questionada; quando falham, o seu estatuto feminino é afirmado à custa do seu papel profissional (Shields, 1988, pg.106-108).

A excessiva visibilidade de que são alvo – decorrente do seu reduzido número – parece induzir também uma outra diferença entre homens e mulheres militares: a 'transmissibilidade das suas credenciais'. Como afirma C. Moskos, "sempre que uma mulher se desloca para uma nova função, ela é informalmente testada de uma forma que não é tipicamente experimentada pelos homens. Se a sua *performance* é positivamente avaliada não é generalizada a outras mulheres, mas considerada como uma realização individual. Se, contudo, é mal sucedida, o seu insucesso individual é provavelmente generalizado a todas as mulheres. Em qualquer caso, as mulheres são testadas, repetida e desnecessariamente, de uma forma não confrontada pelos homens" (Moskos, 1988, pg.286).

Estes relatos convergem globalmente na ideia de que as mulheres tendem a ser identificadas menos como indivíduos e mais como exemplos do estereótipo feminino comum (Marsden, 1986, pp.71-72). Não admira portanto que entre os mais debilitantes obstáculos que se colocam às mulheres militares, o assédio sexual adquira enorme relevância. São diversos os testemunhos que revelam o efeito desmoralizante, e nalguns casos devastador, de tais práticas, não obstante as sistemáticas tentativas no sentido da sua eliminação por parte dos serviços (Cf. Minerva's Bulletin Board, Fall 1993, Winter 1993; Holm, 1993).

Importa contudo notar que nem sempre as dificuldades acima descritas se fazem sentir com idêntica intensidade, e que, pelo menos no que se refere à experiência americana, diversos factores têm vindo a reduzir a tensão entre militares de ambos os sexos: o tempo, o aumento do número de mulheres, uma melhor adequação entre capacidades físicas e funções, atitudes mais igualitárias face ao papel da mulher na sociedade, alteração de valores e expectativas por parte das gerações mais jovens ou ainda programas e directivas militares relativas ao assédio sexual (Shields, 1988). Alguns estudos sobre a integração de mulheres em condições rigorosas no terreno, mostraram aliás que homens e mulheres haviam trabalhado bem em conjunto, construindo relações de camaradagem, mais que ligações românticas, o que favoreceu a coesão do grupo (Devilbiss, 1985; Moskos, 1985a). Da mesma forma, a presença de mulheres, ou melhor, a existência de uma força mista, parece ter constituído um factor fundamental na boa performance das unidades americanas em recentes missões de *peacekeeping* (Moskos, 1998).

Em qualquer caso, o balanço global das diferentes experiências parece ir no sentido da persistência das dificuldades, mostrando, designadamente, a forma como os factores culturais interferem nos níveis de empenhamento e lealdade institucional das mulheres militares.

A promoção de programas de 'acção afirmativa' afigura-se pois uma das medidas que valeria a pena aplicar, também no caso português, com diversos objectivos:

- monitorização das políticas, directivas e regulamentação no sentido de assegurar equidade e respeito pelos princípios de não discriminação;
- inclusão de orientações claras sobre comportamentos a observar no relacionamento entre homens e mulheres militares, tanto ao nível hierárquico, como desde logo em termos dos programas de instrução e

formação dos instrutores. O objectivo seria o de evitar tanto atitudes de paternalismo ou protecção, como de descrédito e discriminação;

- avaliação dos factores de estímulo ou condicionamento à continuidade da presença feminina;
- desenvolvimento de programas nas áreas do apoio social ou familiar.

No quadro de uma previsível e profunda reestruturação do sistema de serviço militar no nosso país, em que se sublinha a possibilidade e desejabilidade de um acréscimo de efectivos femininos nas Forças Armadas, estas questões não poderão ser esquecidas, sob o risco de não apenas se comprometer um dos factores de suporte às políticas de estabilização de efectivos, como também – ao promover um eventual afastamento das mulheres –, debilitar a articulação entre as Forças Armadas e a sociedade em que se inserem, enfraquecendo dessa forma a própria ‘qualidade’ da democracia em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

BINKIN, Martin, BACH, Shirley, *Women and the Military*, Washington, The Brookings Institution, 1977

CARREIRAS, Helena, “A Participação Feminina nas Forças Armadas em Portugal: elementos para uma análise sociológica” in, Comissão da Condição Feminina *As Mulheres, a Identidade Cultural e a Defesa Nacional*, Cadernos Condição Feminina, nº29, Lisboa, 1989

CARREIRAS, Helena, “Female Soldiers or Women in the Military? A Sociological Approach to Gender Relations in the Armed Forces” AMÂNCIO, Lígia, NOGUEIRA, Conceição, *Gender, Management and Science*, Braga, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 1995a

CARREIRAS, Helena, “Mulheres nas Forças Armadas: Mudança Institucional e Recrutamento Feminino” *Sociologia – Problemas e Práticas* nº18, Lisboa, CIES, 1995b

CARREIRAS, Helena, *Mulheres nas Forças Armadas*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1997a

CARREIRAS, Helena, “Família, maternidade e profissão militar”, *Estudos Feministas*, Vol.5, nº1, Rio de Janeiro, 1997b

CARRILHO, Maria, *Mulheres e Defesa Nacional: elementos para a perspetivação de uma política aplicada a Portugal*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, Cadernos Condição Feminina, n° 30, 1990

CARRILHO, Maria, *Democracia e Defesa – Sociedade, Política e Forças Armadas em Portugal*, Lisboa, Publicações D.Quixote, 1994

DEVILBISS, M.C., "Gender integration and unit deployment", *Armed Forces and Society*, volII, n°4, 1985

DUNIVIN, Karen, "Adapting to a men's world: United States Air Force female officers", *Defense Analysis*, vol 7, n°1, 1991

HOLM, Jeanne, *Women in the Military: an unfinished revolution*, Novato, Calif., Presidio Press (revised edition), 1993

MARSDEN, Martha, "The Continuing Debate: Women Soldiers in the U.S. Army", SEGAL, David R., SINAIKO, H. Wallace, *Life in the Rank and File*, Washington, Pergamon Brassey's, 1985

Minerva's Bulletin Board, Fall 1993, Winter 1993

Ministério da Defesa Nacional, *A Defesa Nacional e a Profissionalização das Forças Armadas*, Documento de trabalho, policopiado, s.d.

MOSKOS, C., "Battleground of confusion" *The Whashington Post*, 18 de Janeiro de 1998, 1998

MOSKOS, C., WOOD, F. R., (ed.), *The Military: more than just a job?*, Washington, Pergamon-Brassey's, 1988

MOSKOS, Charles, "Female G.I.s in the field" *Society*, vol22, n°6, 1985a

REYNAUD, Emmanuel, *Les femmes, la violence et l'armée*, Paris, Fondation pour les Études de Defense Nationale, 1988

SEGAL, Mady, "The Military and the family as greedy institutions", in MOSKOS, C., WOOD, F. (eds.) *The Military: more than just a job?*, Washington, Pergamon-Brassey's, 1988

SEGAL, Mady, "Women's Military roles cross-nationally – Past, Present and Future", *Gender and Society*, Vol.9, No 6, 1995

SHIELDS, Patricia, M., "Sex roles in the Military", in MOSKOS, C., WOOD, F.R. (ed.), *The Military: more than just a job?*, Washington, Pergamon-Brassey's, 1988

Homens e Mulheres em Armas – Duas Dinâmicas de Identidade?*

Maria Paula Lopes Castelão

Licenciada em Sociologia

Mestrado em Comportamento Organizacional

* Este artigo resume uma parte da tese de mestrado “Homens e Mulheres em Armas”, orientada pelo Prof. Doutor Correia Jesuino.

INTRODUÇÃO

O fim da guerra fria e as exigências decorrentes da adesão de Portugal à Comunidade Europeia no final dos anos 80, entre outras, influenciaram uma espécie de “micro revolução cultural” no seio das Forças Armadas (FA).

A par da componente instrumental e de gestão, envolvendo a sua reestruturação, reequipamento e racionalização de efectivos, surge uma nova concepção de serviço militar aparentemente mais aberto à sociedade civil: modernização, profissionalização, motivação, passaram a ser conceitos chave e abriram um leque de questões similares às encontradas no mercado de trabalho civil, entre outros, tipos de regime voluntariado ou contratual, propostas atraentes de formação, valorização e promoção pessoal.

Esta nova imagem das Forças Armadas foi suportada por uma campanha institucional onde preponderam novos códigos e valores, um simbolismo capaz de atrair os cidadãos e mais especificamente os jovens candidatos/as. Seguindo a tendência geral nos países de cultura Ocidental (distribuição demográfica em função do sexo, formação académica, hierarquia) as FA viram-se naturalmente obrigadas a abrir as portas às mulheres.

A Força Aérea surge como pioneira neste processo, tendo sido o Exército mais reticente à incorporação de mulheres oficiais nas suas fileiras (Portaria 1156/91).

A aplicação da legislação foi efectuada autónoma e descoordenadamente em cada ramo das FA – a cada um deles foi dada a responsabilidade do recrutamento feminino e a gestão dos problemas daí resultantes, na ausência de definições previamente integradas *“em muitos casos o nº de vagas definidas para mulheres, ou mesmo o seu acesso a determinadas especialidades foi, e continua a ser, claramente condicionado pelas condições materiais – designadamente em termos de alojamento – mais que por determinações de política reflectidas”* (Carreiras, 1997, p. 93). Apesar da integração feminina ser um dado adquirido em quase todo o mundo, as situações são muito variadas, sendo as mulheres excluídas do combate em muitos casos, situação relativamente à qual Portugal não foi alheio até há dois anos atrás (Portaria 238/96).

Os debates multiplicam-se e o poder político mostra-se aparentemente tímido a este respeito não tendo levado a cabo estudos de enquadramento prévios.

Até que ponto esta aparente inépcia reflecte um choque cultural significativo e até onde poderá ir a sua repercussão (cadetes femininos/masculi-

nos a interagirem numa instituição estruturada a partir “das guerras entre homens”) foi uma questão que prevaleceu ao longo deste trabalho. Foi nosso objectivo estudar as repercussões induzidas pela admissão de mulheres numa Academia Militar (AM), até então exclusivamente masculina, através das representações sociais e estratégias correlativas.

Analisa-se a representação que emerge deste vivido colectivo e até que ponto se configura um espaço de convergência ou divergência dentro do contexto militar, nomeadamente até que ponto as representações hegemónicas veiculadas pela instituição militar se irão sobrepor às representações de género.

As conceptualizações efectuadas durante o trabalho exploratório que antecedeu o presente estudo não podiam ser alheias aos resultados de investigações sobre identidade social, realizadas no âmbito da Psicologia Social Europeia e que apontam para a existência de mais de uma modalidade de identidade social de acordo com o capital simbólico que o grupo possui: os grupos maioritários revelam uma identidade mais autónoma e os grupos minoritários revelam uma identidade afectada pelo colectivo, uma maior dependência do meio (Lorenzi-Cioldi, 1998) (Amâncio, 1994). No caso concreto da variável género, estes resultados mostram uma assimetria na sua representação: o masculino evoca pessoa universal, individualidade, independência e dominância (associação ao grupo maioritário), enquanto o feminino evoca sentido colectivo, dependência e submissão (associação ao grupo minoritário).

De acordo com estes resultados reformulámos o nosso objectivo inicial na tentativa de perceber até que ponto as representações e estratégias de identidade utilizadas pelos cadetes masculinos e femininos são marcadas por relações desiguais e até que ponto esta situação tem implicações no processo de adaptação à instituição militar.

Na formulação das nossas “hipóteses” de trabalho, partimos do pressuposto de que a entrada na AM confronta os cadetes com olhares que lhes determinam mudanças de identidade, esperando-se que as representações e estratégias utilizadas possam diferir em função do género e no quadro de relações de dominação:

- as representações e estratégias das mulheres cadetes são resposta não apenas a “mudança de lugar social” mas a mudanças de valores inerentes aos seus referentes, contrariamente aos homens cadetes que não sofrem mudanças de valores tão acentuadas mantendo os seus referentes.

- a entrada das mulheres na Academia é acompanhada por um processo de desvalorização da sua identidade, provocando sofrimento e incitando ao uso de estratégias que permitam evitá-lo ou diminuí-lo.

Os pressupostos que nos orientaram basearam-se num quadro conceptual de referência que se inspira em diversas fontes, algumas já referidas anteriormente, e que culminam na abordagem conceptual introduzida por Zavalloni (1984): o papel atribuído aos processos de memorização na compreensão do pensamento social, os mecanismos de identidade a que se refere seja a reversibilidade entre si próprio e o grupo, a recodificação dos grupos (a representação dos grupos através de referentes implícitos e imagens protótipo), o jogo das oposições e diferenciações, são um importante contributo para a teoria das representações sociais e para o estudo da identidade social.

Zavalloni introduziu uma técnica de análise, o “investigateur multistade de l’identité social” (IMIS) que consiste numa entrevista em profundidade, que se desenrola ao longo de diversas fases, através do recurso à introspecção focalizada.

Através desta técnica é possível precisar com rigor o campo semântico de cada sujeito, obter a construção da realidade que lhe é específica e deste modo ultrapassar o discurso racional (naturalmente potenciado pela cultura militar e pela natureza ideológica do tema em estudo) – foram estes os principais argumentos que nos levaram a optar por esta metodologia não obstante o cálculo das desvantagens existentes: a morosidade requerida, a capacidade do entrevistador em ir mais além, os problemas relevantes de uma análise qualitativa (subjectividade, dificuldades de extrapolação, etc.).

MÉTODO

O estudo baseia-se em entrevistas realizadas a uma amostra de cadetes da Academia Militar, em Lisboa, durante o período de Janeiro a Abril de 1995 – foram entrevistados 7 cadetes do sexo masculino e 5 cadetes do sexo feminino.

Não se trata de uma amostra representativa: a morosidade das entrevistas aliada à dificuldade em disponibilizar cadetes para este efeito, apenas nos permitiu efectuar 12 entrevistas. Cada entrevista demora em média 7

horas, a maioria delas tiveram que ser conduzidas por fases e não era razoável ocupar os sujeitos durante tanto tempo.

Os sujeitos femininos representam a quase totalidade do universo (8). No caso dos sujeitos masculinos procurámos um n.º ligeiramente superior, mas sem fixar um limite de partida. O critério adoptado foi parar quando a informação obtida não acrescentasse elementos significativos. Apesar do IMIS permitir extrair muita informação, a cultura militar imprimiu alguma homogeneidade às respostas a qual se acentuou a partir do momento em que as entrevistas foram realizadas dentro do espaço da AM (constrangimentos organizacionais e dos próprios sujeitos não nos permitiram realizar as entrevistas noutro contexto).

O método utilizado foi a contextualização representacional (Zavalloni, Louis-Guérin, 1984) cuja operacionalização é efectuada através do IMIS: um protocolo que o indivíduo deverá preencher procedendo-se de seguida a uma entrevista com base nas suas categorias de resposta.

Todas as entrevistas foram gravadas e de seguida transcritas, o que nos permitiu efectuar uma análise detalhada de cada protocolo.

As questões postas aos sujeitos são as constantes do IMIS: “Nós somos, Eles são”, aplicada à nacionalidade, região, sexo, religião, profissão, meio social, tendência política, grupo de idade, estado civil, outro grupo, família, amigos, pessoa ideal, pessoas mais opostas. E ainda questões sobre a imagem própria, seja física, seja moral, como eram vistos pelos pais em crianças e qual a imagem que crêem projectar sobre os outros. Com base em cada estímulo (Nós, Eles) é pedido aos sujeitos para darem cinco respostas dirigidas a cada grupo.

Obtêm-se assim um conjunto de unidades representacionais (UR) constituindo o repertório semântico de cada sujeito (identidade social objectiva) que são usadas como estímulo para obter dados do 2.º grau (identidade social subjectiva), através da técnica da introspecção focalizada (exploração das propriedades qualitativas de cada UR).

RESULTADOS

Na impossibilidade de apresentar aqui uma análise detalhada de cada protocolo limitar-nos-emos a apresentar algumas ilustrações mais directamente relacionadas com as estratégias sócio cognitivas do “Eu”, em interacção com as suas identidades, mais particularmente a identidade de género.

Pareceu-nos útil apresentar a análise dos resultados de um sujeito masculino e de um sujeito feminino (escolhemos os protocolos que nos pareceram mais próximos dos resultados do grupo), para finalmente elaborarmos uma visão de conjunto das tendências gerais produzidas.

Como primeira ilustração escolhemos um protocolo masculino relativo a um cadete, que na altura da entrevista tinha 19 anos e frequentava o 2º ano. Designaremos os protocolos masculinos por M e os femininos por F. Alguns extractos do protocolo (M1) são apresentados no quadro 1.

Protocolo M1 – sexo maculino, 2ª ano da Academia militar, 19 anos, solteiro, católico, politicamente desinteressado

Nós os homens somos:

- diferentes das mulheres (0, 1+)
- superiores ao macaco (0, 1+)
- machistas (0, 3)
- mais sinceros que as mulheres (0,3 +)
- pouco calculistas (x -)

Eles os homens são:

- defendem a igualdade de direitos (0, x)
- subjugam-se às mulheres (x -)
- inferiores (x -)
- pouco calculistas (x -)
- diferentes das mulheres (0, 1 +)

Elas as mulheres são:

- calculistas (0, 1+)
- reservadas (x -)
- o complemento do homem (x)
- superiores ao macaco (x)
- burras algumas (x -)

Nós os militares somos:

- O braço armado da Nação (0, 1+)
- leais(0, 1+E)
- honrados(0, 1+E)
- vestimos todos de igual (0, 3)
- camaradas (0, 1+E)

Eles os militares são:

- desonestos (x -)
- desleais (x -)
- desonrados (x -)
- cobardes (x -)
- falsos (x -)

1 – aplica-se completamente a mim

2 – aplica-se a mim

3 – aplica-se um pouco a mim

x – não se aplica a mim

o – faz parte da minha personalidade

E – é uma característica minha essencial

+, -, positivo, negativo, neutro

Quadro 1 – Extrato do protocolo de M1

Recodificação dos grupos

Globalmente podemos considerar que a pertença sexual investe os modelos de identificação deste sujeito – o grupo de forçados e a Academia, centrais na sua identidade, surgem recodificados através de referentes masculinos estabelecendo uma relação de superioridade em relação às mulheres.

Para M1 a categoria Homens refere-se aos seus camaradas da AM e ao grupo de forçados, com o qual o sujeito tem uma relação muito estreita. Para M1 o homem sempre foi superior à mulher, quanto às razões que possam sustentar esta diferença, ele reenvia à cultura, a uma representação social hegemónica que encontrou estruturada e reatualiza no seu dia-a-dia *“eu não digo que isto seja a verdade, mas é uma tradição, um valor que se aprende desde a nascença ... sou machista quando penso que sou diferente para mais e melhor relativamente às mulheres, um homem tem mais facilidade em comandar outro homem, em impor o respeito, as mulheres têm mais dificuldade em impor ... por outro lado os homens são superiores nas provas físicas e as condições físicas vão influenciar as características psicológicas”*.

Com esta representação do género não é surpreendente que M1 se pronuncie frontalmente contra a presença das mulheres nas FA: tradicionalmente masculina esta instituição induz dificuldades de adaptação acrescidas às mulheres, levando-as a adoptar tácticas capazes de pôr em causa a ética militar. Na sua opinião uma mulher que escolhe a vida militar, das duas coisas uma *“ou já é falsa ou torna-se falsa aqui (porquê?) têm que sofrer grandes alterações, têm que se transformar num homem e para conseguirem isso têm que recorrer a tácticas que passam pela falsidade. O homem quando vem para a tropa sofre uma dificuldade de adaptação devido ao meio militar, mas não tem dificuldade em adaptar-se porque o meio militar é um meio de homens”*.

M1 recorda que os valores militares são bem conhecidos: a honestidade, a honra, o amor à pátria, a camaradagem, o espírito de sacrifício. Contrariamente a esses valores as mulheres recorrem às tácticas do calculismo feminino *“relativamente à avaliação do corpo de alunos, fazem-se valer do facto dos instrutores serem todos do sexo masculino ... usam aquelas lágrimas que num homem não fazem sentido e nelas fazem ... quem não pode arrear, elas param e choram, é fazer-se valer da fragilidade para justificarem o facto de não aguentarem ... a falsidade é influenciarem indirectamente as pessoas que nos avaliam para que sejam mais benevolentes”*. Ao utilizarem este comportamento as mulheres estão a desobedecer ao código de honra do cadete *“quando vou*

falar com o oficial ele espera que eu mantenha a minha postura séria e digna, não chego lá sem mais nem menos e começo a rir para eles que é o que elas fazem ... e inconscientemente eles permitem que isso aconteça que é a forma como estão habituados a relacionarem-se com elas”.

M1 receia que a necessidade de sobreviver num meio adverso induza as mulheres a tomar atitudes que possam pôr em causa os princípios da instituição militar *“devido às dificuldades que sentem em adaptar-se ao meio militar, elas são levadas a adoptar certas atitudes que lhes permitem sobreviver ... foi contado por pessoas que estiveram noutras unidades que as mulheres que estavam lá tinham um relacionamento entre homem e mulher, designadamente com superiores... é uma forma de conseguir favores”.*

O sujeito refere-se a um problema muito sensível, o problema do sexo, sempre presente mas sempre contornado pelos nossos respondentes. A metáfora da armada como uma família passa pelo tabu do incesto, por isso o mínimo desvio é severamente punido, contudo, a erotização está lá presente com as suas tensões.

Utilizando códigos até então inexistentes, como o riso e as lágrimas, as mulheres simbolizam a ameaça de desvirilização da armada, o que se torna dificilmente admissível para quem adere a uma representação tradicionalista seja dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, seja da instituição militar como é o caso de M1.

Os militares são recodificados com base na categoria homens *“isto é uma escola de formação de oficiais que vão comandar homens”*, pertencem a uma instituição de elite contendo um conjunto de valores que a transformam *“numa das instituições mais puras que existe na sociedade”*, só tendo paralelo com o grupo de forçados ao qual M1 também pertence *“é mais que uma família, é como se fossemos irmãos, dentro da arena se alguém estiver a levar porrada vou lá e arrisco a minha integridade física por ele”.*

Ser um forçado simboliza a coragem pela coragem, há uma mística muito macho em torno desta prática, que exclui a presença das mulheres da arena, não obstante serem fundamentais à coesão do grupo quando remetidas à função de namoradas e mães *“directamente dentro da praça não ... são as nossas namoradas, as nossas mães, ajudam à coesão do grupo, dão-nos conselhos, lavam a nossa roupa, participam nos jantares”.* Mais calculistas e frias, as mulheres não possuem as características necessárias para partilharem o espírito inerente a este grupo: ausência do espírito de lucro, arriscar unicamente pelo prazer de arriscar *“enfrentar um touro, sentir medo e conseguir vencê-lo, arriscar por nada, isso não está conotado com as mulheres”.*

Vejamos agora um protocolo feminino, F1, relativo a uma cadete pertencendo às primeiras gerações de candidatas admitidas na AM. Na altura da entrevista ela tinha 21 anos e frequentava o 2º ano da Academia. Foi uma das poucas a ter sucesso nos exames e passar a difícil barreira do curso preparatório, que tinha lugar numa escola comum aos três ramos das Forças Armadas.

Quando entrou na Academia para frequentar o segundo ano era muito diminuto o nº de mulheres nas mesmas condições. Uma situação que os psicólogos sociais ingleses designam “Tokenism” e que em razão da sua atipicidade deve ser compreendido dessa forma.

Protocolo F1 – Rapariga, 21 anos, 2º ano da Academia Militar, solteira, pertencente aos 1º anos de candidatas à Academia, católica, de direita

Nós as mulheres somos:

- orgulhosas (0, 1+)
- discretas (0, 1+)
- justas (0, 1+ E)
- defendemos o que é nosso (0,1+ E)
- fiéis (2, 0, E)

Elas as mulheres são:

- indiscretas (x -)
- descaradas (x -)
- mais fiéis que os homens (0, 2)
- agarradas à família (0, 1+E)
- com pouca liberdade expressão (0, 3 - E)

Eles os homens são:

- ambiciosos (0, 2 +)
- inconstantes (x -)
- educados (0, 1+E)
- têm pouco respeito pelas mulheres (x -)
- não aceitam a ideia de lhes tirarmos o lugar (x,0)

Nós os Militares somos:

- correctos (0, 1+E)
- bem educados (0, 1+E)
- discretos (0, 1+)
- simples (0, 1+)
- pacientes (0, 2+E)

Eles os militares são:

- incorrectos (x -)
- mal educados (x -)
- têm duas imagens (x -)
- corajosos (0, 3+)
- sabem ouvir (0, 1+E)

1 – aplica-se completamente a mim

2 – aplica-se a mim

3 – aplica-se um pouco a mim

x – não se aplica a mim

0 – faz parte da minha personalidade

E – é uma característica minha essencial

+, -, 0, positivo, negativo, neutro

Quadro 2 – Extracto do protocolo de F1

Recodificação dos grupos

A segunda fase da introspecção focalizada indica que F1 diferencia entre Nós e Elas as mulheres. “Nós as mulheres” refere-se às mulheres do seu meio, nomeadamente o seu grupo de pertença na Academia.

“Elas as mulheres” refere-se a dois subgrupos: um primeiro que inclui as suas camaradas femininas da Academia que têm um comportamento que ela condena e um segundo subgrupo que inclui *“as mulheres de quem ouviu falar, as vizinhas, as amigas das amigas”*.

São expressas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho por parte das mulheres na sociedade portuguesa as quais são transpostas para a AM, surgindo a necessidade de defesa da sua identidade sexual num meio hostil e reticente à integração das mulheres *“para mim é importante ser mulher e defender o facto de ser mulher, de poder fazer exactamente a mesma coisa que eles, mostrar-lhes que somos capazes ... é bom ser diferente, ter uma forma de pensar diferente dos homens, ser mais sensível, dar mais valor a certos valores (quais?) ser orgulhosa, discreta, justa, defender o que é nosso, é a própria instituição que nos obriga a ser assim”*.

F1 gosta de ser mulher, justificando-o através de um comportamento diferenciado relativamente ao sexo oposto – mais fieis, mais sensíveis, mais perfeccionistas.

O orgulho sentido, é transposto para a AM através da necessidade de mostrar uma imagem de força mesmo nos momentos difíceis *“perante os rapazes na AM posso estar mal e mostro que estou bem ... algumas não reagem ao facto de serem rebaixadas”*.

A discrição, que ela atribui a si mesma e faz parte da sua personalidade, é uma noção que percorre todo o protocolo e remete para a gestão dos sinais emitidos *“gosto de passar despercebida e conseguir os meus objectivos ... neste meio as mulheres não devem ser indiscretas, somos observadas e apontadas facilmente ... quando alguma faz alguma coisa mal pagamos todas pelo mesmo ... devemos andar todas ao mesmo nível”*.

Este extracto sublinha uma realidade muito presente no grupo das mulheres cadetes: o controlo que umas exercem sobre o comportamento das outras, no sentido de homogeneizar as respostas dadas e diminuir a visibilidade social a que se sentem expostas.

É importante que as mulheres saibam ser justas, recusando todas as situações que possam resultar em privilégios para o seu grupo de pertença sexual *“quando elas foram para o campo tiveram oportunidade de ir tomar*

banho (estamos lá 3 dias sem tomar banho), duas não quiseram ir, se fosse eu também não ia porque depois eles criticam e às vezes têm alguma razão”.

F1 considera importante *“chegar ao fim e mostrar-lhes que não desisto porque me dói um pé”*. Neste sentido, é sua preocupação desempenhar funções similares aos rapazes *“alguns até concordam que eu faça funções mais simples porque sou rapariga mas eu estou sempre a dizer não ... têm que nos pôr à prova, acho que nos protegem demais em determinadas situações”*.

Comportamentos indiscretos não são compatíveis com a adaptação a esta instituição, e F1 exemplifica-o a partir de um episódio com uma camarada *“estou a lembrar-me de uma cadete que quando concorremos à AM dava muito nas vistas, falava com os rapazes como se os conhecesse há muito tempo, gostava de ver toda a atenção recaída sobre ela, era uma pessoa muito oposta a mim, agora está lá comigo e é diferente, teve que se adaptar ao meio em que está”*.

A integração nesta instituição parece conduzir a mudanças identitárias mais ou menos profundas que se reflectem igualmente no vivido do sujeito *“já não somos aquilo que éramos quando entrámos cá para dentro, fomo-nos transformando, cá fora já não me consigo identificar com algumas raparigas da minha idade, talvez tenha crescido mais que elas”*.

Vê-se que F1 rejeita as mulheres (camaradas) que são indiscretas e descaradas. Por indiscrição F1 entende tornar-se visível, falar alto, tratar por tu os camaradas mais antigos, falar de si indiscriminadamente, etc. – comportamentos susceptíveis de denegrir a imagem da mulher militar e que contrastam fortemente com a sua estratégia de “low profile” que tanto a ajudou a viver a sua condição de “Token” e a adquirir o respeito generalizado.

Um comportamento descarado por parte das suas camaradas pode comprometer a sua imagem junto dos seus superiores *“quando um oficial me perguntou o que estava mal e eu disse que havia faltas de respeito, ele disse que o que mais o chocou foi ver que havia raparigas a usar os mesmos termos que os rapazes, quis dar a ideia de que não tínhamos respeito porque não criávamos as condições para isso”*.

Os homens e os militares sejam masculinos sejam femininos, são recodificados com base nos camaradas da Academia. Amigos privilegiados, vão desempenhar um papel importante na integração do sujeito ao meio militar *“é mais fácil ser amiga de um homem, quando tenho um problema falo com eles, as raparigas não sabem guardar um segredo”*.

F1 partilha com os homens o traço da ambição que considera positivo e também um traço da sua personalidade. Mas a ambição nos homens, aos

olhos de F1, significa motivação para o poder, susceptível de gerar condutas competitivas *“passar uns à frente dos outros, ter as primeiras classificações”*. Contrariamente, a ambição que F1 atribui a si mesma é remetida para um tempo futuro *“é difícil aqui dentro ser muito ambiciosa, tudo segue uma escala e um grau hierárquico, posso ser muito ambiciosa em relação ao futuro, mas assim de momento não se podem mudar as coisas”*. F1 vê os homens, ou seja, os seus camaradas da AM, como o mais difícil obstáculo que interfere com a sua ambição, o seu sonho de se tornar oficial.

Os homens *“têm pouco respeito pelas mulheres”*, significa que não acreditam nas capacidades das mulheres, uma ideia estritamente associada à ideia de que *“eles não aceitam a ideia de lhes tirarmos o lugar...”*; e todavia, recordando as regras estabelecidas, as carreiras militares dos homens e das mulheres são independentes *“às vezes nem é bem tirarmos o lugar porque a essa conclusão já chegaram, é mais não aceitarem a ideia de fazermos a mesma coisa que eles”*. Esta imagem dicotómica (amigos privilegiados e o mais difícil obstáculo) vai reflectir-se directamente na recodificação dos cadetes/militares – *“Nós”* aqueles mais parecidos consigo, os seus amigos, que a respeitam; e *“Eles”* os mal educados, que têm duas imagens e que a desrespeitam.

O vivido do sujeito em meio militar oscila entre os atributos arrogante *“até burra me chamavam, eu dizia que sim, e eles chamavam-me arrogante por causa disso”* e paciente *“temos que ter paciência para ouvir essas coisas sem dizer nada”*.

Não obstante considerar a pertença militar muito importante, F1 é evasiva quando confrontada com a especificação do seu papel enquanto oficial *“é o que quero mas agora estou na fase de acabar a Academia e depois pensar”*. Aliada a esta insegurança, surge o desejo de vir a introduzir mudanças no exercício de funções militares *“quando der instrução vou ter paciência, explicar as coisas num estilo simples para eles entenderem, só me imagino a ser mais rígida para não haver faltas de respeito”*. O desejo de ser oficial surge condicionado pelo receio de não ser aceite enquanto mulher militar *“não sei como a vida me vai correr, como é que um grupo de homens encara uma mulher a dar instrução”*. Condicionada pela necessidade de se defender de *“eles os cadetes”*, a construção da sua identidade militar está marcada por sentimentos de insegurança *“tenho muitas expectativas ... não tenho modelo ... as raparigas têm mais dificuldades em se enquadrarem nestes meios porque isto é visto como uma profissão de homens, pensam que estamos a invadir o espaço deles”*.

Convidada a pronunciar-se sobre a importância de pertencer ao grupo dos cadetes, F1 enfatiza a importância da entreajuda *"é importante porque agora identifico-me é com eles ... quando vou de férias sinto falta da Academia .. senti muito apoio dos meus colegas e instrutor, cá fora as pessoas não se preocupam tanto com os outros, nós agimos como um grupo"*. A entreajuda, característica da cultura militar, pode sobrepor-se em determinados momentos à dicotomia existente no interior deste grupo *"...eles, os mais mal educados, mas é engraçado que nos momentos difíceis todos acabamos por nos ajudar uns aos outros"*.

Surge desta forma a referência à importância dos rituais na construção da consciência colectiva e das representações que daqui recorrem, uma outra referência agora no plano da religião é dada por F1 *"gosto muito da AM por causa disso, das cerimónias religiosas que há lá, há um espírito diferente, posso achar muitas coisas desfavoráveis mas quando há cerimónias as pessoas unem-se muito"*.

PERSPECTIVA GLOBAL

A recodificação dos grupos mostra que os sujeitos categorizam a partir do seu círculo de intimidade – os camaradas, os amigos, os familiares mais próximos. Por outro lado "Eles" representa quase sempre os exemplos negativos que levam os sujeitos a adquirir uma maior consciência de si próprios a partir daquilo que eles recusam.

Neste grupo a identidade social dominante centra-se em torno das pertenças sexual e profissão, e isto é verdade para os dois grupos analisados não obstante as representações e estratégias serem diferenciadas como veremos seguidamente.

Universo Masculino

O projecto destes sujeitos, marcado pelo desejo de passar de cadete a oficial, sobrepõe a imagem masculina à imagem do militar (a recodificação da instituição militar é feita com base numa única imagem significativa: a imagem masculina).

Contrariamente às mulheres, os homens representam-se de uma forma autónoma e independente (ambiciosos, orgulhosos, senhores de si pró-

prios) e a diferença entre sexos é vista como um fenómeno natural, susceptível de legitimar a força masculina versus a fragilidade feminina. Tradicionalmente masculina, a instituição militar confere à mulher o papel de intrusa, ameaçando a especificidade dos valores militares. Ser cadete/militar corresponde à concretização de um projecto longínquo, de um sonho, a um orgulho muito especial: historicamente associados à nobreza, os oficiais são vistos como pessoas diferentes. A imagem dos militares investe mesmo a classe social de alguns respondentes, opondo a si a imagem dos civis.

Os sujeitos expressam um comportamento diferenciado em contexto civil e militar – os valores militares sobrepõem-se aos civis, relembrando a eficácia da socialização militar e a necessidade de preservar a imagem desta instituição. Dispostos a sacrificar a identidade pessoal em prol da identidade colectiva, o espírito de sacrifício e a camaradagem surgem como valores centrais e específicos da cultura militar.

A condicionar o projecto destes sujeitos não encontramos elementos particularmente relevantes, à excepção de algumas falhas (orgulho, teimosia) que por outro lado são consideradas essenciais ao reconhecimento da identidade masculina.

Enquanto principais fontes de gratificação encontradas no meio surgem as mulheres no papel de mães e namoradas (sensíveis, carinhosas, delicadas), uma imagem idealizada que não é compatível com comportamentos mais salientes, os quais remetem a mulher para a esfera da alteridade negativa.

Mais especificamente, desenha-se uma situação de exclusão social dirigida às mulheres que tentam penetrar em esferas tradicionalmente masculinas (como é o caso do meio militar) – é o valor camaradagem que vai minimizar situações de agressão daqui decorrentes.

Se a mulher militar surge como adversário para este grupo, o mesmo é verdade para os cadetes/militares com comportamentos que em nada dignificam a imagem desta instituição.

A imagem que os cadetes expressam acerca das mulheres surge avaliada em duas vertentes diferenciadas – uma imagem positiva, correspondendo ao padrão de expectativas dirigido à mulher ideal e uma imagem negativa correspondendo ao desvio às normas comportamentais do padrão anterior. Beleza e feminilidade constituem atributos essenciais que se espera encontrar numa mulher e que parecem estar ausentes da mulher militar *“perca de feminilidade, postura abrutalhada”* (M7).

A imagem negativa surge caracterizada através das mulheres traiçoeiras *"as mulheres têm o sexto sentido sempre a funcionar, manipulam"* (M5), rebeldes *"dão um segundo sentido às coisas, vão contra o meu ideal de mulher"* (M6) e calculistas *"a condição social de inferioridade das mulheres leva-as a querer tirar o melhor partido das situações"* (M4).

A partilha de estereótipos que determinam à mulher especificidade de papéis, sob pena de perderem a sua identidade sexual, é uma realidade comum a todos os cadetes. Esta representação vai dificultar a aceitação das mulheres em meio militar, fazendo surgir a representação das mulheres cadetes caprichosas numa atitude de provocação dirigida aos homens *"competem com os homens, não reconhecem as suas limitações, nós não necessitamos desafiá-las, somos aceites"* (M5) e desonestas na medida em que podem pôr em causa princípios desta instituição *"a relação entre um homem e uma mulher vai contra os princípios da instituição"* (M6).

Universo Feminino

O projecto deste grupo surge associado à necessidade de integração na AM bem como à necessidade em articular identidade profissional e sexual, ou seja, ser aceite enquanto mulher e cadete.

A representação que as mulheres cadetes fazem de si próprias aparece condicionada por constrangimentos externos que induzem a luta pela igualdade de oportunidades, por uma melhor inserção da mulher na sociedade e por ser oficial do exército.

É expressa a consciência de "token" e a extrema visibilidade a que se sentem expostas, por parte de civis e militares.

A consciência de constituírem um grupo minoritário, aumenta a responsabilidade sentida e a necessidade de gerir um conjunto de estratégias de molde a evitar o conflito com o maioritário (os cadetes masculinos).

Se a opção pela Academia correspondeu a um impulso de momento (e não teve por base uma ideia clara do que iriam encontrar), a admissão nesta instituição confrontou-as com a necessidade de gerirem as respostas dadas, de apresentarem uma máscara socialmente valorizada e esconderem o mal estar sentido.

A sua presença na Academia traz implícita a necessidade de renegociação de um espaço que sentem não ser seu – as estratégias activadas nomeadamente a necessidade de se esconderem do olhar do outro, poderão

induzir dificuldades de partilha do espírito de corpo, camaradagem, valores essenciais na cultura militar.

O medo de enfrentar certas situações torna-as dependentes da realidade externa, ou seja, da ajuda dos cadetes masculinos.

Não obstante todos os condicionalismos os sujeitos expressam orgulho na sua condição de mulheres militares – a vantagem de ser mulher encontram-na numa maior capacidade de adaptação face a novas realidades, na possibilidade de fazerem coisas novas, de terem filhos. Da mesma forma a importância de ser cadete encontram-na na possibilidade de intervir em mudanças institucionais, nomeadamente através de uma maior humanização do espaço de trabalho e de um maior equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

A condicionar os sujeitos na realização do seu projecto estão um conjunto de constrangimentos, consequência da agressão de alter: a incompreensão expressa por civis e militares, a ausência de reconhecimento pelo esforço dispendido na AM, as dificuldades de expressão no contexto de uma sociedade conservadora – susceptíveis de despoletar sentimentos de angústia e insegurança.

Representando-se como mais introvertidas e menos experientes (resultante dos constrangimentos vividos), estas mulheres vão expressar sentimentos de desejabilidade face à imagem das mulheres mais experientes e extrovertidas e dos cadetes mais descontraídos: admira-se no outro uma forma de estar mais autónoma, livre e independente.

Contudo, sentimentos de frustração poderão resultar da impossibilidade em aceder às imagens expressas; como já vimos a integração na Academia exige uma estratégia de “low profile”.

Ainda no campo da alteridade, opondo-se a esta zona existencial frustrante, surge uma zona gratificante: a ajuda dos cadetes masculinos numa atitude de cooperação e suporte – a imagem de força masculina vai complementar o reconhecimento de uma certa fragilidade feminina.

Contudo, no campo da alteridade negativa, surgem um conjunto de ameaças ao projecto destes sujeitos: a imagem dos homens arrogantes articulada com a imagem dos cadetes agressores e que se vai opôr aos cadetes amigos, verdadeiros paradigmas neste contexto; a imagem das mulheres indiscretas, descaradas, susceptíveis de pôr em causa a imagem que elas a tanto custo tentam preservar. A interiorização de uma má imagem do seu grupo de pertença, da qual se dissociam, leva-as a pôr em causa a honestidade das mulheres cadetes face aos homens honestos e

amigos; numa outra vertente a imagem das mulheres dependentes do casamento, da família, incapazes de se autonomizarem.

Os homens surgem representados de forma dicotómica pelas mulheres: aos cadetes amigos opõem-se os cadetes agressores – a inveja dos pactos e cumplicidade existente entre os homens dá lugar a sentimentos de desconfiança. Incapazes de aceitar as diferenças de género, os cadetes criticam a utilização de tabelas diferenciadas (homens/mulheres) na avaliação dos exercícios físicos, ao mesmo tempo que atitudes espontâneas expressas pelas mulheres, como por exemplo o sorriso e as lágrimas, são entendidas como meras provocações.

Surge a imagem dos cadetes falsos cínicos, maus, capazes de desculpar a instituição militar e centrar toda a agressividade nas mulheres *“se algumas coisas não estão bem, nós também não temos culpa, mas eles nunca culpam a instituição”* (F3) bem como a imagem dos oficiais incapazes de lidar com as mulheres.

CONCLUSÕES

O nosso trabalho evidenciou dinâmicas de identidade diferenciadas derivadas de uma relação entre grupos de estatuto diferente: os cadetes masculinos representando o maioritário, os cadetes femininos representando o minoritário.

Encontramos uma sobreposição entre identidade masculina e identidade militar e esta crença é suportada por homens e mulheres.

Reafirma-se deste modo a individualidade inscrita nos significados de ser homem. É esta individualidade que lhes vai permitir estabelecer uma diferenciação entre identidade civil e militar, contrariamente às mulheres cujo projecto profissional não se pode dissociar do projecto pessoal – a dinâmica de identidade dos homens possibilita-lhes a integração de papéis diferenciados ou mesmo contraditórios.

Associada à pertença feminina surge a incompatibilidade entre a imagem feminina e a imagem do militar, reafirmando-se o sentido colectivo e a especificidade inscrita nos significados de ser mulher.

A estrita associação dos significados femininos às relações afectivas e à reprodução biológica, poderá explicar a idealização das mulheres no papel de mães e namoradas, bem como a rejeição das mulheres no papel de militares, produzida pelos cadetes masculinos.

Ser militar implica no caso das mulheres um afastamento das normas do papel que lhes é atribuído e por esse motivo o seu comportamento é avaliado como desviante (são desonestas, etc.).

As cadetes vêm-se confrontadas com a necessidade de resposta a um duplo referente (masculinidade e feminilidade) através do qual oscilam paradoxalmente – na análise dos seus protocolos deparamo-nos com um discurso paradoxal, expressão de uma mudança de valores mais acentuada e da dificuldade em conciliar espaços simbólicos por vezes contraditórios. Elas vivem permanentemente o conflito resultante da necessidade de se aproximarem dos valores militares, os quais exigem ruptura com os conteúdos simbólicos associados à sua categoria sexual mas que também são desejáveis, exigindo-lhes a necessidade de os preservar.

É neste quadro de representações assimétricas que deveremos situar as estratégias desenvolvidas pelos sujeitos.

Nas imagens de um passado honroso, os cadetes encontram a dupla necessidade de filiação e projecção enquanto grupo no futuro, a presença das mulheres introduz novos códigos e valores susceptíveis de ameaçar a identidade militar, por isso os cadetes rejeitam e agredem as mulheres, uma atitude ancorada em representações sociais preexistentes – a “categorização” é a única estratégia comum a todos os protocolos masculinos.

Contrariamente aos rapazes, cujas estratégias se caracterizam pela sua diversidade, as estratégias adoptadas pelas raparigas centram-se em torno da relação entre géneros – seja a “conformidade e anonimato” como resposta à extrema visibilidade a que se sentem expostas; seja a “assimilação ao maioritário” enquanto tentativa de aproximação dos instrumentos sobre os quais este funda o seu lugar social (os seus valores, a sua amizade); seja a “instrumentalização da condição social” onde a consciência da desigualdade de forças na qual se encontram pode estimular a aceitação da identidade prescrita em proveito próprio (ex. ser discreta para conseguir objectivos); seja a “diferenciação pela positiva face ao endogrupo”, onde as cadetes se vão diferenciar de determinados subgrupos constitutivos do seu grupo de pertença (ex. praças), sem denegar a sua identidade; seja a “diferenciação pela positiva face ao exogrupo” onde as cadetes se vão afirmar através da diferença, na tentativa de conquistar a sua aceitação no “espaço dos homens”. Surge a defesa da identidade sexual através da capacidade das mulheres em serem mais perfeccionistas, mais subtis e

mais abertas, contrariamente aos homens mais conservadores e com menos capacidade de adaptação à mudança que elas sentem estar a ocorrer no interior das Forças Armadas (“renovação” tecnológica e humana).

Também os homens se referem a essa mudança mas numa outra perspectiva – a percepção de uma crise no interior das FA leva alguns cadetes a criticar a qualidade do recrutamento de efectivos, a abolição da praxe (proibindo mecanismos de selecção natural), a formação de oficiais sem nível, a incapacidade da instituição militar justificar a sua missão. Estes motivos justificam por parte de alguns cadetes a opção pela GNR como forma de se diferenciarem da imagem negativa difundida na sociedade civil acerca das FA – na GNR eles sentem a possibilidade de instituírem as mudanças necessárias a um funcionamento organizacional mais eficaz.

Para finalizar resta-nos questionar se os valores hegemónicos poderão atenuar os conflitos de género e permitir uma maior integração das mulheres. Se numa primeira análise poderíamos ser tentados a responder que sim, já que estes valores (família, irmãos, camaradagem, entreajuda, etc.), partilhados por todos os cadetes ao nível da representação da profissão, vão aumentar a coesão grupal e minimizar o conflito existente entre os dois grupos, a verdade é que a relação assimétrica entre géneros está sempre presente. Por exemplo se as representações sociais hegemónicas introduzem a entreajuda enquanto valor central, impedindo que os cadetes recusem ajuda às suas camaradas, são ainda estas representações que impossibilitam o desenvolvimento de relações afectivo/sexuais entre cadetes e a responsabilização pelo desrespeito desta norma/tabu é atribuída à desonestidade das mulheres capazes de violar os valores honra e lealdade.

Associada à construção da identidade das cadetes surge uma dinâmica conflitual sem paralelo no caso dos rapazes, e que nos permite reequacionar as nossas hipóteses pois se a entrada na Academia é acompanhada por um processo de desvalorização da identidade (no caso das raparigas) ela é igualmente acompanhada por um processo de defesa da identidade sexual e pela aprendizagem de novas formas de estar nesta instituição.

A entrada das mulheres no meio militar insere-se num processo de mudança das FA – e se o discurso dos cadetes não transporta valores de modernidade e racionalidade o mesmo não se aplica às raparigas: elas

transportam um discurso de valores formais numa instituição que não está familiarizada com esses valores.

As dificuldades de integração das cadetes, o insucesso escolar que as atinge sobretudo no primeiro ano são questões que não deverão ser abordadas numa perspectiva meramente biológica.

Verificamos ao longo deste trabalho um esforço de integração das mulheres (que por vezes é partilhado pelos seus camaradas, não obstante as assimetrias) mais do que um esforço de adaptação da instituição a uma nova realidade.

Que medidas foram ou estão a ser tomadas para integrar de facto as mulheres? Será que as leis “per si” o fazem? Ou será que se espera que sejam os indivíduos a fazê-lo na ausência de estruturas integradas de apoio?

Resta-nos questionar qual o papel que as “minorias activas” poderão ter na mudança decorrente da dinâmica social que se está a operar.

A este propósito fica em aberto uma análise mais detalhada dos processos de liderança introduzidos pelas mulheres e as dinâmicas daqui decorrentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMÂNCIO, L., *Masculino e Feminino: A construção social da diferença*. Porto, Edições Afrontamento, 1994

BARKALOW, C., RAAB, A., *In the men's house: An inside account of life in the army by one of West Point's first female graduates*. New York, Poseidon Press, 1990

CARREIRAS, H., *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*. Edições Cosmos, 1987

COSTALAT-FOUNEAU, A.M., *Identité sociale et dynamique représentationnelle*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 1997

DESCHAMPS, J. C., BEAUVOIS, J. L., *Attributions intergroupes*. In R. Y. Bourhis, J. P. Leyens (Eds.), *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes* (pp. 97-126), Liège, Mardaga, 1994

CAMILLERI, C., KASTERSZTEIN, J., LIPIANSKY, et al., *Stratégies identitaires*. Paris, PUF, 1990

LORENZI-CIOLDI, F., *Individus dominants et groupes dominés: images masculines e féminines*. Grenoble, PUG, 1988

ZAVALLONI, M., LOUIS-GUÉRIN, C., *Identité sociale et conscience: Introduction à l'égo-écologie*. Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, 1984



Artigos

Da Massificação (do Quantitativo) à Precisão (ao Qualitativo): A Relação entre a Economia e a Estratégia no Século XX

António Paulo David da Silva Duarte

Licenciado em História

Mestre em Estratégia

Colaborador da revista Nação e Defesa e da Revista Militar

INTRODUÇÃO: A IMAGEM DO PODER ECONÓMICO

Não poucos autores têm apontado a importância da capacidade económica como vector ou um dos principais vectores do poder estratégico¹, influência que se tem vindo a acentuar desde o século XVI. Ao longo da História esta influência, nem sempre aconteceu da mesma forma, mas parece não haver dúvidas que nos principais conflitos do século XX, as Guerras mundiais e a Guerra Fria, as capacidades económicas dos beligerantes foram fundamentais para o desfecho final.

A prolongada relação entre a Economia e a Estratégia tem mudado ao longo do tempo, visto as transformações nas estruturas económicas terem influenciado a Estratégia, e as próprias evoluções nas estruturas político-estratégicas influenciarem em determinados momentos os caminhos da Economia. Assim, pode-se dizer que houve capacidades económicas mais importantes que outras no aumento do poder estratégico. Não se pretende fazer aqui a História dessa relação², mas numa época de profundas transformações ao nível económico, analisar as mutações acontecidas nessa relação durante o século XX de modo a melhor se entender as continuidades e as rupturas na relação da economia com a estratégia. Este é em essência o objectivo deste pequeno artigo.

1) AS ECONOMIAS³ DO PODER ESTRATÉGICO

1.1) *Poder Industrial e Poder do Conhecimento*

Parece suceder hoje em dia uma revolução nas estruturas e organizações económicas, mas com potencial para abarcar e integrar todas as dimen-

1 Sobre as dinâmicas da relação entre a Economia e a Estratégia veja-se por exemplo, Cf. Henri Montcel, "La Défense, Agent de L'Economie", *Défense Nationale*, Paris, Jan. 1981, pp. 7-18. *Idem*, "L'Economie, Agent de la Défense", *Défense Nationale*, Fev. 1981, pp. 33-49.

2 Contudo, pode-se sintetizar a relação entre a Estratégia e a Economia como tendo três fases ao longo da História Moderna e Contemporânea, a primeira, entre os séculos XVI e XVIII, onde dominou o aspecto financeiro, a segunda nos séculos XIX e XX onde predominou a massificação industrial, e a terceira, em curso, onde predomina a dimensão tecnológica. O texto trata das duas últimas.

3 Os economistas costumam afirmar que a economia lida com problemas de escassez, e por isso, toda a problemática da economia é qual a escolha a fazer tendo em conta a escassez. Cf. James Schlensinger, "The Perspective of Economics", in Hugh Conway, Dir., *Defense economic Issues*, Washington, National defense University, 1990, pp. 3-4. Neste sentido, uma percepção das mutações económicas é indispensável para uma escolha correcta.

sões das sociedades humanas. Esta revolução parece igualmente questionar alguns dos pressupostos sobre os quais assentava o pensamento económico clássico. Manuel Godinho e J. Caraça referem o aparecimento nos conceitos da Ciência Económica de uma dimensão imaterial, consubstanciada no conhecimento e na informação, indispensáveis à inovação tecnológica. Essas transformações têm por seu turno influência nas modificações da sociedade, na política e na própria forma de transmissão dos conhecimentos⁴. Como é provável, elas influenciarão igualmente a Estratégia e a forma de fazer a guerra.

A melhor forma de nos apercebermos das mutações que se desenvolvem hoje em dia e de como elas influenciam e influenciarão a relação entre a Economia e a Estratégia será pela comparação entre o que sucedia no passado (e que hoje ainda influencia de certo modo o pensamento estratégico) e o que poderá suceder no futuro.

1.1.1) *Da Massificação*

O Pensamento que relaciona a Economia e a Estratégia é ainda hoje bastante influenciado pelos grandes conflitos Mundiais do século XX, que acentuaram de forma muito evidente a importância da base produtiva industrial dos Estados. Gerd Hardach afirma que foi só com a Primeira Guerra Mundial que os Estados Maiores se aperceberam que a Economia de Guerra era antes de mais uma questão de recursos reais, trabalho, matérias primas e capacidade produtiva, muito para lá do tradicional problema financeiro⁵. A partir de 1914, todo o racional económico-estratégico tem-se centrado precisamente à volta dos problemas dos recursos energéticos, das matérias primas e da capacidade produtiva industrial.

Esta preocupação reflecte na Estratégia as consequências, até 1914 não totalmente apercebidas, da Revolução Industrial. Pela primeira vez

4 Cf. J. M. Caraça e Manuel Mira Godinho, "Inovação Tecnológica no Contexto das Economias de Desenvolvimento Intermédio", *Análise Social*, Vol. XXIV(103-104), n.º 4-5, pp. 929-930. De facto até aos anos 60, a inovação tecno-económica não era considerada como um elemento importante para o sucesso económico. A partir dos anos 60 e 70, começou a denotar-se um maior interesse e uma teorização sobre o papel da inovação e do aprimoramento tecno-económico no sucesso da empresa. Por fim, as teorias dos anos 80 incorporaram definitivamente a inovação tecno-económica como elemento central do sucesso económico. Cf. João Caraça, *Do Saber ao Fazer: Porquê Organizar a Ciência*, Lisboa, Gradiva, 1993, pp. 78-82.

5 Cf. Gerd Hardach, *The First World War*, (S/L), Penguin Books, 1987, p. 53.

Estados industrializados enfrentam-se num conflito prolongado (se excluirmos a Guerra de Secessão Americana, que, por ter ocorrido noutro continente, teve repercussões pequenas na Europa, de facto, o centro do poder Mundial, quer em 1861, quer em 1914). Por isso, até então não se dera muita importância à capacidade produtiva industrial dos Estados como crucial para o poder estratégico e para a guerra. O mesmo não se pode dizer das inovações tecnológicas produzidas por esse poder. A maioria das grandes potências e dos seus Estados Maiores estavam particularmente atentos às diversas inovações que a indústria produzia, e procuravam logo aplicá-las às actividades militares (tendo até notável percepção dos tremendos custos humanos das batalhas, e por isso, também a ideia da impossibilidade de guerras prolongadas), mas não conseguiram de todo, ter plena consciência dos seus efeitos globais. A guerra vai demonstrar toda a influência que o desenvolvimento industrial e as estruturas económicas podiam ter e tinham na própria forma de a praticar, e implicaram todo um novo racional estratégico^{5a}. Para melhor compreendermos como 1914 influenciou o conhecimento estratégico, será melhor primeiro caracterizarmos as grandes estruturas económicas industriais.

A industrialização transformou radicalmente as sociedades humanas que por ela passaram. Esta transformação só se sente no entanto, de forma acentuada no fim do século passado e início deste século. Em termos puramente económicos a maior ou menor capacidade produtiva de um Estado dependia das vastas disponibilidades de matérias primas e recursos energéticos, de uma vasta mão de obra que pudesse ser empregue nas fábricas (o que exigia uma agricultura avançada), e de um mercado suficientemente grande que garantisse vastas economias de escala, o que significava, regra geral, Estados de dimensões relativamente grandes. Repare-se que os três grandes poderes industriais do primeiros cinquenta anos do século XX, dispunham precisamente destas três grandes vantagens (se exceptuarmos no caso da Alemanha a dimensão espacial). A estes vectores de base juntaram-se

5a Sobre o pensamento militar e estratégico anterior à Grande Guerra, veja-se por exemplo, Cf. Michael Howard, "Men against Fire: The Doctrine of the Offensive in 1914", in Peter Paret, Ed., *Makers of Modern Strategy – from Machiavelli to the Nuclear Age*, Oxford, Clarendon Press, 1994, pp. 510-526.

outros indispensáveis para a total potencialização dos primeiros. A simplicidade e a “standardização” da produção indispensáveis à massificação desta garantindo as necessárias economias de escala, assim como a hiper-especialização e homogeneização das tarefas e actividades humanas, em que cada indivíduo fazia uma única e simples tarefa. Toda a essência do processo consumou-se na invenção da linha de montagem por Henry Ford na segunda década do século. Curiosamente, o capital financeiro foi menos importante para a revolução industrial que os outros dois factores, mão-de-obra e matérias primas^{5b}.

Todos estes factores se interligavam (e evidentemente muitos outros, mas que não nos parecem muito importantes para esta explicação que tem um carácter generalista). A disponibilidade de matérias primas e energéticas a baixos preços, portanto fáceis de adquirir, transportar e conservar em grandes quantidades permitia um uso intensivo, permanente, garantindo uma produção continuada nas fábricas de todo o tipo de bens, igualmente a baixos preços, para assegurar através da massificação da produção, as necessárias economias de escala, reforçadas acentuadamente pela especialização de tarefas ao “milímetro” e pelas linhas de montagem. A “standardização” era indispensável, na medida em que era difícil mudar o processo de montagem e fabricação dos produtos, o que por outro lado, facilitava a massificação dos produtos fabricados. Para isso, era útil que não fossem muito complicados, mas tivessem linhas simples e fossem robustos. O Ford T é um exemplo da simplicidade de linhas e de robusticidade visando facilitar a produção.

Isto trazia consigo duas consequências, o gigantismo industrial, imposto pela massificação da produção e das economias de escala e a primacialidade do quantitativo sobre o qualitativo. Isto não quer dizer que a qualidade dos produtos não fosse importante, mas que esta não podia impedir a produção em larga escala, e que portanto a importância de se produzir massivamente qualquer produto impunha entaves a outro, se por mero acaso este último exigisse uma menor produção. De qualquer modo, o facto de a evolução tecnológica ser relativamente lenta (se comparada com o ritmo actual), e de o disnível entre tecnologias ser pequeno,

^{5b} Sobre esta temática, veja-se por exemplo, Robert B. Reich, *O Trabalho das Nações*, Lisboa, Quetzal, 1993, pp. 27-87.

facilitava o acentuar das vantagens quantitativas e do peso do gigantismo industrial⁶.

Evidentemente, a estrutura económica influenciava a sociedade, e determinadas características da sociedade advinham da organização industrial. A homogeneização nacional tal como a “standardização”, o gigantismo burocrático, a massificação da arte, do ensino, etc. O que é importante, é que a própria forma de fazer a guerra e a Estratégia foram influenciadas pela sociedade e pela economia industrial.

Antes de mais, a capacidade produtiva industrial tornou-se fulcral. A capacidade de sustentar conflitos prolongados dependia da existência de uma grande base industrial, da capacidade de a renovar e de aumentar mais ou menos rapidamente os recursos em potência existentes, e da possibilidade de manter abastecida em recursos energéticos, matérias primas e mão-de-obra as indústrias fulcrais para o conflito. A enorme quantidade de recursos postos à disposição das Forças Armadas pela sociedade industrial (produção massiva de meios) implicava por seu turno o prolongamento do conflito, visto não só demorar tempo a potencializar toda a capacidade industrial em produtos para a guerra, como demorava tempo a desgastar qualquer dos beligerantes ao ponto de um deles ser forçado à capitulação. Os conflitos da sociedade industrial caracterizavam-se por um fenómeno que decorria dela própria, isto é, do facto do prolongamento do conflito ser fundamentalmente intensivo, muito mais do que extensivo (ou seja, massificado, intensificado, tal como intensa era a vivência nas sociedades industriais). Em termos de duração, a maioria dos conflitos modernos não são muito maiores que outros do passado, mas enquanto estes eram entrecortados com momentos de pausa, os novos exigiam uma pressão permanente, continuamente, sem pausa, forçando cada lado a lançar as suas reservas até que um fique sem elas, ou seja a hipersuficiência de Charnay, em que aquele que triunfa é o que ainda tem uma reserva quando o adversário já nada tem⁷.

6 Cf. Thomas J. Welch, “Technology Change and Security”, in *Washington Quarterly*, Vol.13, 1990, p. 111; M. L. Weidenbaum, *The Economics of Peace Time Defense*, 2ªed., New York, Preager, 1975, pp. 133-134. Gigantismo que se reflectia geopoliticamente na ideia comumente aceite pelos grandes teóricos da geopolítica dos inícios do século XX de que a tendência natural dos poderes espaciais era para o seu alargamento e para a sua sobredimensão. Cf. Philippe Moreau Defarges, *Introduction à la Géopolitique*, (s/l), Éditions du Seuil, 1994, pp. 39-101, e Cf. Pascal Lorot, *Histoire de la Géopolitique*, Paris, Economica, 1995, pp. 19-44.

7 Cf. Paul Kennedy, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, Mem Martins, Europa-América, 1. Vol., 1988, pp. 303-304; J. P. Charnay, *Metastratégie*, Paris, Economica, 1990, pp. 181-182.

Por seu turno, esta acumulação contribuiu e definiu também o paradigma da administrabilidade das Forças Armadas. Já não basta a um Comandante-em-Chefe ser um bom operacional da guerra, mas também tem de ser um “gestor”, que compreenda e faça interactuar os aspectos da Estratégia Operacional (aquela que durante milénios foi praticamente a única existente) com a Estratégia genética e Estrutural, porque uma força só actua se tiver atrás de si uma logística colossal, com o consequente fenómeno de cerca de 50% dos elementos das Forças Armadas que combateram na Segunda Guerra Mundial serem não combatentes, administrativos⁸. Em termos estratégicos, esta evolução levou a uma preocupação com o potencial industrial nacional e o produtivo em geral, enfim, com a capacidade de mobilização dos meios materiais do Estado. E esta capacidade, influenciava por seu turno a definição da Estratégia Nacional, na medida em que a disponibilidade de mais ou menos recursos exigia muitas vezes soluções diferentes para o mesmo objectivo. Tem-se apontado que a necessidade que os Alemães tinham na Segunda Grande Guerra de vitórias decisivas e rápidas foi resultante da sua fraqueza industrial quando relativizada ou comparada com a dos seus adversários⁹. Fenómeno semelhante parece suceder com os Israelitas. Repare-se além disso, que o problema da mobilização não afecta só a capacidade produtiva. Ela implica também a disponibilidade de mão-de-obra pois esta tem simultaneamente de prover as necessidades da frente e a das fábricas à retaguarda, igualmente consumidoras intensivas de homens e materiais¹⁰. Todo este problema da mobilização acentua aquela característica da sociedade industrial que é a predominância da quantidade sobre a qualidade. A preocupação de produzir mais e mais, na superação das metas de produção, um dos mitos do socialismo por ex., e que se nota claramente na propaganda aliada e soviética da impressionante quantidade

8 Cf. Martin Van Crefeld, *Fighting Power*, Westport, Greenwood Press, 1982, pp. 57-60. Veja-se também Michael Howard, *War in European History*, Oxford, Oxford University Press, 1976, p. 133.

9 Cf. Paul Kennedy, *Op. Cit.*, Vol. 1, p. 357, e Cf. John Keegan, *The Battle for History, Re-fighting World War II*, (s/l), Pimlico, 1997, pp. 94-95. E também a tendência para a extrema violência. Ganhar decisivamente impunha a maior brutalidade possível desde o início de forma a aniquilar a resistência física e moral do adversário o mais rapidamente possível. Se esta não se consumasse, então é porque não se era suficientemente brutal e por conseguinte um novo acréscimo da brutalidade, numa imensa espiral de violência. Cf. Michael Geyer, “German Strategy in the Age of the Machine Warfare”, in Peter Paret, Ed., *Makers of Modern Strategy – From Machiavelli to the Nuclear Age*, Oxford, Oxford University Press, 1994, pp. 527-597.

10 Cf. H. G. Dahms, *A Segunda Guerra Mundial*, (S/L), Editorial Bruguera, 1968. 2º Vol., pp. 212-213.

de material aliado a produzir ou já produzido. Estrategicamente, o que interessava era a quantidade. Um desses aspectos reflecte-se no facto de os norte-americanos terem aceite a clara inferioridade dos C.C: Sherman frente aos modelos alemães, porque acharam (e com razão) que a enorme superioridade numérica dos primeiros compensaria a elevada qualidade dos segundos. Curiosamente, foi o facto de não poderem ganhar a guerra da produção que obrigou os alemães a apostarem na qualidade técnica¹¹. O problema da capacidade de mobilização influencia ou influenciava o planeamento económico das Forças Armadas dos EUA, garantindo um subaproveitamento de fábricas, para que em caso de crise houvesse um acréscimo rápido da produção, entregando a firmas que estavam com contratos terminados novos contratos para as manter no negócio dos armamentos, e assim assegurar a capacidade produtiva, mesmo que isso significasse por seu turno o subaproveitamento tecnológico¹².

E a própria forma de fazer a guerra tinha um sabor industrial/fabril. Desde já se pode apontar a crença na superioridade numérica. Dispor de mais material, dispor de mais homens garantiria automaticamente a vitória. Não é tanto o facto de isto nem sempre ser verdadeiro ao longo do século XX que está em causa, mas a crença que os Estrategas tinham e têm de que isso é verdade, um facto quasi irrefutável. Repare-se na expressão de Churchill quando soube da entrada dos EUA na guerra, "tudo o resto era meramente a aplicação correcta de uma força esmagadora"¹³, que reflecte de uma forma clara essa percepção da importância do número. E não era em vão. Os grandes vencedores do século XX tiveram sempre a seu lado uma superioridade numérica qualquer, se não todas. Fosse o peso do número por parte dos chineses e vietnamitas, fosse de material por parte dos EUA, ou de ambos, o que é certo é que com raras excepções o peso do número levou à vitória. Muita gente tende a esquecer que quer o Vietname do Norte, quer a China recebiam permanentes infusões de material soviético respectivamente na Guerra do Vietname e da Coreia. Assim, a massificação que era consequência da industrialização, surgia igualmente na Estratégia como instrumento de poder.

11 Cf. Max Hastings, *Overlord-D Day and the battle for Normandy*, Londres, Pan Books, 1985, pp. 227-228.

12 Cf. Lee Olvey, *The Economics of National Security*, New Jersey, Avery Publishing Group inc., 1984, p. 103.

13 Cf. Paul Kennedy, *Op. Cit.*, Vol.2, p. 7.

Esta influência do número fazia surgir outro aspecto, a crença no poder de fogo. As desmesuradas concentrações da artilharia soviética ou os maciços bombardeamentos aéreos norte-americanos são o sinónimo militar da infusão maciça de energia nas fábricas, como se essa concentração de poder destrutivo pudesse varrer da face da terra o inimigo. Neste sentido, a Arma Atómica é o supra-sumo do poder energético. Repare-se que estas concentrações de poder energético são relativamente cegas. Arrasam de facto o inimigo e com ele, tudo o que está à sua volta, população civil e infraestruturas civis, a não ser que se esteja a combater no deserto. As primeiras armas atómicas e nucleares eram igualmente semelhantes, com a sua crença nos Megatons. Outra noção, uma hipótese, é ou foi a acrescida importância do tiro indirecto na artilharia, visando encher uma área de explosivos e não atingir um alvo específico, o que é, ou pelo menos parece-me uma noção que surge com a Revolução Industrial.

Assim, tal como a sociedade fabril massificava, quantificava, também a estratégia passou a massificar e a quantificar.

No entanto, e após a Segunda Grande Guerra, estes aspectos lentamente começaram a perder importância. O desenvolvimento tecnológico começou a ser altamente considerado e a supremacia tecnológica a ser progressivamente considerada como prioritária em relação à quantitativa. A inovação tecnológica, no entanto, existira em todos os conflitos do século XX. Os carros de combate na Primeira Guerra Mundial, os mísseis e os aviões a reacção na Segunda, para além da Arma Atómica, só para citar os mais espectaculares. Simplesmente, se atentarmos bem na história desses conflitos, vemos que nenhuma dessas armas e muitas outras inovações foram decisivas, que nenhuma decidiu a guerra, nem eram para tal indispensáveis. Os mísseis e os aviões a reacção, por muito inovadores que fossem, não impediram a derrota da Alemanha, tal como o "tanque" não decidiu a vitória aliada de 1918, porque quando se dá o choque de Amiens, em Agosto desse ano, já o exército alemão tinha perdido a guerra. De qualquer modo, fora preciso um exército maciço de carros de combate (o que leva para a importância do número), porque sempre que utilizados em pequeno número, estes não tinham tido muito êxito. E como refere Paul Kennedy, de nada serviu aos alemães a sua superioridade tecnológica, porque "os aliados estavam a produzir muitos tipos novos de armas(...), enquanto as potências do Eixo conseguiam produzir armas avançadas

(...) apenas em quantidades relativamente reduzidas”¹⁴. Assim, a tecnologia não parecia decisiva para a vitória durante as duas guerras mundiais, parecendo portanto uma aposta errada procurar que a tecnologia salvasse o Ocidente do gigante urso russo, mas o fim do segundo conflito mundial terminava no meio de transformações que se iriam acumular, e ainda hoje se processam na economia do mundo, e essas transformações iriam gerar e geram grandes mudanças na Estratégia e na própria forma de fazer a guerra.

1.1.2) *Do Conhecimento*

Após a Segunda Grande Guerra Mundial e principalmente a partir dos anos 60 modificações ingentes têm vindo a ocorrer na Economia Internacional, e que são concomitantes com as transformações gerais da sociedade. Como já referimos, as estruturas económicas tornaram-se muito mais dependentes de factores definidos como imateriais, a informação e o conhecimento. Estes, conjugados, estimulam massivamente a inovação tecnológica e científica, que por seu turno incentiva a economia e a sociedade em geral. Com efeito, o conhecimento, a ciência e a economia têm vindo a ligar-se de forma cada vez mais íntima, a interconectar-se e a integrar-se. J.M.Caraça e M. Godinho afirmam que a “ciência tende a estar cada vez mais submetida a objectivos económicos”¹⁵. Os ritmos cada vez mais rápidos do desenvolvimento económico são consequência das evoluções e mutações científicas e tecnológicas, que por sua vez respondem às cada vez maiores pressões geradas pela economia competitiva, criando portanto um círculo vicioso.

Por sua vez, o crescimento económico estimula a globalização da economia e é igualmente dependente dela. O conhecimento e a informação continuamente acrescida e indispensável à economia tendem a exigir uma globalização a níveis muito mais amplos do que a necessária nas primeiras sociedades industriais. Veja-se que a grande tendência globalizante da economia começa a desenvolver-se por volta dos anos 60-70, sendo por isso contemporânea do surgimento daquilo a que Toffler denominou de Economia Super Simbólica¹⁶. Uma economia de cresci-

14 *Idem*, Vol. 2, p. 19.

15 Cf. J. M. Caraça e M. Godinho, *Op. Cit.*, p. 939.

16 Cf. Alvin Toffler, *Os Novos Poderes*, Lisboa, Livros do Brasil, 1990, *Passim*.

mento ultra rápido tendo por base o conhecimento e a informação depende de facto de uma estrutura a nível mundial, porque só assim pode gerar o “saber” de que aquela precisa. Um historiador desenvolveu uma teoria que pode dar uma explicação para esta interrelação:

“As possibilidades de um grupo humano são proporcionais à massa global das mensagens recebidas e a massa das mensagens recebidas é função do número de homens aptos a comunicar entre si, no espaço e no tempo. O que leva esta regra dedutível «à priori» e verificável «a posteriori» no campo do conhecimento histórico: a aptidão para criar e para inovar desenvolve-se quando os homens são muito numerosos e quando são muito numerosos há muito tempo”¹⁷.

O que permitiu e permite o contacto entre grupos humanos cada vez maiores foi o aparecimento do computador e a revolução informática e dos “media”. Os computadores e as cada vez potencialmente mais sofisticadas redes neuronais possibilitam que cada vez mais homens possam trocar mensagens entre si, quase instantaneamente, rapidamente, mesmo que bastante afastados no espaço, que de qualquer modo e graças a elas, tende a ser cada vez mais pequeno. O ritmo desse contacto está, no entanto, dependente do acesso aos sistemas informáticos e da capacidade das redes em trocar mensagens, que não deve estar longe das redes globais de elevada capacidade que porão densamente em contacto e de forma intensiva a Europa, a América, e a Ásia-Pacífico. Poder-se-ia ainda falar de forma mais específica, da inteligência artificial, e dos sistemas “media” integradas, por exemplo. A premência da globalização da economia, obviamente exigirá um repensar das estratégias nacionais. Paradoxalmente, esta economia global favorece também uma micro-economia, uma economia em pequena escala. O conhecimento é demasiado versátil e volúvel para poder ser facilmente controlável, e para além disso as sociedades baseadas na electrónica sofisticada e na informação tendem a favorecer a dispersão do conhecimento o mais rapidamente possível, e a distribuí-lo por vastas extensões. Além disso, o conhecimento tende a ser quase infinito, ou seja, é muito mais difícil de delimitar que

17 Cf. Pierre Chaunu, “Do espaço e do tempo: a génese da descompartimentação” in Pierre Leon(dir.), *História Económica e Social do mundo, O mundo em Expansão*, Vol.1, Tomo 1, Lisboa, Sá da Costa, 1982, p. 95.

a riqueza e a força, pelo que tende a ser muito mais complexo e a gerar sistemas muito mais complicados. Como escreve Toffler, “o poder da ciência humana assenta cada vez mais em cadeias de raciocínio cada vez maiores”¹⁸. Isto implica a integração científica das diversas disciplinas, a interdisciplinaridade para resolver os problemas cada vez mais complexos que a ciência enfrenta. Mas por outro lado, como os níveis de conhecimento são cada vez maiores, ela implica igualmente uma maior especialização, gerando uma micro-ciência, e uma micro-economia (daí a necessária interdisciplinaridade).

O que se passa na ciência, passa-se também na tecnologia e na economia. Um autor americano refere precisamente a dispersão da capacidade de inovação tecnológica pelo mundo, deixando de ser monopólio dos EUA, enquanto outro faz notar que sendo as áreas de inovação científica e tecnológica tão vastas, dificilmente permitem a um país abarcá-las todas, tendo de concentrar-se em algumas¹⁹. Nesse sentido um estudo recente de um cientista económico de renome, numa obra, em que ele teve o apoio de um numeroso grupo de colegas internacionais, afirmava a importância das assimetrias culturais e nacionais para o desenvolvimento da inovação científico-tecnológica e das vantagens competitivas nacionais. Com efeito, e segundo ele, as vantagens comparativas advêm menos dos tradicionais factores de produção, capital, terra, e trabalho, e mais das características e idiosincrasias culturais e educativas de determinadas populações e nações, levando estas a desenvolver determinadas vantagens económicas comparativas e elevados índices de produtividade em determinados sectores (relativamente à produção do mesmo bem pelas outras nações), ganhando aqui um domínio global que será mais ou menos longo, conforme haja ou não, competidores capazes de ultrapassar essas vantagens. O mesmo autor acentua outro factor essencial na compreensão da actividade económica, que é o facto de serem as empresas, e não a Nação ou o Estado, a criarem a vantagem competitiva. Esta vantagem surge da maior produtividade destas empresas quando comparadas com a mediana global das empresas do mesmo ramo pelo mundo fora²⁰.

18 Cf. Alvin Toffler, 1990, p. 79.

19 Cf. Thomas J. Welch, *Op. Cit.*, p. 111.

20 Cf. Michel E. Porter, *A Vantagem Competitiva das Nações*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1993, pp. 19-21.

Em termos económicos, isto significa que muito provavelmente haverá uma cada vez maior tendência para a especialização, quer das empresas, quer, por consequência, dos Estados e das Nações. As empresas tendem a especializar-se em determinadas áreas, e a abandonar o controlo de serviços demasiado distintas, de áreas demasiado dispersas, por exemplo, indústrias automobilísticas e de alimentação que são de facto coisas totalmente diferentes. Em certos casos poderão mesmo centrar-se num ou em alguns aspectos da fabricação, abandonando o controlo de todo o processo de fabrico²¹. Trata-se de uma necessidade imposta pela concentração da informação e pela necessidade de rápida resposta ao contexto e aos competidores internacionais. Uma empresa com demasiadas áreas receberá demasiadas informações irrelevantes e será lenta a agir, e por conseguinte menos competitiva, numa área em que a velocidade se está a tornar fundamental. Mas ela é igualmente global na medida que está ligada informaticamente ao mundo, para poder receber toda a informação de que necessita.

A descentralização dos organismos empresariais vem em consequência desta necessidade. Estruturas mais pequenas e hiper-informatizadas actuam mais rapidamente, pela maior coesão e integração que caracteriza os pequenos grupos²². Além disso, as pequenas empresas são hoje economicamente tão viáveis como as grandes graças à informatização e à robotização, facilitando a flexibilização da produção, a produção de pequenas quantidades e por medida, permitindo uma adaptabilidade às pequenas áreas e aos nichos de mercado (que podem perfeitamente corresponder a um mercado global, mas com consumidores caracteristicamente específicos).

As novas tecnologias permitem e permitirão ainda variar com maior rapidez e de forma mais fácil a produção das empresas²³. A informação permite ainda um contacto muito mais íntimo entre o produtor e o consumidor, porque ambos podem ligar-se através de redes neuronais, porque o produtor pode seguir o produto que vende muito para além da saída deste da fábrica, o que lhe permitirá, ou já permite conhecer melhor as necessidades do mercado e portanto organizar a produção de forma a

21 Cf. Alvin Toffler, 1990, p. 235.

22 Idem, pp. 206-212.

23 Cf. Harvey Brooks, "Technology, Evolution and Purpose", in Eston T. White, (Dir.), *Science and Technology*, Washington, National Defense University, 1987, pp. 13-14.

não desperdiçar recursos em “stocks”, tanto mais que devido às celeres mutações de gosto, os bens desactualizam-se mais rapidamente. Como resultado de tudo isto, a massificação e o gigantismo industrial tornaram-se menos importantes e continuarão provavelmente a perder importância. Harvey Brooks refere que a tradicional preponderância das economias de escala pode ter chegado ao fim, com o aparecimento de “tecnologias de pequena escala que facilitem a escolha e o controle pessoal”²⁴. Igualmente outros aspectos tradicionalmente ligados às economias de escala terão menos importância, nomeadamente a «standardização» e a homogeneização. Pelo contrário, as economias favorecerão a variedade de produção, a sua adaptabilidade a consumidores variados, à localização e à relativização cultural da produção, o que exigirá um elevado padrão de qualidade, um apuro na fabricação por medida, visto os mercados e os consumidores tenderem a ser mais propensos aos gostos próprios e mais exigentes na qualidade.

Cabe aqui fazer dois parêntesis, para reflectir sobre o modelo económico que se prospectiva. Por um lado, se bem que a tradicional economia de escala perca proeminência, o pensar em grandes dimensões não deve terminar. A indispensável globalização da informação como vector propiciador do desenvolvimento económico implica que qualquer empresa, independentemente do seu nível de mercado, tenha de o pensar mundialmente, quando considera as suas vantagens competitivas, consubstanciadas na produtividade e nas condições de demanda, ou seja, no tipo de consumidores para onde produz. É que sendo as condições competitivas globais, esta terá sempre de ter em conta as potenciais capacidades dos concorrentes e considerar as suas vantagens frente a eles, mesmo num nicho de mercado local. Assim, mesmo quando uma empresa produz para um nicho de mercado específico e localizado, ela tem de o pensar globalmente. A segunda característica relaciona-se com a formação das vantagens competitivas. Aqui, as assimetrias culturais e educativas favorecem o desenvolvimento de determinadas indústrias ou bases de determinadas indústrias (numa indústria multinacional, a compreensão da vantagem competitiva não é resultante das diversas empresas espalhadas pelo mundo, mas do sítio de onde esta é dirigida, ou seja, da base), mas estas idiossincrasias favorecem as empresas num sentido global, ou seja, determinado país ou região, é competitivo, porque é produtivamente

24 *Idem*, p. 21.

mais eficiente, quando comparado globalmente com indústrias similares no resto do mundo. Assim, a preeminência nacional reflecte-se na produção, e não num possível retorno a uma autarcia. Pelo contrário, a concentração de esforços naquelas indústrias onde um país é competitivamente superior aos outros implica necessariamente que ele abandone aquelas empresas não competitivas ou menos competitivas perante outras internacionais, através dos mecanismos de compensação económica. As economias de escala não irão desaparecer mas transfiguraram-se e possibilitarão uma mistura da pequena e da grande escala.

Pode-se assim dizer que enquanto as economias agrárias eram locais e regionais, e as economias indústrias eram nacionais e unicontinentais, as economias super-simbólicas são pluricontinentais e globais. São-no, na medida em que dependem da informação e conhecimento a níveis globais, mas é uma globalidade que aceita a diferença, que depende da variedade cultural, económica, social, e é precisamente dentro deste paradoxo que é necessário equacionar as Estratégias Nacionais.

Um factor novo no poder nacional é a ênfase na qualidade, mais do que na quantidade. Estados pequenos tornam-se maiores geradores de poder, porque o grande e o gigante já não são tão fundamentais, e assim, neste sentido, os Estados pequenos são mais viáveis e têm maior margem de manobra. O que é necessário é desenvolver os organismos científicos e tecnológicos, estimular a competitividade científica e o desejo de saber por parte da sociedade. Uma sociedade culta e pequena tem mais valor que uma grande, mas inculta. Evidentemente que é necessário relativizar / matizar estas diferenças. Uma sociedade de cem milhões onde só metade da população activa é avançadamente instruída, terá no entanto, sempre maior capacidade que uma que só tem dez milhões, mas altamente desenvolvida. De qualquer modo, as sociedades baseadas na informática e no conhecimento favorecem uma relativa perda de proeminência do gigantismo industrial.

Uma das vantagens possíveis das pequenas sociedades é tal como nas empresas, a sua provável mais fácil governabilidade, devido muitas vezes a serem mais coesas e homogéneas, conhecerem melhor as suas possibilidades e potencialidades assim como os seus limites (esta noção de sociedade é importante porque implica uma certa integração. Existem muitos Estados, alguns bem pequenos, mas que não se podem considerar uma sociedade, sendo sim um conjunto de sociedades dominadas por um único Estado). Esta lógica de integração global não contradiz a exigência

de diferenciação que caracteriza também as modernas economias. Funciona similarmente ao grande todo empresarial, mas descentralizado, em que cada parte da firma se organiza e opera de forma específica. E tal como sucede com as firmas modernas que devido às necessidades que têm de informação global procuram parceiros globais, igualmente essas pequenas sociedades serão forçadas a integrar-se e a procurar relações globais para satisfazerem todas as suas necessidades (porque como já foi aludido é impossível a um Estado satisfazer todas as suas necessidades). Um autor, Louis Seeling afirma que “nenhum país poderá aguentar ser excluído de se juntar a parceiros estratégicos globais, como nenhuma companhia pode evitar a mudança de padrões globais de procura e de demanda. De facto, os Estados-Nação que prosperarem no futuro serão aqueles que criarem uma série de parcerias estratégicas globais que reforcem os valores de paridade e de benefício mútuo”²⁵.

Uma das vantagens dos Estados menores é a diminuição da importância do factor energia e matérias primas. As novas tecnologias de reciclagem e novos materiais possibilitam não só a diminuição do consumo daquelas, como favorecem a utilização de materiais renováveis e do aproveitamento dos recursos locais, mais baratos e mais adaptáveis às situações locais.

Assim, o potencial estratégico material de um Estado dependerá menos das disponibilidades de recursos materiais, e ironicamente, mais da capacidade dessa sociedade potenciar o conhecimento acumulado de que dispõe para o transformar em bens materiais que lhe garantam o bem estar e a segurança.

Isto aponta para outra realidade: o que garante o bem estar e segurança de uma sociedade não é necessariamente igual àquilo que garante o de outra. Os exércitos e as Forças Armadas são muito semelhantes em termos de organização e estruturas pelo mundo fora; as tácticas aplicadas têm igualmente muitos pontos em comum; países pequenos e países grandes tendem a aplicar as mesmas tácticas e a mesma organização, mesmo que o diferencial de capacidades de ambos seja enorme. Ela reflecte a massificação e a homogeneização industrial. Uma noção que me parece recente, e que questiona de certo modo estes pressupostos é aquilo que Thomas Welch chama “resposta assimétrica” afirmando que “equiva-

25 Cf. Louis Seeling, *Resource Management in Peace and War*, Washington, National Defense University Press, 1990. pp. 34-37.

lendo arma por arma, o arsenal do adversário não será mais necessário”²⁶. Ou seja, dependendo da disponibilidade e dos recursos nacionais, dos objectivos estratégicos pode-se seleccionar tácticas, meios, tecnologias que garantam uma defesa «óptima», de acordo com a realidade e as circunstâncias específicas de um Estado. Estas novas tecnologias de armamento não têm necessariamente de ser iguais ou equivalentes à capacidade das armas do adversário, têm é que ser capazes de o dissuadir. Valentin Falin dá um exemplo: “a URSS podia explorar a engenharia genética para produzir germes para conter a Iniciativa de Defesa Estratégica americana”²⁷.

Esta transfiguração influencia igualmente a própria estratégia operacional e a táctica. Hoje em dia, a informação e a flexibilidade têm vindo a substituir a importância da quantidade e do poder de fogo como instrumentos da vitória. Num recente trabalho de divulgação, o Major General Sylvasi Jr. refere que os “campos de batalha do futuro verão a sua letalidade aumentada graças, menos ao poder de fogo, que às extraordinárias capacidades de se obter informações sobre o inimigo, analisando-as e difundindo-as em tempo real e aumentando a capacidade de atingir alvos altamente compensadores”²⁸. P. White e J. Pilat afirmam igualmente que devido à evolução tecnológica se desenvolveram “revolucionários avanços na letalidade e no tempo real do reconhecimento e de vigilância / observação. Isto premiará armas autónomas de grande alcance(...), assim como o reconhecimento e a vigilância contínua em qualquer tempo (metereológico)”²⁹. A melhor informação e precisão das armas permitirá ter menos sistemas, não necessariamente muito destrutivos (depende do alvo), mas que graças à tecnologia se tornam mais eficientes. Os exércitos também parecem tender a tornar-se mais pequenos. O devastador alcance e precisão dos novos sistemas de armas, a dificuldade em dissimular as forças no campo de batalha pejado de sistemas de detecção (satélites, aviões, radares, etc.) exige forças altamente flexíveis e rápidas em permanente movimento que sejam alvos difíceis (através do movimento), e que ataquem rápida e eficazmente. Tanto mais que o tradicional campo de

26 Cf. Thomas Welch, Op. Cit., pp. 115-116.

27 Idem, p. 120.

28 Cf. Stephen Sylvasi Jr., “A Batalha Ar-Terra do Futuro: Visão do Campo de Batalha Tático”, *Military Review* (ed. Brasileira), Fort Leavenworth, Kansas, 4 trimestre de 1990, p. 3.

29 Cf. Joseph Pilat e Paul White, “Technology and Strategy in a Changing World”, *Washington Quarterly*, Washington, Vol.13, 1990, p. 82.

batalha linear que caracterizou os principais conflitos do século XX parece estar igualmente a desaparecer³⁰. Todas estas transformações propiciam que a nova resposta assimétrica não se reflecte só na Estratégia estrutural e genética, mas igualmente, e em parte, por consequência das múltiplas mutações tecno-económicas, na própria estratégia operacional e na táctica. Com efeito, através da não linearidade do campo de batalha retorna-se à decisividade da manobra táctica e estratégica como factor de desequilíbrio do adversário, contrapondo ao que se tornara característico do século XX, onde predominava o assalto frontal e a usura. A manobra reflecte não a quantidade, mas a qualidade da acção, consubstanciada na capacidade de pôr o adversário “knock out”, através da construção de um desequilíbrio. Assim, enquanto a assimetria típica das batalhas das grandes guerras mundiais assentaram fundamentalmente no desequilíbrio económico e quantitativo, deixando uma reduzida capacidade de decisão aos níveis da Estratégia operacional e da táctica, a actual resposta assimétrica diferencia-se em todos os campos de utilização possível da estratégia. Por último não podíamos deixar de reflectir num outro aspecto que o desenvolvimento tecnológico e económico impõe às sociedades em termos da sua capacidade de garantir os meios para a sua segurança, que é o ritmo cada vez mais rápido de obsolescência do armamento. Isto implicará que o tempo de duração entre a procura e o fornecimento dos sistemas tenha de ser encurtado. No entanto, sistemas computadorizados permitirão testar armas sem necessidade de construir protótipos, enquanto outros não passarão de ideias informatizadas, virtualizadas, continuamente aperfeiçoadas, possibilidades potenciais nunca construídas, a não ser que seja necessário³¹.

Refira-se igualmente a possibilidade de desenvolver estratégias que garantindo uma capacidade dissuasora, que não sejam tão dependentes da sofisticação industrial e tecnológica não é de todo impossível.

De qualquer modo, os três grandes fenómenos que caracterizam as estruturas económicas e sociais do futuro, informação/conhecimento, rapidez e variedade/pluralidade, surgem igualmente como vectores que caracterizam a acção Estratégia das Forças Armadas.

30 Cf. Stephen Sylvasi Jr., *Op. Cit.*, *Passim*. Para uma visão mais alargada desta dimensão, veja-se também o livro de divulgação de Cf. Alvin Toffler, *War and Anti-War – Survival at the Dawn of the 21st Century*, Boston, Little Brown and Company, 1993, pp. 17-80.

31 Cf. Thomas Welch, *Op. Cit.*, pp. 112-113.

2) A IMPORTÂNCIA DO PODER ECONÓMICO NA ERA DA ECONOMIA SUPER-SIMBÓLICA

As transformações que se sucedem nas estruturas económicas mundiais não significam que o poder económico esteja perdendo importância para os Estados. O que sucede é que essas transformações estão a fazer surgir novas formas de poder económico nacional e de poder estratégico nacional. Toffler refere a capacidade de exportar cultura, hábitos culturais e formas de viver, como um instrumento precioso, não só de expansão cultural, mas também económica.³² O que poderá ter alguma importância e deve ser equacionado num país que se gaba de estar espalhado pelo mundo. O facto de os Estados estarem hoje, e cada vez mais no futuro, em interdependência, não significa igualmente menos importância do económico e da capacidade deste gerar poder estratégico. Pelo contrário, aqueles Estados que são “motores” económicos, que detêm preponderância em vastas áreas científico-tecnológicas e económicas assim como de conhecimento e informacionais tenderão a acentuar a sua proeminência, porque delas depende o bem estar geral.

Com efeito, as estruturas económicas reforçam ainda mais o seu carácter estratégico, na medida que quer através da problemática da interdependência (ou seja, da interconexão global das relações económicas), quer através da problemática do bem estar (satisfação social e económica das populações), e dos efeitos que as rupturas e crises, assim como o conjunto da política económica dos Estados, principalmente dos mais poderosos, podem ter no conjunto das Nações (aqui, a expressão reflecte o grau de influência, que pode ser regional, continental ou global), acentuam a dimensão estratégica da política económica de cada Estado. E quanto mais global e integrada for essa estrutura económica, mais os efeitos positivos ou negativos da acção de um dos membros se fará sentir nos outros, principalmente se for um membro poderoso.

Como toda a problemática do bem estar afecta igualmente a capacidade de garantir a segurança nacional, quer seja, pela estabilidade/inestabilidade política que pode provocar, quer pela existência/inexistência de recursos disponibilizáveis para a segurança e defesa nacional, num período onde as relações de interdependência se agudizam, acrescerá com

32 Cf. Alvin Toffler, 1990, p. 495.

certeza a importância do económico na construção de uma segurança nacional credível.

Mas esta preocupação interactiva com outra, ainda mais complexa, que é o facto de muitos dos mecanismos económicos serem de difícil controle por parte dos Estados, na medida em que pela sua fluidez e quasi invisibilidade (nomeadamente, os mecanismos financeiros, cada vez mais simbólicos) escapam à maioria dos mecanismos existentes de controle estatal. Tal situação acentua por outro lado a necessidade de interdependência das relações político-económicas, com vista a conseguir assegurar um conjunto de medidas que tornem perceptíveis esses movimentos, assim como, a de que estes não favoreçam elementos considerados hostis pelos Estados.

Esta evolução indicia a importância decisiva do poder económico, na medida que ele não só mantém a capacidade de um Estado dispor de recursos para as Forças Armadas e outros mecanismos tradicionais de defesa, mas acrescenta a este, a nova importância do bem estar social como mecanismo de segurança, e mais ainda o de assegurar a manutenção do *modus vivendi* de um país.

Por último, seria útil um aviso. O poder económico dá uma imagem, talvez a mais forte hoje em dia, do poder estratégico de um Estado. Evidentemente não é a única. Simplesmente a imagem que ele dá é uma construção do homem, hoje, mais do que em qualquer outra altura da história, e por isso a capacidade de gerar eficácia económica dependerá antes de mais dos níveis de conhecimento e de informação de uma sociedade, mas se esta não aproveitar essas vantagens, e esse conjunto não for transmutado em poder económico, o seu valor estratégico é nulo. Por seu turno, a economia e o potencial económico de um país podem-se organizar de variadíssimas formas (e igualmente de desenvolver variadas configurações para uma estratégia). A vantagem de uma cultura antiga é precisamente a das possibilidades que tem de transfigurar esta em poder económico. Por outro lado, quanto maior forem as possibilidades económicas, maiores são as possibilidades estratégicas.

3) O LUGAR DO QUANTITATIVO

Não será de todo errado dizer que a essência do poder na Era Industrial era a quantidade. Evidentemente que ao longo da História o número teve

sempre importância em determinadas ocasiões, mas nunca teve tanto preponderância e nunca foi tão decisivo como nos dois conflitos mundiais. Provavelmente, será difícil a qualquer estudioso encontrar uma guerra onde o desequilíbrio quantitativo tenha sido tão marcante, e onde tenha sido precisamente esse acentuado desequilíbrio o factor decisivo para a vitória.

Pelo contrário, temos vindo a acentuar que a transfiguração das estruturas económicas vem destacar o vector qualitativo em detrimento do quantitativo. No entanto cabe-nos questionar qual o lugar do quantitativo nas modernas estruturas económicas e estratégicas. É que se o quantitativo perdeu importância, não deixa de ser um factor a ter em conta nessas sociedades. Com efeito, mais do que considerar a superação do quantitativo em detrimento do qualitativo, sucede é a matização do primeiro pelo segundo.

Como referem M. Godinho e J. Caraça, "a quantidade de mudança, traduzida pelo ritmo elevado de ocorrência de inovações, constitui uma das características singulares da nossa época"³³. Como o texto considera, a própria vocação qualitativa das estruturas económicas contemporâneas tem por base igualmente um vector quantitativo, consubstanciado na importância que este tem para manter a fluidez tecno-científica das modernas sociedades, um elevado ritmo de inovação permanente. Esta percepção leva-nos de volta ao texto de Pierre Chaunu, sobre a importância do número de homens para assegurar a possibilidade do desenvolvimento material da civilização.

A matização surge do facto, de não bastar que eles sejam numerosos, mas também cultos, sofisticados, e assim, a premissa deve ser a de que uma sociedade que tenha um número elevado de indivíduos cultos é superior àquela que só tem um pequeno número de homens cultos. Determinadas sociedades, se bem que tendo um número menor de homens em relação a outras, paradoxalmente, dispõem de um número mais elevado de homens cientificamente cultos (segundo os padrões daquilo que os modernos podem considerar como ciência), consequentemente tendem a ser mais ricas e poderosas. Estas considerações remetem-nos para a noção de produtividade em economia.

Michel Porter considera que a produtividade "é o valor do que é produzido por uma unidade de trabalho ou de capital", e mais à frente afirma,

33 Cf. M. Godinho e J. Caraça, *Op. cit.*, p. 929.

que a “alta produtividade não só sustenta níveis elevados de renda(...)” e “também permite às empresas de um país atenderem aos rigorosos padrões sociais que melhoram o padrão de vida”³⁴. Assim, são as estruturas que produzem altos rendimentos em relação ao custo, ou se quisermos, super-valias, que concretizam altos níveis de produtividade. Como aponta Michel Richonnier, todas as inovações económicas, quer no processo de fabricação, quer no de organização da produção, multiplicaram por dez e por cem os níveis de produtividade³⁵. Os níveis de inovação dependem da capacidade inventiva das sociedades, que por seu turno é proporcional ao nível de educação superior e ao tipo de educação superior (com efeito, as diferenciações nacionais, dependem em muito, do tipo de disciplinas proeminentes na educação superior por ex., a supremacia em engenharia por parte dos japoneses e dos alemães surge do facto dessas disciplinas serem muito conceituadas nesses países).

Assim, o diferencial qualitativo depende igualmente de diferencial quantitativo, consubstanciado na quantidade de elementos da sociedade dotados de níveis superiores e de capacidade quantitativa de cada sociedade em assimilar os níveis de inovação.

Evidentemente, isto não quer dizer que sociedades com níveis semelhantes na quantidade de elementos de níveis superiores e na capacidade de assimilação da inovação, sejam necessariamente equivalentes em termos de poder económico, na medida que por um lado, a volubilidade do conhecimento, e a aplicabilidade de todas as novidades geraram sempre assimetrias, e por outro lado, não se pode perspectivar que países com economias pequenas, se bem que muito tecnológicas, possam criar condições para atingirem os níveis de grandes potências, porque se bem que o factor quantitativo tenha perdido importância, não desapareceu de todo das relações económicas e estratégicas; ou seja, o papel do quantitativo matizou-se, porque hoje, um país pequeno pode diminuir as assimetrias de força económica e política em relação a outro maior (mas nunca acabar com elas). É neste sentido, que há hoje uma maior autonomia dos pequenos, seja em relação à competição empresarial, seja no contexto do poder relativo dos Estados.

34 Cf. Michael Porter, Op. Cit., p. 6.

35 Cf. Michel Richonnier, *As Metarmorfoses da Europa (de 1769 a 2001)*, 2º Ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992, p. 70.

CONCLUSÃO

As economias modernas vivem hoje um processo de mutações que obrigam a repensar a relação entre a Economia e a Estratégia. A economia tecno-científica que caracteriza hoje as sociedades, dando preponderância ao conhecimento e à sua aplicação à ciência económica tornaram muito mais importantes o papel do sofisticado e do qualitativo na estratégia. Esta, habituada desde a 1ª Guerra Mundial a assentar a sua eficácia económico-material nos grandes batalhões pejados de grandes quantidades de material e poder explosivo homogêneo, foi obrigada a repensar a sua relação com a economia, mais na qualidade que na quantidade da força armada a usar. Informação, precisão, maleabilidade e rapidez tornaram-se expressões típicas da reestruturação das Forças Armadas pelo mundo fora.

O factor qualitativo, por seu turno possibilitou uma maior liberdade de acção aos Estados mais pequenos. A tendência para o gigantismo e a estandardização dilui-se um tanto, visto as novas tecnologias serem mais flexíveis, facilitando uma maior diferenciação, a emergência de múltiplos nichos de mercado distintos, simultaneamente, pequenos e globais (pequenos no tipo de consumo, mas globais por estarem dispersos pelo mundo). Estrategicamente, isto reforçou as dinâmicas tendentes à emergência de pequenos espaços, globalmente integrados e socialmente coesos dando um papel maior aos pequenos Estados e regiões industrialmente vigorosas. O grande não deixa de ser fundamentalmente importante, mas vê a sua hegemonia matizada pela acrescida importância do pequeno.

O sucesso do pequeno, contudo resulta da sua integração global, e da capacidade de transformar a sua coesão cultural e social em mais-valias económicas, que lhe assegurem simultaneamente o bem estar interno e um papel activo, na economia e na segurança internacional.



Documentos

Seleção de legislação relacionada com as condições de ingresso das mulheres nas Forças Armadas e modalidades da prestação do serviço militar feminino

A. GERAL

Lei do Serviço Militar – Lei n.º 30/87 de 7 de Julho

Artigo 1.º

4 – “Todos os cidadãos Portugueses, dos 18 aos 38 anos de idade estão sujeitos ao serviço militar e ao cumprimento das obrigações dele decorrentes.”

Artigo 42.º

1 – “Com observância do disposto no artigo 1.º da presente Lei, os cidadãos do sexo feminino são dispensados das obrigações militares;

2 – Os cidadãos referidos no número anterior, podem prestar serviço voluntário em regime normal ou em outras modalidades de recrutamento especial, em moldes a definir por diploma próprio e salvaguardados os princípios constitucionais aplicáveis à protecção da igualdade dos cidadãos e da função social da maternidade, e especificidade do desempenho das funções militares”.

Regulamento da Lei do Serviço Militar – Dec.-Lei n.º 463/88 de 15 de Dezembro

Artigo 70.º – Serviço voluntário feminino

1 – Os cidadãos do sexo feminino podem prestar serviço voluntário em regime de serviço efectivo normal ou em outra forma de serviço decorrente do recrutamento especial.

2 – O recrutamento e as formas de serviço são específicos de cada ramo, sendo definidos em diplomas próprios.

3 – Os regimes estatutários que enquadrem a prestação do serviço devem salvaguardar os princípios constitucionais aplicáveis à protecção da igualdade dos cidadãos e da função social da maternidade e a especificidade do desempenho das funções militares.

4 – Os cidadãos do sexo feminino que actualmente prestam serviço militar efectivo em qualquer das suas formas mantêm as situações adquiridas e as suas carreiras continuam a reger-se pelo regime estatutário aplicável.

Lei de alteração à Lei do Serviço Militar – Lei n.º 22/91 de 19 de Junho

Artigo 42.º

1 –

2 –

3 – O diploma previsto no número anterior fixará designadamente as classes, as armas e serviços e as especialidades em que possa ser prestado serviço militar feminino em regime de voluntariado.

Dec.-lei n.º 143/92 de 20 de Julho (dá nova redacção ao artigo 70.º do regulamento da Lei do Serviço Militar)

Lei n.º 36/95 de 18 de Agosto (nova redacção do artigo 42.º da Lei do Serviço Militar)

B. EXÉRCITO

Portaria n.º 1156/91 de 11 de Novembro

Considerando que a Lei do Serviço Militar e o respectivo regulamento contemplam, em subordinação ao preceito constitucional, a possibilidade de os cidadãos do sexo feminino prestarem serviço voluntário em serviço efectivo normal ou noutras formas de serviço militar decorrentes do recrutamento especial;

Considerando que o carácter inovador de tal medida e a consequente necessidade de adaptações organizativas e de infra-estruturas no âmbito geral do Exército impõem que a sua aplicação se processe gradualmente, em ordem a assegurar uma integração progressiva e adequada dos cidadãos acima referidos:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 42.º da Lei n.º 30/87, de 7 de Julho, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 22/91, de 19 de Junho, e no artigo 70.º do regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 463/88, de 15 de Dezembro, o seguinte:

- 1.º Em condições de igualdade com os cidadãos do sexo masculino, os cidadãos do sexo feminino podem voluntariamente candidatar-se à prestação de serviço efectivo, em qualquer das suas modalidades, nas seguintes armas e serviços do Exército: Armas de Engenharia e de Transmissões; Serviços de Saúde, Administração Militar, Material, Informática, Pessoal, Justiça e Disciplina, Cartográfico, Reconhecimento das Transmissões, Transportes, Educação física, Material de Instrução e Bandas do Exército.
- 2.º O recrutamento e selecção dos candidatos do sexo feminino que voluntariamente se proponham prestar serviço efectivo no Exército processa-se nas condições previstas no Regulamento da Lei do Serviço Militar e nas normas de admissão à Academia Militar e Escola de Sargentos do Exército, conforme os casos.
- 3.º O regime de prestações de serviço e o desenvolvimento das carreiras do pessoal militar feminino regulam-se pelas normas

estatutárias vigentes para o pessoal do Exército, com salvação dos princípios constitucionais aplicáveis à protecção da igualdade dos cidadãos e da função social da maternidade e a especificidade do desempenho das funções militares.

- 4.º De acordo com o interesse e necessidades específicas do Exército, serão fixadas, por despacho do Chefe de Estado-Maior do Exército as especialidades das Armas e Serviços referidos no n.º 1 em que o ingresso é estendido a cidadãos do sexo feminino.

Portaria n.º 238/96 de 4 de Julho

Considerando que a admissão ao Exército de militares com destino ao serviço militar feminino está condicionada ao universo das armas e serviços estabelecidos no n.º 1 da Portaria n.º 1156/91, de 11 de Novembro; tendo em consideração que nos últimos anos tem aumentado o interesse dos militares do sexo feminino em ingressar no Exército para prestar serviço nas várias modalidades, interesse esse que supera quer o número de Armas e Serviços quer o de especialidades de destino:

Assim, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 42.º da Lei n.º 30/87 de 7 de Julho, com a redacção dada pela Lei n.º 22/91 de 19 de Junho, e pela Lei n.º 36/95 de 18 de Agosto, e no artigo 70.º do regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 463/88 de 15 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 143/92 de 20 de Julho, manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

Artigo único. O n.º 1.º da Portaria n.º 1156/91, de 11 de Novembro, passa a ter a seguinte redacção:

- “1.º Em condições de igualdade com os cidadãos do sexo masculino, os cidadãos do sexo feminino podem voluntariamente candidatar-se à prestação de serviço efectivo, em qualquer das suas modalidades, na totalidade das armas e serviços do Exército.”

C. MARINHA

Portaria n.º 163/92 de 13 de Março

Considerando que a Lei do Serviço Militar e o respectivo regulamento contemplam, em subordinação ao preceito constitucional, a possibilidade de os cidadãos do sexo feminino prestarem serviço voluntário em serviço efectivo normal ou noutras formas de serviço militar decorrentes do recrutamento especial;

Considerando que a adaptação das infra-estruturas dos organismos em terra e das unidades navais impõe que o ingresso de cidadãos de sexo feminino na Marinha se processe gradualmente, em ordem a conseguir a sua integração progressiva e adequada:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do disposto no artigo 42.º da Lei n.º 30/87, de 7 de Julho e do artigo 70.º do Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 463/88 de 15 de Dezembro, o seguinte:

- 1.º Em condições de igualdade com os cidadãos do sexo masculino, os cidadãos do sexo feminino podem voluntariamente candidatar-se à prestação do serviço efectivo nas seguintes categorias, formas de serviço e classes:

Oficiais:

Quadro permanente: Médicos Navais (MN); Farmacêuticos Navais (FN)

Regime de contrato: Especialistas (ESP); Técnicos especialistas (TEC);

Sargentos:

1) Quadros permanentes: Electrotécnicos (ET), Maquinistas navais (MQ); Enfermeiros (HE); Técnicos de diagnóstico e terapêutica (HP);

2) Regime de contrato: Electrotécnicos (ET); Maquinistas navais (MQ);

Praças:

Regime de contrato: Abastecimento (L); Condutores mecânicos de automóveis (V); Electricistas (E); Condutores de máquinas (CM); Despenseiros (TDF); Músicos (B); Radaristas (R); Comunicações (C)

- 2.º O recrutamento e a selecção dos candidatos do sexo feminino que voluntariamente se proponham prestar serviço efectivo na Marinha realizar-se-ão em conformidade com os princípios gerais enformadores do modelo aplicável para o efeito aos candidatos do sexo masculino.
- 3.º O regime de prestação do serviço e o desenvolvimento das carreiras do pessoal militar feminino regulam-se pelas normas estatutárias aplicáveis ao pessoal militar masculino detentor da mesma categoria e classe, com salvaguarda dos princípios constitucionais aplicáveis à protecção da igualdade dos cidadãos e da função social da maternidade.

Portaria n.º 1232/93 de 30 de Novembro

Estando criadas as condições que viabilizam o ingresso na Marinha de cidadãos do sexo feminino nos quadros permanentes, na categoria de praças, torna-se necessário alterar as categorias, as formas de prestação de serviço e as classes em que podem ingressar cidadãos do sexo feminino na Marinha, fixadas pela Portaria n.º 163/92 de 13 de Março:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do disposto no artigo 42.º da Lei n.º 30/87 de 7 de Julho, e do artigo 70.º do Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 463/88, de 15 de Dezembro, o seguinte:

- 1.º Em condições de igualdade com os cidadãos do sexo masculino, os cidadãos do sexo feminino podem voluntariamente candidatar-se à prestação do serviço efectivo nas seguintes categorias, formas de prestação de serviço e classes:
 - a) Oficiais:
 - 1) Quadro permanente: Médicos Navais (MN); Farmacêuticos Navais (FN)
 - 2) Regime de contrato e regime de voluntariado: Técnicos superiores navais (TSN); Técnicos navais (TN);
 - b) Sargentos:
 - 1) Quadros permanentes: Electrotécnicos (ET), Maquinistas navais (MQ); Enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica (H);

- 2) Regime de contrato e regime de voluntariado: Electro-técnicos (ET); Maquinistas navais (MQ); Enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica (H); Técnicos navais (TN)
- c) Praças:
 - 1) Quadros permanentes: Condutores de máquinas (CM); Comunicações (C); Radaristas (R); Electricistas (E); Abastecimento (L); Condutores mecânicos de automóveis (V); Taifa (TF);
 - 2) Regime de contrato e regime de voluntariado: Condutores de máquinas (CM); Comunicações (C); Radaristas (R); Electricistas (E); Abastecimento (L); Condutores mecânicos de automóveis (V); Taifa (TF);
- 2.º O recrutamento e a selecção dos candidatos do sexo feminino que voluntariamente se proponham prestar serviço efectivo na Marinha realizar-se-ão em conformidade com os princípios gerais enformadores do modelo aplicável para o efeito aos candidatos do sexo masculino.
- 3.º O regime de prestação do serviço e o desenvolvimento das carreiras do pessoal militar feminino regulam-se pelas normas estatutárias aplicáveis ao pessoal militar masculino detentor da mesma categoria e classe, com salvaguarda dos princípios constitucionais aplicáveis à protecção da igualdade dos cidadãos e da função social da maternidade.
- 4.º É revogada a Portaria n.º 163/92, de 13 de Março.

D. FORÇA AÉREA

Portaria n.º 777/91 de 8 de Agosto

Considerando que a Lei do Serviço Militar e o respectivo regulamento contemplam, com subordinação ao preceito constitucional, a faculdade de os cidadãos do sexo feminino poderem voluntariamente prestar serviço militar em regime efectivo normal ou noutra forma de serviço decorrente do recrutamento especial;

Considerando estarem asseguradas na Força Aérea as condições que permitem iniciar desde já, ainda que de forma gradual, o recrutamento e a formação militar dos cidadãos do sexo feminino:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, para efeitos do disposto no artigo 42.º da Lei 30/87 de 7 de Julho, e 70.º do Regulamento da Lei do Serviço Militar aprovado pelo Decreto-Lei n.º 463/88, de 15 de Dezembro, o seguinte:

- 1.º Com excepção do serviço efectivo decorrente da convocação ou mobilização, os cidadãos do sexo feminino, em condições de igualdade com os cidadãos do sexo masculino, podem voluntariamente candidatar-se à prestação de serviço militar efectivo, com destino às seguintes categorias e especialidades:

a) Oficiais:

Pilotos (PIL); navegadores (NAV); técnicos de informática (TINF), de operações de meteorologia (TOMET), de operações de circulação aérea e radar de tráfego (TOCART), de operações de detecção e conduta de interceptção (TODCI), de manutenção de material aéreo (TMMA), de manutenção de material terrestre (TMMT), de manutenção de material electrotécnico (TMMEL), de manutenção de armamento e equipamento (TMAEQ), de abastecimento (TABST), e de pessoal e apoio administrativo (TPAA); e polícia aérea (PA);

b) Sargentos e praças

Operadores de comunicações (OPCOM), de meteorologia (OPMET), de circulação aérea e radarista de tráfego (OPCART), radarista de detecção (OPDET), de informática (OPINF) e de sistemas de assistência e socorro (OPSAS); mecânicos de material aéreo (MMA), de material terrestre (MMT), de electricidade (MELECT), de electrónica (MELECA), de electricidade e instrumentos de avião (MELIAV) e armamento e equipamento (MARME); abastecimentos (ABST); construção e manutenção de infra-estruturas (CMI); serviço de saúde (SS); polícia aérea (PA), secretariado e apoio de serviços (SAS); e músicos (MUS).

- 2.º As operações de recrutamento e selecção dos candidatos do sexo feminino que voluntariamente se proponham prestar serviço efectivo na Força Aérea, realizar-se-ão em conformidade com as disposições vigentes para os candidatos do sexo masculino.
- 3.º O regime de prestação de serviço e desenvolvimento das carreiras do pessoal militar feminino regulam-se pelas normas estatutárias aplicáveis ao pessoal militar masculino detentor da mesma categoria e especialidade, com salvaguarda do regime jurídico de protecção da função social da maternidade.

Situação das mulheres nas Forças Armadas dos países da NATO

No final desta década, as mulheres prestam serviço militar em 14 dos 16 países da NATO. Com excepção da Islândia, que não possui Forças Armadas, e da Itália, todos os outros países incluíram mulheres nas suas fileiras, ainda se em situações relativamente diferenciadas. Com efeito, enquanto alguns países permitem, por exemplo, a entrada de mulheres em unidades de combate e se efectivou o comando feminino de unidades especiais tais como submarinos ou esquadrões de combate aéreo, noutros casos as mulheres desempenham ainda um papel extremamente limitado em virtude de constrangimentos culturais ou mesmo constitucionais. Informação disponibilizada pelo *Committee on Women in the NATO Forces*, designadamente nos relatórios das suas conferências anuais, permite fornecer aqui uma descrição sumária de diferentes aspectos relativos à situação das mulheres em cada um dos países.

ALEMANHA

Neste país, a constituição proíbe às mulheres o serviço envolvendo o uso de armas. Deste modo, elas apenas desempenham funções como voluntárias no serviço médico e nas bandas militares.

Inicialmente – a partir de 1975, altura em que se tornou possível o alistamento feminino – apenas poderiam ser admitidas no serviço médico como oficiais, desde que fossem licenciadas como médicas, dentistas, veterinárias ou farmacêuticas. Em 1990 foram criadas as condições

estatutárias para o seu alistamento nas restantes posições e carreiras deste serviço.

Se se tiver em conta a forte redução de efectivos do Bundeswehr ocorrida após a reunificação – de 500 000 em 1989 para 340 000 em 1995 – não deixa de ser significativo o aumento verificado em termos do número de mulheres nas fileiras, o qual passou de 1312 em 1993 para 2565 em 1995. O contingente feminino representava assim, neste último ano, 0,8% do total da força militar alemã, constituindo 12% do Serviço Médico. Em 1997 cerca de 3800 mulheres representavam já 24% dos efectivos desse serviço.

A tendência para a crescente procura de uma carreira nas Forças Armadas por parte das jovens alemãs não parece no entanto ter como contraponto uma equilibrada representação feminina nos níveis superiores da hierarquia, verificando-se uma “desproporção massiva” na presença relativa de homens e mulheres nos postos acima de major.

BÉLGICA

Após um conjunto de alterações legais, as Forças Armadas Belgas iniciaram em 1975 o recrutamento feminino numa base de voluntariado, mas apenas possível para alguns postos e funções. Só em 1978, após a ratificação pelo Governo Belga do Tratado de Nova York relativo aos direitos políticos das mulheres, foi aprovada legislação abolindo a discriminação sexual no mercado de trabalho, a qual viria a ser regulamentada e aplicada às Forças Armadas em Fevereiro de 1981.

As mulheres têm pois os mesmos direitos, deveres e obrigações que o pessoal masculino relativamente a recrutamento, formação, promoção e remunerações. Os critérios de selecção são idênticos, mesmo no que se refere a testes de aptidão e capacidade física. Ao contrário do que acontecia antes de 1987, a partir desta data as mulheres oficiais e sargentos adquiriram o direito a servir como reservistas numa base voluntária, podendo vir a ser mobilizadas da mesma forma que os seus pares masculinos.

Em 1997 as mulheres eram já 3120, constituindo 7.2% do total de uma força militar de cerca de 47.000 elementos. Em Fevereiro desse ano nove mulheres iniciaram, pela primeira vez, a prestação de serviço a bordo de um draga-minas, constituindo 19% da tripulação do navio.

CANADÁ

Possuindo um sistema de serviço militar voluntário, as Forças Armadas Canadianas contavam, em 1997, com um contingente de cerca de 6700 mulheres, representando perto de 11% das forças regulares e cerca de 5800 nas reservas (18.6%), servindo em todos os postos até general de brigada e em todas as especialidades – incluindo qualquer esquadrão da Força Aérea, navios e unidades de infantaria, artilharia, cavalaria, engenharia, comunicações ou defesa antiaérea – apenas se exceptuando a colocação em submarinos.

A presença feminina nas fileiras remonta a 1885 tendo sido criado em 1899 o primeiro corpo de enfermeiras militares. Durante a II Guerra Mundial o número de mulheres recrutadas foi particularmente expressivo, o mesmo acontecendo por ocasião da Guerra da Crimeia.

As restrições existentes até meados da década de 80 – designadamente a colocação feminina em unidades de combate –, foram sendo progressivamente eliminadas, na sequência de decisões jurídicas no sentido da não discriminação entre homens e mulheres nas Forças Armadas, devendo todas as limitações remanescentes ser eliminadas até 1999. Embora exista já igualdade nas condições de alistamento nas várias especialidades militares, prevê-se a introdução de mulheres em unidades anteriormente masculinas de uma forma gradual.

Em 1990 o Ministro da Defesa Nacional nomeou um comité consultivo sobre as mulheres nas Forças Armadas, constituído por sete elementos a quem compete a monitorização e implementação da política de igualdade.

As militares Canadianas participaram em forças de manutenção da paz no Chipre, nos Golan, Sinai, Namíbia, Honduras, Paquistão, Sahara Ocidental, Camboja, Somália e ex-Jugoslávia. O mesmo aconteceu durante a Guerra do Golfo em diversos sectores do navio de reabastecimento *HMCS Protecteur*, bem como em unidades de terra nas áreas de polícia militar, administração, saúde, comunicações e manutenção aeronáutica nos esquadrões de combate.

Em 1997 a Força Aérea designou pela primeira vez uma mulher como comandante de esquadrão e uma outra como técnica de busca e salvamento.

DINAMARCA

Legislação produzida em 1962 permitiu a entrada de mulheres nas Forças Armadas, em regime de voluntariado, o que veio a acontecer a partir de 1971, altura em que teve início o alistamento de Sargentos e Praças. Em 1974 tornou-se possível a frequência das Academias Militares e a atribuição de comissões permanentes. Essa legislação determinava contudo que as mulheres não poderiam servir em unidades de combate ou em funções que por inerência envolvessem o risco de combate.

Apenas em 1978 foram intensificados os esforços no sentido de uma maior equidade de tratamento entre militares dos dois sexos, tendo sido estabelecidos diferentes programas destinados a avaliar as implicações físicas e psicológicas da participação feminina em unidades de combate. Na sequência desta avaliação foram sendo eliminadas as barreiras legais e tornada possível a integração de mulheres em todas as funções militares, incluindo o acesso à função de piloto de combate – a última restrição ainda existente em 1991.

As mulheres são pois sujeitas aos mesmos critérios de recrutamento, formação, avaliação e treino (incluindo requisitos físicos), integrando unidades mistas e respondendo perante a mesma cadeia de comando que os seus pares masculinos. Em 1990 as Forças Armadas Dinamarquesas constituíram um comité para o desenvolvimento da igualdade de direitos e oportunidades entre militares dos dois sexos cujas principais funções consistem em apontar eventuais disparidades e observar as estatísticas relativas à representação feminina.

A percentagem de mulheres nas fileiras atingia em 1993 os 5.4%, tendo-se assistido a uma redução desse valor para 4.9% em 1994. Valores mais significativos registavam-se já na Guarda Interna (aérea, terrestre e naval) onde a representação feminina atingia naquele último ano os 17%, muito embora se tenham vindo a verificar algumas dificuldades de recrutamento. Em 1997 cerca de 870 mulheres constituíam cerca de 5% do pessoal militar regular.

Tal como noutros países, também as militares dinamarquesas participaram, a partir de 1992, em forças das Nações Unidas na ex-Jugoslávia.

ESPAÑA

Em Fevereiro de 1988 foi pela primeira vez emitida legislação permitindo a admissão de mulheres nas Academias Militares. O plano para a sua integração gradual e voluntária nas Forças Armadas desenvolveu-se a partir desta data com base nos princípios de igualdade consagrados na constituição, à luz dos quais não foram definidos limites quantitativos para o pessoal feminino, podendo as mulheres ser admitidas a todos os postos e funções, incluindo as de combate. Verifica-se no entanto a existência de algumas reservas no que se refere às colocações, na medida em que as mulheres não podem candidatar-se a colocações táticas ou operacionais nas unidades da legião, e unidades de pára-quedistas ou operações especiais. Da mesma forma não podem integrar unidades de fuzileiros ou tripulação de submarinos.

Embora não tenham sido criados novos corpos especificamente femininos, muitas mulheres foram admitidas nos já existentes. A maior parte, contudo, integra o Corpo Comum que serve os três ramos das Forças Armadas.

Do ponto de vista dos critérios de selecção e recrutamento, são sujeitas aos mesmos testes culturais, psicotécnicos e físicos, recebendo uma formação idêntica à dos homens, também no aspecto físico, e podendo aceder a todos os níveis da hierarquia. Em 1997 cerca de 2400 mulheres constituíam 2.3% das Forças Armadas Espanholas.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

As mulheres puderam integrar as Forças Armadas Americanas logo no início deste século, após a criação dos corpos de enfermeiras do Exército e da Marinha. Contudo, tal como aconteceu noutros países, a sua participação tornou-se verdadeiramente expressiva no decorrer da I e II Guerras Mundiais, altura em que foram mobilizadas respectivamente 36000 e 350000 mulheres que prestaram serviço em diversas especialidades para além das áreas de saúde e enfermagem. A sua presença, sempre em serviços de apoio, voltou a ser significativa por ocasião da guerra da Coreia nos anos 50 e depois durante o conflito no Vietname no final dos anos 60. A partir do início da década de

70 o seu número e funções ampliaram-se rapidamente face às perspectivas de redução da força de trabalho masculina, do final da conscrição e da correlativa constituição de uma força exclusivamente voluntária, e ainda das pressões existentes na sociedade americana no sentido da igualdade de direitos e oportunidades entre ambos os sexos.

Presentemente, as mulheres são sujeitas aos mesmos critérios de selecção e treino – salvaguardados alguns ajustamentos ao nível das diferenças fisiológicas – aos mesmos padrões de disciplina e à mesma cadeia de comando. Podem também aceder a todas as categorias e postos da hierarquia, recebendo remuneração e benefícios idênticos aos dos seus pares masculinos.

Do ponto de vista das especialidade e funções a que podem aceder, a situação não se pautou ao longo do tempo pela mesma equidade. Com efeito, às mulheres foi sistematicamente vedado o acesso a um conjunto de áreas operacionais relacionadas com o combate, verificando-se que cerca de metade do contingente desempenha funções em áreas tradicionalmente femininas, tais como saúde e administração – tendência que se verifica, aliás, em todos os países aqui analisados.

O envolvimento americano na Guerra do Golfo veio, no entanto, precipitar uma alteração significativa das políticas de colocação das mulheres militares. Com efeito, o conflito ocasionou a maior mobilização feminina na História deste país: nele participaram mais de 40 000 militares americanas, representando cerca de 7% da força militar enviada para a zona do Golfo Pérsico. Embora a política de colocações definida procurasse limitar a exposição das mulheres ao combate directo no terreno – tal como consagrado na legislação – a operação *Desert Storm* mostrou de forma clara a dificuldade em distinguir funções de apoio e combate directo, o que veio a motivar a rejeição, pelo Congresso, das leis vigentes de exclusão feminina relativamente à tripulação de aviões de combate. A partir da implementação do 92-93 *Defense Authorization Act* em Abril de 1993, as restrições à participação feminina em combate foram assim sendo eliminadas em três fases sucessivas: a primeira relativa à aviação, a segunda aos navios de combate e a terceira às colocações em terra.

Embora no início de 1995 se verificasse ainda a impossibilidade de colocação feminina em unidades de infantaria, blindados, artilharia de campo e forças especiais no Exército e no regimento de infantaria dos Marines, esta nova política veio permitir a criação de cerca de 259 000

novos lugares nos diversos serviços, entre Abril de 1993 e os primeiros meses de 1995.

Globalmente, a percentagem de posições abertas às mulheres nos vários ramos, é a seguinte: 67.2% no Exército, 94% na Marinha, 99.7% na Força Aérea e 62% no corpo de Marines.

Em Março de 1995 as mulheres representavam 13.2% dos efectivos do exército (69 861), 11.8% da Marinha (52 350), 15.8% da Força Aérea (64 576) e 4.5% do corpo de Marines (7 811). A percentagem total situava-se, pois, em 12.5% referente a um quantitativo de 194 598. Em 1997, cerca de 200 000 mulheres constituíam 14% da força activa e 225 000 serviam nas reservas onde perfaziam uma percentagem de 15.5%. Neste último ano, 88.2% de entre cerca de um milhão de funções militares encontravam-se abertas às mulheres.

FRANÇA

Em França, a integração militar de mulheres verificou-se de forma progressiva, tendo tido início ainda nos anos 40 – altura em que se formaram os primeiros corpos auxiliares femininos. Em 1970 foi instituído um serviço nacional feminino, permitindo a jovens voluntárias o cumprimento do serviço militar em qualquer dos três ramos, mas só a partir de 1972 foi estatutariamente consagrada essa participação como plenamente militar. Desta forma, foram colocadas até 1976 cerca de 3000 militares, incluindo 120 oficiais.

Após 1982, altura em que foi nomeada uma comissão destinada a estudar diversos aspectos relacionados com o emprego de mulheres nas Forças Armadas, ampliou-se substancialmente o número de especialidades abertas às mulheres, já que uma das conclusões dos estudos levados a cabo apontava para a impossibilidade de estas atingirem os postos mais elevados da hierarquia caso lhes permanecessem vedadas as funções operacionais.

Em 1995 as mulheres acediam assim a todas as especialidades da Força Aérea, Exército e Marinha (excepto as relacionadas com o combate) e da Polícia (excepto as de manutenção da ordem pública), podendo atingir todos os graus da hierarquia.

Nesta mesma data o total de militares do sexo feminino perfazia 23000, representando 7.5% no Exército, 6% na Marinha, 10.7% na Força Aérea e

2.9% da Polícia. A sua presença era particularmente expressiva no serviço de saúde onde a taxa de feminização rondava os 40%. Em 1997 mantinha-se uma percentagem geral de 7.5%.

GRÉCIA

A partir de 1946 as mulheres puderam ser admitidas voluntariamente como enfermeiras nas Forças Armadas Gregas, integrando o corpo de oficiais enfermeiras. No mesmo ano foi constituída a Escola de Oficiais Enfermeiras, a qual continua hoje a formar as enfermeiras militares. O posto mais elevado a que podem ser promovidas é o de coronel.

Já em 1979, a necessidade de libertar um número significativo de jovens militares do sexo masculino para funções mais operacionais, bem como a diminuição do tempo de serviço militar obrigatório estiveram na base do recrutamento de voluntárias para diversas outras especialidades, mas com perspectivas de promoção limitadas ao posto de sargento. Apenas em condições especiais é aberta a possibilidade de acesso à categoria de oficial.

Por outro lado, as mulheres são integradas em especialidades consideradas “apropriadas” ao seu sexo (como operadoras de telecomunicações, dactilógrafas, assistentes de enfermagem, etc...), e excluídas, por imposição legal, de quaisquer tarefas e funções relacionadas com o combate.

De acordo com a lei grega, as mulheres com idade compreendida entre os 20 e os 32 anos podem no entanto ser obrigadas a prestar serviço nas Forças Armadas, por ocasião de guerra ou mobilização, ou ainda em tempo de paz excepcionalmente, sempre que o Ministro da Defesa sob recomendação do Conselho de Chefes de Estado-Maior o decida. Deste serviço compulsivo apenas se encontram isentas mulheres mães, órfãs ou amparos de família.

De acordo com responsáveis militares, o facto de o sistema de recrutamento feminino estar numa fase ainda experimental, encontrando-se em elaboração estudos para a sua completa implementação, veio justificar a suspensão do alistamento de pessoal feminino em 1994.

Dados relativos a 1993 apontam para cerca de 6000 o contingente feminino nas Forças Armadas Gregas, das quais 2800 no Exército, 1800 na Marinha e 1400 na Força Aérea, representando, no total, cerca de 3.75% da força militar do país. Essa percentagem mantinha-se idêntica em 1997.

HOLANDA

Embora a participação militar feminina nas Forças Armadas Holandesas remonte à II Guerra Mundial, só a partir de 1 de Janeiro de 1979 foi possível a sua integração plena nas várias armas e serviços, tendo sido eliminado em 1982 o último corpo militar exclusivamente feminino.

Presentemente as mulheres são recrutadas numa base de voluntariado, não estando pois sujeitas à conscrição como acontece com os seus pares masculinos. No entanto, em consequência do processo de transição para um sistema de serviço militar voluntário – a completar em 1998 – passam a ser idênticas as condições de acesso, formação e progressão profissional para militares de ambos os sexos.

Embora não exista em princípio qualquer restrição ao emprego feminino nos diversos postos e funções, verifica-se, por motivos de ordem prática, a sua exclusão do serviço de submarinos e do corpo de fuzileiros da Armada.

No âmbito da reestruturação em curso, uma grande importância tem sido atribuída à necessidade de intensificar o recrutamento feminino, considerado “vital” para a constituição de uma força exclusivamente voluntária. Assim, foi delineada uma política de recrutamento particularmente destinada às mulheres, envolvendo campanhas publicitárias e disponibilização de informação em escolas e agências locais de emprego. Constituindo uma percentagem de cerca de 5% de pessoal feminino no final de 1993, cerca de 4000 mulheres perfaziam, em 1997, 7.2% dos efectivos das Forças Armadas Holandesas.

Para além disto, têm vindo a ser implementadas medidas de apoio às famílias militares, designadamente ao nível de infra-estruturas e de licenças especiais para o cuidado das crianças – neste caso aplicáveis a homens e mulheres (exceptuando naturalmente a licença de parto) – bem como medidas particulares tendentes a facilitar o alistamento feminino.

ITÁLIA

Embora tenham vindo a registar-se algumas iniciativas legislativas no sentido da regulamentação do recrutamento militar feminino, na Itália não é ainda permitido o acesso de mulheres às Forças Armadas.

NORUEGA

Tal como se verifica noutros casos, apesar de a Noruega possuir um sistema de Serviço Militar Obrigatório, as mulheres apenas acedem às Forças Armadas numa base de voluntariado. Esse acesso foi-lhes concedido, de forma limitada, a partir de 1977 na sequência de uma resolução do Storting (o parlamento norueguês).

Embora as mulheres tenham prestado serviço durante a II Guerra Mundial e lhes tenha sido possibilitada a oportunidade de servir como reservistas a partir de 1959, só no final da década de 70 começaram a ser estatutariamente integradas de forma semelhante aos homens. A partir daí as limitações foram sendo progressivamente eliminadas. Presentemente elas podem exercer todas as funções militares, incluindo funções de combate, e aceder a todos os postos da hierarquia. Embora os parâmetros físicos sejam diferentes para homens e mulheres, todos os restantes requisitos para o acesso, formação e progressão na carreira são idênticos.

Dado que em 1995 as mulheres representavam apenas 3,1% da força total, a intensificação do recrutamento feminino é apresentada como uma das áreas a que se atribui prioridade ao nível das políticas aplicáveis às Forças Armadas, não obstante o processo em curso de acentuada redução da estrutura militar. O objectivo apresentado pelos responsáveis é o de atingir uma percentagem de 7.5% de pessoal feminino no ano 2005, encorajando o recrutamento e melhoria da qualidade de vida das mulheres militares.

A Marinha norueguesa tem agora a sua primeira mulher como comandante de submarino.

REINO UNIDO

No Reino Unido existe um sistema de serviço militar exclusivamente voluntário, tanto para homens como para mulheres. A presença feminina nas Forças Armadas remonta à Guerra da Crimeia, em que se destacou o trabalho de Florence Nightingale e do seu corpo de enfermeiras, na sequência do qual foi constituído em 1881 o 'Army Nursing Service'. A existência de corpos de enfermeiras militares foi particularmente notória por ocasião da I e II Guerras Mundiais, no decurso das quais se assistiu

também à formação dos primeiros corpos femininos no Exército, Marinha e Força Aérea.

Não obstante essa longa tradição de participação militar feminina, apenas em 1992 e 1993 foram dissolvidos, respectivamente no Exército e na Marinha, os últimos corpos femininos separados ainda existentes: o 'Women's Royal Naval Service' e o 'Women's Royal Army Corps'. Embora estejam globalmente integradas nos três ramos, bem como, de forma particularmente expressiva, nos serviços de enfermagem, às mulheres continua vedado ou restrito o acesso a um conjunto alargado de funções em diferentes áreas, designadamente infantaria e blindados (Royal Armoured Corps) no Exército, submarinos e fuzileiros (Royal Marine Commandos) na Marinha e ainda no Regimento da Royal Air Force. Algumas funções de combate em navios e aeronaves podem no entanto ser ocupadas por mulheres, as quais têm aliás vindo a prestar serviço em áreas de combate potencial, como o Ulster na Irlanda do Norte, e a integrar forças de apoio das Nações Unidas na Bósnia, Camboja, Itália, Koweit, África do Norte, Arábia Saudita, Turquia e Reino Unido.

Segundo dados fornecidos pelo *Committee on Women in the NATO Forces*, na Royal Navy o contingente feminino representava, em 1995, 8% dos efectivos (473 oficiais e 3437 não oficiais), verificando-se a presença de um número assinalável de mulheres a prestar serviço a bordo de navios (89 oficiais e 623 não oficiais). No Exército, o quantitativo global rondava na mesma data os 6500 (1105 oficiais e 5386 não oficiais), representando cerca de 6% da força total. Por seu turno, na Força Aérea prestavam serviço 1011 oficiais e 5110 não oficiais, representando uma percentagem de 9% dos efectivos da RAF. Nesta altura existiam 18 mulheres pilotos e 15 navegadoras já colocadas em esquadrões, e 32 pilotos e 20 navegadoras em formação. Em Fevereiro de 1994 havia sido designada a primeira mulher como piloto de combate.

Em 1997 estas tendências mantinham-se idênticas. Cerca de 2890 mulheres constituíam 7.8% da Royal Navy, incluindo 745 a prestar serviço a bordo de 50 navios. 73% de todas as posições encontravam-se abertas às mulheres neste ramo das Forças Armadas. No Exército 74332 mulheres, constituindo 6.7% da força militar podiam servir em 70% das funções existentes. A Força Aérea, contava, por seu turno, com cerca de 5000 mulheres, incluindo 20 pilotos e 26 navegadores, e representando 8.9% dos efectivos.

TURQUIA

As mulheres foram oficialmente aceites nas Academias Militares dos três ramos das Forças Armadas Turcas em 1955. Quatro anos depois tornou-se possível o acesso de licenciadas à Marinha e Força Aérea, na categoria de oficial.

No início dos anos 60 foi interrompido o recrutamento feminino, e só em 1983 voltou a contemplar-se a admissão de jovens licenciadas das universidades que foram integradas nos vários ramos como oficiais. Por seu turno, a admissão às Academias Militares apenas voltou a concretizar-se em 1992, existindo uma quota máxima de 4% do total de cadetes de cada Academia reservada à participação feminina.

O recrutamento é obrigatório para os homens e voluntário para as mulheres as quais apenas podem integrar a categoria de oficiais.

Em 1995 existiam perto de 500 mulheres oficiais nas Forças Armadas, podendo desempenhar todo o tipo de funções com excepção de infantaria e blindados. Prevê-se no entanto a eliminação desta restrição a breve prazo. Em 1997 o número de mulheres oficiais situava-se em 680.

Do ponto de vista dos critérios de selecção e padrões de formação e progressão na carreira, as mulheres são sujeitas às mesmas regras que os homens, salvaguardas as diferenças em termos de testes de aptidão física, e podem aceder a todos os postos da hierarquia.

No âmbito de estudos em curso no sentido da transição para Forças Armadas profissionais está também a ser considerada a possibilidade de admissão de mulheres na categoria de sargentos.

Bibliografia selecionada

AAVV, "Women warriors: explaining the new integration of women in the military", *Journal of Political and Military Sociology*, vol. 9, n.º 2, 1981

ADDIS, E., SEBESTA, L., RUSSO, V., (eds.), *Women-Soldiers, Images and Realities*, Basingstoke, Macmillan, 1994

ALMEIDA-TOPOR, Hélène de, *Les Amazones: une armée de femmes dans l'Afrique pré-coloniale*, Paris, ed. Rochevignes, 1984

ANDERSON, Karen, *Wartime women: Sex roles, family relations, and the status of women during World War II*, Westport, CT, Greenwood, 1981

ARKIN, W., DOBROFSKI, Lynne R., "Military Socialization and Masculinity", *Journal of Social Issues*, vol. 34, n.º 1, 1978

ARMED FORCES AND SOCIETY, "Woman as new manpower", vol. 4, n.º 4, 1978

BATTISTELLI, Fabrizio, (ed.), *Donne e Forze Armate*, Roma, Franco Angeli, 1997

BERKIN, Carol R., LOVETT, Clara M., (eds.), *Women, War and Revolution*, New York & London, Holmes & Meier Publishers, inc., 1980

BINKIN, Martin, BACH, Shirley, *Women and the Military*, Washington, The Brookings Institution, 1977

BINKIN, Martin, EITELBERG, Mark J., *Women and minorities in the all-volunteer force*, Washington, The Brookings Institution, 1983

BOULÉGUE, Jean, "Féminisation' and the French Military: an anthropological approach", *Armed Forces and Society*, Spring, 1991

BRAVO, Anna (ed.), *Donne e uomini nelle guerre mondiali Roma-Bari*, Editori Laterza, 1991

CAIRE, Raymond, *La femme militaire des origines à nos jours*, Paris, Limoges Lavauzelle, 1981

CAIRE, Raymond, "Femmes militaires", *Armées d'aujourd'hui*, n.º 91, Junho, 1984

CALLAN, H., ARDENER, S., *The incorporated wife*, London, Croom Helm, 1984

CAMPBELL, D'Ann, "Women in combat: The World War II experience in the United States, Great Britain, Germany and the Soviet Union", *The Journal of Military History*, 57: 301-323, 1993

CAMPBELL, D'Ann, "Service women of World War II", *Armed Forces and Society*, vol. 16, n.º 2, 1990

CARREIRAS, Helena, "Female Soldiers or Women in the Military? A Sociological Approach to "Gender Relations in the Armed Forces" AMÂNCIO, Lígia, NOGUEIRA, Conceição, Gender, Management and Science, Braga, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 1995a

CARREIRAS, Helena, "Mulheres nas Forças Armadas: Mudança Institucional e Recrutamento Feminino" *Sociologia – Problemas e Práticas* n.º 18, Lisboa, CIES, 1995b

CARREIRAS, Helena, *Mulheres nas Forças Armadas*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1997a

CARREIRAS, Helena, "Família, maternidade e profissão militar", *Estudos Feministas*, Vol. 5, n.º 1, Rio de Janeiro, 1997b

CARRILHO, Mª, "As Mulheres e a Defesa Nacional", Lisboa, Comissão da Condição Feminina, *Cadernos Condição Feminina*, n.º 30, 1990

CARRILHO, Mª, *Democracia e Defesa. Sociedade, Política e Forças Armadas em Portugal*, Lisboa, D. Quixote, 1994

CHAPKIS, Wendy, *Loaded questions: women in the Military*, Amsterdam, Washington, Transnational Institute, 1981

CHERPAK, Evelyn M., *The participation of women in the wars for independence in northern South America: 1810-1824*, Minerva, 6: 11-24, 1993

COMISSÃO DA CONDIÇÃO FEMININA, "As Mulheres, a Identidade Cultural e a Defesa Nacional", *Cadernos Condição Feminina*, n.º 29, 1989

COMPTON, Piers, *Colonel's lady and camp follower: the study of women in the crimean war*, New York, St. Martin's Press, 1970

COOKE, M., WOOLLACOTT, A., *Gendering war talk*, Princeton NJ, Princeton University Press, 1993

D'AMIGO, Francine, "Women at arms: the combat controversy", *Minerva: Quaterly report on women and the military*, vol. 8, n.º 2, 1990

DEPAUW, Linda G., "Women in combat: the revolutionary war experience", *Armed Forces and Society*, vol. 7, n.º 4, pp. 209-226, 1981

DEVILBISS, M. C., "Gender integration and unit deployment", *Armed Forces and Society*, vol. 11, n.º 4, 1985

DHAVERNAS, Marie Jo, "Les femmes, la Guerre et la Violence", *La Revue d'en Face*, n.º 11, 4.º Trim., 1981

DIENSTFREY, Stephen J., "Women veterans exposure to combat", *Armed Forces and Society*, vol. 14, n.º 4, Summer, 1988

DOBROFSKI, L. R., BATTERSON, C., "The military wife and feminism", *Signs: Journal of women in culture and society*, n.º 2, 1977

DUCRET-SCHAFFER, Odile, *Les Femmes dans les armées en France*, Paris, Centre de Sociologie de la Defense Nationale, 1980

DUNIVIN, Karen O., "Gender and perceptions of the job environment in the U.S. Air Force", *Armed Forces and Society*, Vol. 15, n.º 1, 1988

DUNIVIN, Karen O., "Adapting to a men's world: United States Air Force female officers", *Defense Analysis*, vol. 7, n.º 1, 1991

EISENHART, R. W., "You can't hack it little girl. A discussion of the covert psychological agenda of modern combat training", *Journal of Social Issues*, 31, (4), 1975

ELSHTAIN, Jean Bethke, TOBIAS, Sheila (eds.), *Women, militarism and war*, Savage, MD, Rowan and Littlefield, 1990

ELSHTAIN, Jean Bethke, *Women as mirror and other: towards a theory of women, war and feminism*, Amherst, University of Massachussets, Department of Political Science, 1981

- ELSHTAIN, Jean Bethke, *Women and War*, New York, Basic Books, 1987
- ENLOE, Cynthia, "Women: the reserve army of Army Labor", *The Review of Radical Political Economics*, 12, 42-52, 1980
- ENLOE, Cynthia, *Does Khaki becomes you? The militarisation of women's lives*, London, Pluto Press, 1983
- ENLOE, Cynthia, "Beyond Steve Canyon and Rambo: Feminist histories of militarized masculinity", in GILLIS, John R., *The Militarization of the Western World*, Washington, Rutgers, 1989
- ENLOE, Cyntia, "The politics of constructing the american woman soldier as a professionalized 'first class citizen': some lessons from the Gulf War", *Minerva-Quarterly report on women and the military*, vol. 10, n.º 1, 1992
- EWING, Elizabeth, *Women in uniform: through the ages*, Totowa, N.J., Roman and Littlefield, 1975
- FARINA, Fatima, "L'immagine della donna nella guerra del Golfo", *Sociologia e Ricerca Sociale*, n.º 39, 1992
- FELD, M. D., "Arms and the women: some general considerations", *Armed Forces and Society*, vol. 4, n.º 4, 1978
- FIRESTONE, Juanita M., "Occupational segregation: comparing the civilian and military work force", *Armed Forces and Society*, Vol. 18, n.º 3, 1992
- FRASER, Antonia, *Warrior Queens*, Ontario, Penguin Books, 1990
- FREEDMAN, Marcia, "Les femmes Israéliennes et la guerre", *Les Cahiers du Grif*, n.º 14/15, 1976
- FULLINWIDER, R.K. (ed.), *Conscripts and Volunteers: military requirements, social justice and the all-volunteer force*, New Jersey, Rowan & Allanheld, 1983
- GABRIEL, Nicole, "Les femmes dans le mouvement pacifiste en RFA", *Nouvelles Questions Féministes*, n.º 11/12, Hiver, 1985
- GOLDMAN, Nancy L., (ed.), *Female soldiers: combatents or noncombatants? Historical and contemporary perspectives*, Westport, Greenwood Press, 1982
- GORING, Nancy H., *Women in the United States Armed Forces: progress and barriers in the 80's*, Chicago, Inter University Seminar on Armed Forces and Society, 1984

HACKER, Barton C., "Women and Military Institutions in early modern Europe: a reconaissance", *Signs: Journal of women in culture and society*, vol. 6, n.º 4, 1981

HARRIES-JENKINS, Gwinn, *The role of women in the European Armed Forces*, Hull, England, University of Hull, 1980

HOLM, Jeanne, *Women in the Military: an unfinished revolution*, Novato, Calif., Presidio Press (edição revista), 1993

HOWES, Ruth H., STEVENSON, Michael R., *Women and the use of Military Force*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1993

HUNTER, E. J. (ed.), *Changing families in a changing military system*, San Diego, Naval Health Research Center, 1977

ISAKSSON, Eva, *Women and the Military System*, New York, St Martin's Press, 1988

KANTER, Rosabeth Moss, *Men and Women of the corporation*, New York, Basic Books (edição revista), 1993

LAFFIN, John, *Women in Battle*, New York, Abelard-Schuman ltd., 1968

MACDONALD, Sharon, et. al.(eds.), *Images of women in peace and war*, London, Macmillan, 1987

MAISELS, Amanda, GORMLEY, Patricia, *Women in the Military: where they stand*, Washington D.C., Women's Research and Education Institute, 1994

MARTIN, Michael L., "From Periphery to Centre: Women in the French Military", *Armed Forces and Society*, vol. 8, n.º 2, 1983

MEINTEL, Deidre, "Victimes ou protagonistes: les femmes et la guerre", *Anthropologie et Sociétés*, vol. 7, n.º 1, 1983

MILLER, Laura, MOSKOS, C., "Humanitarians or warriors? Race, gender and combat status in operation Restore Hope" *Armed Forces and Society*, 4, pp. 615-637, 1995

MOORE, Brenda L., "African-American women in the U.S. Military", *Armed Forces and Society*, Spring, 1991

MOSKOS, C., *The American Enlisted Man*, New York, Russel Sage Foundation, 1970

- MOSKOS, C., "Female G.I.'s in the field", *Society*, vol. 22, n.º 6, 1985a
- MOSKOS, C., WOOD, F. R., (ed.), *The Military: more than just a job?*, Washington, Pergamon-Brassey's, 1988
- NOW – Position Paper, The registration and Drafting of women in 1980, Washington, *National Organization for Women*, 1980
- PIERSON, Ruth Roach (ed.), *Women and peace: Theoretical, historical and practical perspectives*, London, Croom Helm, 1987
- PORTNAY, Dina, *Women: the recruiter's last report*, Philadelphia, Recon Publications, 1974
- QUESTER, George H., "Women in combat", *International Security*, n.º 1, 1977
- REIS, Ivone, "O Serviço Militar feminino", *Baluartes*, n.º 8, 1978
- REYNAUD, Emmanuel, *Les femmes et l'armée: l'exemple américain d'intégration des femmes dans l'armée*, Paris, Institut Français de Polémologie, 1984
- REYNAUD, Emmanuel, *Les femmes, la violence et l'armée*, Paris, Fondation pour les Études de Défense Nationale, 1988
- ROGAN, Helen, *Mixed Company: Women in the modern army*, Boston, Mass., Beacon Press, 1982
- ROWBOTHAM, Sheila, *Women, Resistance and Revolution*, London, Penguin Press, 1972
- RUDDICK, Sara, "Pacifying the forces: drafting women in the interests of peace", *Signs: Journal of women in culture and society*, vol. 8, n.º 3, 1983b
- RUDDICK, Sara, "Preservative love and Military destruction: reflections on mothering and peace", in TREBLICOT, Joyce (ed.), *Mothering: Essays in Feminist Theory*, Totowa, N.J. Littlefield Adams, 1988
- RUPP, Leila J., *Mobilizing women for war*, Princeton, N.J., Princeton University Press, 1978
- RUSTAD, Michael L., *Women in Khaki: the american enlisted women*, New York, Praeger, 1982
- SAMUEL, Pierre, *Amazones, Guerrières et Gaillardes*, Bruxelles, ed. Complexe/Presses Universitaires de Grenoble, 1975

- SAYWELL, S., *Women in war*, Ontário, Penguin Books, Canada, 1985
- SCHEUER, Susan L., "Equality of rights and the Canadian Armed Forces: is there a future role for female combatants?", *Defense Analysis*, vol. 5, n.º 1, 1989
- SEGAL, David et. al., "The concept of citizenship and attitudes towards women in combat", *Sex Roles*, vol. 3, n.º 5, 1977
- SEGAL, David R., SINAIKO, H. Wallace, *Life in the Rank and File*, Washington, Pergamon Brassey's, 1986
- SEGAL, Mady W., "Women in the Military: research and policy issues", *Youth and Society*, vol. 10, n.º 2, 1978
- SEGAL, Mady W., "The Military and the Family as greedy institutions" *Armed Forces and Society*, vol. 13, n.º 1, 1988
- SEGAL, Mady W., SEGAL, David R., "Social Change and the participation of women in the American Military", *Research in Social Movements, Conflicts and Change*, n.º 5, 1983
- SEGAL, Mady, "Women's Military roles cross-nationally – Past, Present and Future", *Gender and Society*, Vol. 9, N.º 6, 1995
- SEGAL, Mady, HARRIS, Jesse, *What we know about Army families*, Alexandria VA, U.S. Army Research Institute for the Behavioral and Social Sciences, 1993
- SEGAL, Mady, HANSEN, Amanda F., "Value rationales in Policy debates on women in the military: a content analysis of congressional testimony, 1941-1985", *Social Science Quarterly*, 73, 296-309, 1992
- SIMPSON, S., "Women in men's jobs", *Canadian Defense Quarterly*, 10, 2, 1980
- SIMPSON, S., et. al., "Women in the Canadian Armed Forces: past, present and future", *Atlantis*, 4, 1979
- STANLEY, Sandra, SEGAL, Mady W., "Military women in NATO: an update", *Armed Forces and Society*, vol. 14, n.º 4, 1979
- STIEHM, Judith Hicks, "The protected, the protector and the defender", *Women's Studies International Forum*, vol. 5, n.º 3/4, 1982
- STIEHM, Judith Hicks, "The generations of U.S. enlisted women", *Signs: Journal of women in culture and society*, vol. 11, n.º 1, 1982

STIEHM, Judith Hicks, *Arms and the enlisted women*, Philadelphia, Temple University Press, 1989

STIEHM, Judith Hicks, *Bring me men and women: mandated change at the U.S. Air Force Academy*, Berkley, Calif., University of California Press, 1981

THOMAS, Patricia, "Women in the Military: America and the British Commonwealth: historical similarities", *Armed Forces and Society*, 4, 1978

THOMPSON, Janna, "Women and war", *Women's Studies International Forum*, vol. 14, n.º 1/2, 1990

TREADWELL, Mattie E., *The women's Army corps*, Washington, Department of the Army (coll. United States in World War II – special studies), 1954

TREBLICOT, Joyce (ed.), *Mothering: Essays in Feminist Theory*, Totowa, N.J. Littlefield Adams, 1988

TRUBY, D.J., *Women at war – a deadly species*, Bouldner, C.O., (Canadá), Paladin Press, 1977

WILLIAMS, Noel St. John, *Judy O'Grady and the Colonel's lady – The Army wife and Camp Follower since 1660*, London, Brassey's, 1988

WOEVFEL, J.C., "Women in the United States Army", *Sex Roles*, 7, 1981

YOUTH AND SOCIETY, "Women in the Military", vol. 10, n.º 2, 1978



Recensões

BOMBING TO WIN, AIR POWER AND COERCION IN WAR

Robert A. Pape, New York, Cornell University Press, 1996, ISBN 08014-3134-4

A eficácia político-militar do poder aéreo tem sido objecto de debate, desde os primórdios do aparecimento do avião como arma. Robert A. Pape através da análise extensiva de cinco *case studies*, e brevemente de mais outros vinte cinco, procura avaliar a eficácia das estratégias aéreas como instrumento de coerção político-estratégico. A obra compõe-se de dois capítulos teóricos, onde se analisa o conceito de coerção político-estratégico, as estratégias militares de coerção, e as estratégias aéreas de coerção militar. Em seguida surgem cinco capítulos que estudam extensivamente cinco “casos” de estratégias aéreas de coerção, sobre o Japão em 1944-45, sobre a Coreia de 1950 a 1953, no Vietname, com a operação *Rolling Thunder* durante a administração Johnson, e as operações *Linebacker I* e *Linebacker II* durante a presidência de Nixon, durante a Guerra do Golfo em 1991, e sobre a Alemanha de 1942 a 1945.

O autor distingue vitória “absoluta” de coerção e de dissuasão. À primeira corresponde o total aniquilamento do adversário, portanto sem conseguir objectivamente mudar o comportamento político e estratégico deste pelo uso da força, que é a definição de coerção militar, enquanto pelo terceiro conceito se entende a negação da possibilidade do inimigo pretender usar a sua força militar para atingir objectivos políticos. A coerção distingue-se da dissuasão também por pretender mudar o comportamento do adversário enquanto a última apenas pretende inibi-lo. Para o autor há três grandes tipos de estratégias de coerção: 1) Estratégias de punição (*punishment strategies*), que visam escalar os custos sociais da resistência adversário, tendo todas em comum o facto de infligirem danos à população civil, directa, tornando esta alvo de acções militares, ou indirectamente, causando danos às infraestruturas económicas, e ao bem estar económico dessa sociedade; 2) Estratégias de risco (*risk strategies*), que pela probabilidade de aumentarem os custos que o adversário terá de pagar pela continuação do conflito, o visam inibir de manter o empenhamento neste e o obrigam a mudar de comportamento, tratando-se na óptica do autor, de uma variante menos destrutiva das estratégias de punição; 3) Estratégias de negação (*denial strategies*), que buscam reduzir a probabilidade de o inimigo atingir os seus objectivos político-militares, através

da redução dos recursos militares do adversário, e tendo por isso como alvo central a capacidade militar do inimigo.

Para desenvolver estas estratégias de coerção, o autor considera a existência de quatro grandes estratégias de coerção aérea: 1) Estratégia de Punição, primeiramente teorizada por Douhet, que visa pelo bombardeamento intensivo de cidades ou núcleos económicos vitais, gerar a rebelião popular ou a desintegração social; 2) Estratégia de risco, onde através de danos gradualmente acrescidos na população civil se procura levar o adversário a abandonar as suas pretensões para obstar a maiores custos no futuro; 3) Estratégias de negação que procuram através de destruição /paralisação das capacidades militares do inimigo, ou da sua capacidade de suporte económico e logístico, possibilitar a ruptura da frente, e a paralisa ou colapso da sua aptidão para continuar a alimentar com os meios necessários as suas forças combativas (paralisa operacional); 4) Estratégias de decapitação, que tendo por alvo a liderança do inimigo, os centros de comando e aos seus sistemas vitais de comunicação, visa gerar a mudança nas estruturas superiores e a paralisa estratégica. As estratégias de negação podem contudo dividir-se em três grandes subestratégias: a) Suporte tático, desenvolvida pela Alemanha antes da Segunda Guerra Mundial, e que através de operações de armas combinadas procura a ruptura da frente, inviabilizando simultaneamente contra-ofensivas por parte do inimigo; b) Interdição estratégica, procurando na destruição dos recursos económico-estratégicos do inimigo, desgastar /aniquilar a sua capacidade de combate; c) Interdição operacional, que tendo como alvos as funções de suporte e comando operacionais do inimigo (bases C4I, redes e comunicações logísticas, vias de reforços), visa desorganizar/paralisar a capacidade combativa do inimigo.

Através da análise dos diversos *case studies*, Robert A. Pape pretendeu verificar a validade das diversas estratégias aéreas de coerção, quais aquelas com mais sucesso e quais aquelas que podem ser invalidadas pela experiência adquirida na história. Em todos os cinco casos principais, o sucesso da estratégia operacional aérea foi total. O fracasso desta resulta menos da sua eficácia militar do que da relação entre a estratégia desenvolvida e os interesses e a estratégia do adversário.

O autor considera que o poder aéreo por si só dificilmente tem ganho qualquer conflito, e que portanto, o triunfo militar é produto da combinação de várias estratégias gerais, terrestres, aéreas, navais e nucleares, e que este sucesso é produto, regra geral, da eficácia de uma determinada

estratégia em pôr em causa a capacidade da estratégia militar inimiga para atingir os seus objectivos, ou seja, em última análise, o sucesso de uma estratégia de coerção é correlacional à maior ou menor vulnerabilidade militar do inimigo. Neste sentido, a estratégia aérea, por excelência, é a de negação, visto ser aquela que visa destruir, desgastar, desorganizar ou paralisar a capacidade operacional adversária, quer através de acções no campo de batalha sobre as forças do inimigo, quer sobre as suas redes de comando, comunicações e logística, quer sobre as infraestruturas industriais e comunicacionais que sustentam a sua capacidade tecno-militar. O estudo efectuado sobre as diversas operações de coerção estratégica aérea revelam que o sucesso esteve quase sempre ligado a fragilização da capacidade estratégica e operacional das Forças Armadas inimigas em atingirem os seus objectivos. Mas esta vulnerabilização da capacidade de resposta militar do adversário terá de ser suficientemente elevada para este ser obrigado a mudar de comportamento. Assim, enquanto no caso de uma vulnerabilidade mediana, apenas se verificou uma mudança de comportamento por parte do adversário em 9% dos casos em estudo, esta subiu para 82% face a vulnerabilidades militares altas e muito altas.

Pelo contrário, segundo o autor, as estratégias de punição e de risco (que é uma muito matizada e pouco intensa estratégia de punição), regra geral, fracassaram, por muito brutal que tenha sido a sua aplicação. Mesmo as estratégias de punição nucleares têm tido um sucesso limitado. Em última análise o bombardeamento estratégico punitivo têm-se revelado ao longo da história como um fracasso. Esta situação resulta de este tipo de estratégia raramente pôr em causa a capacidade militar de um país para atingir os seus objectivos estratégicos, não levando, por muito pesados que sejam os custos para a população civil, à necessidade de a liderança político-militar mudar o seu comportamento e objectivos. Como se torna quase lógico na própria evolução do pensamento do autor, uma estratégia de risco, pela sua menor intensidade e brutalidade, tendo como alvos a população civil e indústrias e ela ligada, torna-se ainda menos provável de obter sucesso, visto os danos causados serem ainda mais débeis.

O insucesso das estratégias de punição e risco por oposição ao sucesso das estratégias de negação pode ser paradigmaticamente expresso pelo fracasso (que foi um sucesso operacional, mas não estratégico) da operação *Rolling Thunder*, que buscava por ataques limitados à capacidade industrial do Vietname do Norte levá-lo a negociar uma paz favorável aos EUA, comparativamente às operações *Linebacker I e II*, que utilizando o

poder aéreo para uma interdição estratégica e operacional face à estratégia convencional do inimigo o forçou a ceder às negociações e à paz de Paris.

Poderá contudo o bombardeamento estratégico ser sempre uma opção para coagir um adversário através de uma estratégia de interdição estratégica, produzindo significativos danos na capacidade tecno-económica de um adversário para sustentar a capacidade combativa das suas Forças Armadas. A resposta do autor é aqui também negativa, pelo menos se se quiser ganhar rapidamente o conflito. A complexidade e gigantismo das sociedades industriais obrigam, para se ter algum sucesso na destruição/ /desorganização da capacidade tecno-industrial do adversário a prolongadas campanhas aéreas, em guerras longas de atricção.

Quanto às estratégias de decapitação, estas são imensamente dificultadas pela mobilidade e tamanho diminuto dos alvos. A reduzida liderança de qualquer autocracia, a sua contínua mobilidade, já existente, muito provavelmente, antes do conflito (movida pela própria instabilidade que caracteriza o poder político autocrático), e o secretismo que envolve esta, dificultando igualmente a busca do alvo, tornam extremamente dependente do acaso a aplicabilidade desta estratégia (relevando o autor o fiasco deste tipo de estratégia durante a Guerra do Golfo, quer quando se pretendeu atingir Saddam Hussein, quer aproveitando o relativo insucesso da campanha contra os *Scuds*).

Para o autor, no futuro, o poder aéreo dever ser dirigido fundamentalmente contra objectivos de teatro, no contexto de estratégias operacionais. Como demonstra o autor, no caso da Guerra do Golfo, o Iraque cedeu, não quando viu as suas cidades bombardeadas, mas quando se apercebeu da fragilidade da sua força terrestre de combate, principalmente da sua força de carros de combate, que podia ser destruída pelo poder aéreo dos EUA. Estratégia aérea que terá de estar necessariamente correlacionada e concatenada com as estratégias dos outros ramos das Forças Armadas. O caso da Alemanha entre 1944 e 1945 revela contudo que nem as melhores estratégias de punição e negação podem em última análise convencer um adversário a ceder, se os seus objectivos estratégicos não forem postos em causa. Em 1945, apesar de uma estratégia de punição de altíssima intensidade, e de uma imensamente bem sucedida estratégia de negação, também de altíssima intensidade, a Alemanha não cedeu, porque a necessidade de salvar o maior número de alemães de Leste face ao avanço soviético, foi mais importante, que a rendição, apesar de todos

acharem que esta era inevitável. Continuar a resistência a Leste, para permitir a fuga do maior número possível de alemães da Europa Oriental, e conservar a resistência no Ocidente, para assegurar que eles ficavam a Oeste da linha de demarcação entre a URSS e os aliados ocidentais, levou a que o exército alemão continuasse a lutar até ao fim.

Pela profundo trabalho de investigação, e pela capacidade de relacionar os conceitos com a realidade, não conformando esta àqueles, mas usando-os para melhor poder interpretar toda a complexidade e eficácia das acções militares, mais propriamente, aquelas levadas a cabo pelo poder aéreo, trata-se de uma obra de leitura imprescindível para uma mais abrangente e alargada visão das reais capacidades das Forças Aéreas nas guerras modernas. A leitura desta obra permite penetrar de forma estimulante e profunda em toda a dimensão estratégico-política do poder aéreo, e sua relação com o sucesso ou fracasso político-militar das nações em conflito. Salientam-se duas conclusões que nos parecem relevantes. A de que a eficácia do poder aéreo é tanto maior quando este for combinado com o poder terrestre e marítimo, e que o sucesso da arma aérea atinge o seu cume quando aplicada contra o potencial militar do adversário (no fim de contas, a premissa clausewitziana tão válida hoje com sempre, de que o principal alvo de um exército é o exército inimigo).

António Paulo David da Silva Duarte

EUROPA Y LA IDEA DE NACIÓN (Y OTROS ENSAYOS SOBRE PROBLEMAS DEL HOMBRE CONTEMPORÁNEO)

José Ortega y Gasset, Madrid, Revista de Occidente en Alianza, 1985,
ISBN 84-206-4126-X

A presente recensão crítica incidirá no núcleo da obra em referência e não em todos os seus ensaios, que de resto seguem esse núcleo de perto, o mesmo é dizer, a conferência proferida na Universidade Livre de Berlim, em 7 de Setembro de 1949, intitulada *De Europa Meditatio Quaedam*. A pertinência desta célebre conferência, que Ortega viria a rever para publicação em versão alemã, mas que acabou por permanecer inédita até publicação póstuma em 1960, é hoje bastante significativa quando nos interrogamos, entre outras coisas, sobre que modelo político desejamos para a Europa, o que são e o que poderão vir a ser os estados-nações, que papel atribuir aos nacionalismos periféricos redivivos?

Esta meditação sobre a Europa, é uma das obras mais bem estruturadas de Ortega, apesar do mesmo não evitar os deliciosos escursos retóricos laterais tão do seu estilo, e ser uma obra inacabada, faltando-lhe, por assim dizer, a “última demão”, como era característico no pensador espanhol. Todavia, nada disto impede a riqueza hermenêutica da obra e o seu incitamento a pensarmos contra todas as ideias feitas. Aliás, o inacabamento da obra e os seus escursos retóricos, laterais segundo o “bom método”, mas nada despropositados, só tornam mais rica essa mesma incitação hermenêutica.

Ortega é desde logo bem claro com a mensagem que pretende transmitir: levar à prática a unidade estatal da Europa, o único meio de salvação para insuflar vida e renovação de grandeza a uma Europa moribunda. “[...] las naciones europeas han llegado a un instante, en que sólo pueden salvarse si logran superarse a sí mismas como naciones [...] a nacionalidad como forma más perfecta de vida colectiva es un anacronismo” (p.55). E diz seguidamente que forma deveria tomar essa unidade europeia, que clama já desde os idos anos 20: “una unidad política supra o ultranacional (que es lo contrario de toda la internacionalidad)”. Ao tempo provocatória, a fórmula ainda hoje o é, mas Ortega defende-a engenhosamente, esgrimindo o argumento histórico de que a sociedade europeia preexiste ao nascimento das nações europeias (uma ideia criticável, como veremos) e tendo como pano de fundo uma já bem mais notável argumentação: a de

que a razão histórica tudo perfura incluindo os projectos nacionais, que bem podem ser adjectivados de serôdios a partir de certa altura se a vocação de empresa, que para Ortega configura a razão de ser de uma nação, requerer outra completude. Note-se que nunca Ortega, como bom espanhol de Castela, pretendeu ou deu a entender, nesta ou noutras obras, que pretendia sem mais sufocar as alteridades nacionais ou quaisquer outras. As suas recorrentes batalhas contra a onnipresença da figura do Estado, ou ainda nesta obra, a ideia que a nação é uma intimidade no sentido homólogo ao de pessoalidade (p.105), são sinais claros disso mesmo; e esta última afirmação de pessoalidade das nações só não é contraditória com o conjunto se entendida neste sentido de alteridade que defini. A própria ideia de que o *Balance of Power* configurou de alguma maneira um Estado para a Europa (p.93), ainda que se fortemente discutível, é bem representativa dos modos brandos e ortopédicos (sic) com que várias vezes entende o que deve definir o Estado.

A Europa é anterior como sociedade à existência das nações europeias e estas formaram-se como núcleos mais densos de socialização, dentro da sociedade europeia. Este espaço societário foi criado pelo Império Romano, e mais que uma utopia tem já o seu passado, enquanto vigência objectiva de um sistema de usos que se foi cristalizando (pp.44-45). Não podemos aqui esquecer que para Ortega a sociedade é a convivência de homens debaixo de um determinado sistema de usos segundo uma impositiva vigência mecânica sobre as partes contrastantes dessa mesma sociedade.

Ora, Ortega incorre em petição de princípio quanto à preexistência da sociedade europeia, uma vez que pressupõe as nações europeias como partes de um todo anterior, quando geneticamente o que parece importar é a existência de usos para deles nascerem outros, pouco importa se do todo para as partes ou vice-versa. A instituição social é mais dialógica e menos cristalizada no centro de imposição do que Ortega julga. Não fazendo sentido pressupor uma realidade incondicional que não complice nenhuma outra, apenas porque as nações não são mónadas subsistentes. Antes poderemos afirmar que junto aos estados-nações poderá existir uma socialidade europeia embrionária que os complica em que apenas o futuro dirá como acabará, mas que não precisa de ser princípio fundacional das nações. Penso que esta contingencialidade faz mais justiça ao argumento de fundo de Ortega, de que nada é imarcescível, e de que as nações tal como ele as define são um conjunto de empresa e

tradição que nascem e morrem ou exigem outro escalão de completude. Ortega contrasta a ideia de nação com a *polis* grega (pp.59 e ss). Esta última está virada para o presente, para organizar lúcida e teleologicamente uma comunidade à vista, daí a sua imediatez como processo acabado que faz dos gregos apenas cidadãos. Pelo contrário, a nação nasce como futurização profunda, processo de incorporação multitudinária a partir de um eixo inicial, daí a sua origem vegetativa que se vai engendrando por lenta proliferação que se sedimenta em tradições, embora o seu fulcro seja essa vontade de aventura futurizante cheia de sentido mas incompleta e aberta às dinâmicas diferenciais que o processo de incorporação tem de ter em conta. Daí ter dito acima fazer esta constelação aberta mais justiça ao empenhamento num estado supranacional que a menos válida pressuposição de uma sociedade europeia plenamente constituída e fundamento dos estados nacionais; quando historicamente a Europa parece ter apenas sido Europa aquando do processo de descompartimentação do mundo que iniciou, descobrindo-se frente ao outro como um *alter-tu*. Por outro lado, esta mesma constelação aberta tomada em toda a sua riqueza parece ser a única a poder modelar a afirmação orteguiana, de outro modo algo infeliz, de que a nação só chega a ser Estado em fase de plena maturação (p.62). Sabe-se hoje que na Europa aconteceu precisamente o contrário, porém aquilo que os Estados tiveram que fazer foi criar bases nacionais congregando potenciais sinergias. A vegetabilidade existiu mas relativa a uma determinada teleologia, obrigando a uma reinstalação contínua desta última nos seus propósitos, ao mesmo tempo que estes por sua vez estabeleciam metas que faziam com que determinado processo incorporativo que criasse as suas sedimentações fosse o daquela entidade e não o de outra. As sinergias e as sedimentações tanto brotam naturalmente como são fruto de um engendrar primeiro evidentemente restrito na sua teleologia, como, por exemplo, tem mostrado para a formação de Portugal José Mattoso.

Mais uma vez, a conceptualização do estado-nação nestes moldes corrigidos parece servir melhor à ideia de Ortega da intrínseca incompletude, ou não fosse ela futurizante, da vontade aventureira de empreendimento que preside ao núcleo dos estados-nação. E nestes moldes abertos, Ortega nunca os irá obturar ou preencher com programas técnicos que dirão respeito aos peritos, pode muito bem fazer todo o sentido o caminho hoje empreendido na Europa na busca de um estado supranacional federativo ou confederativo. A sua muito sibilina crítica ao nacionalismo vai também

nesse sentido. O nacionalismo é uma forma de politização anormal e artificiosa como não o era o *politismo* cívico (sic) para o grego; é que a nação vai seguindo por si sem a necessidade estrita da nossa particular colaboração (p.63). O que se pode inferir desta passagem fazendo justiça ao contexto da obra é que a excessiva politização obtura a capacidade vegetativa da nação por cristalização em determinados aspectos teleológicos do Estado *strictu sensu*, impedindo o livre desabrochar das bases nacionais que muito provavelmente corrigirão para melhor, em abertura de horizonte, esses objectivos teleológicos *qua* teleológicos do Estado. O que está em causa nesta passagem é a integralidade das dimensões do homem que são afectadas pela sobre-exposição ao político: a nação é uma aventura criativa demais para a reduzir ao politismo. Não será esta também uma ilação a tirar para os nacionalismos redivivos hoje efervescentes em muitas áreas europeias? Ortega achava que mesmo os gregos encontravam esta integralidade numa Mãe Grécia pela qual se furtavam à estreitez da *polis*, numa comunidade que culminava na *paideia* (p.66). Aqui reside o principal problema da conceptualização de Ortega, que sem lhe retirar qualquer mérito, remete para os prejuízos (no sentido hermenêutico) que lhe subjazem e nos fazem questionar até que ponto é virtualizável no seu todo como futurizante a mensagem que nos quer transmitir e pela qual nos quer persuadir. Até que ponto não recupera Ortega essa ideal república intelectual expressa pela primeira vez na Grécia Antiga e verdadeiramente musculada enquanto *telos* intelectualizante na modernidade europeia e não é ela que quer fazer passar como porvir? Será a mesma aplicável a uma ideia de unidade europeia hoje em dia? Para isso há que lançar um breve olhar sobre as condicionantes histórico-conceptuais de produção desta sua *Meditação de Europa*.

Esta obra tem como condicionantes históricas próximas o pós-guerra e mais imediatamente o auditório alemão para o qual é pronunciada a conferência que está na sua base. Num mundo destróçado, no qual os velhos estados europeus se aniquilaram mutuamente e onde a cultura alemã, que representou para Ortega o zénite da cultura europeia avançada, estiola definitivamente enquanto projecto condutor dos destinos da Europa; nesse mundo, somente a unificação política europeia, escorada para Ortega nessa socialidade europeia ancestral, poderia ser a salvação. A ideia não é nova em Ortega, já se lhe tinha referido com pormenor na *Rebelião das Massas*, mas ganha neste contexto uma acuidade especial e os desenvolvimentos a que Ortega se deu ao trabalho reflectem-no.

Para o auditório alemão que assistia à conferência, era grato ouvir que uma das vias primaciais para fazer reviver o cosmopolitismo europeu era esse nacionalismo universalista alemão de raiz fichetiana para o qual ser povo alemão é ser povo da humanidade contrariamente aos hipernacionalistas que queriam apenas germanizar o mundo (p103). Assim, Ortega salvava igualmente a coerência do seu pensamento e a sua germanofilia cultural, retomando mais ou menos explicitamente a questão das duas alemanhas, que já na sua fase inicial neokantiana e de estadia na Alemanha fazia referência (*Las Dos Alemanias* in *Obras Completas*, Vol. X, pp.22 e ss.). À Alemanha militarista, expansionista e obtusa opunha-se a Alemanha da ciência, da filosofia, dos valores tomados em autenticidade, dos intelectuais irrepreensíveis na esfera ética da sua vocação. Esta última é a Alemanha de Ortega, aquela que idealizou nas magníficas universidades do Sudoeste, embora, justiça seja feita, estas nunca lhe deixassem toldar de todo o seu juízo crítico, mesmo sobre essa Alemanha.

Todavia, a realidade não parece ser compatível com esta divisão entre as duas supostas alemanhas. A posição da intelectualidade alemã durante a Grande Guerra, que, aliás, Ortega criticou a seu tempo (por exemplo, a crítica à obra de Scheler – *O Génio da Guerra e a Guerra Alemã*, saída em 1915 – em O.C. Vol.II, pp.192-233), ou ainda a desconfiança sócio-institucional para com brilhantes pensadores de origem judaica, como o foram Cohen ou Simmel, são disso sintomas. Mas o engano de Ortega parece provir não tanto de não ter podido ver este estado de coisas, como da suposta república cosmopolita de intelectuais que de alguma forma é eximida dos enquadramentos plurais sociais onde se inserem os seus “cidadãos”/intelectuais.

Ora, este ponto parece-me fulcral porque o seu cosmopolitismo terá raiz última nessa ideal república dos intelectuais. A criação de uma tal república será assim o pressuposto principal que subjaz à ideia de uma Europa unida, a principal mensagem que Ortega quer transmitir. A primacialidade histórica que atribui à sociedade europeia sobre as suas nações constituintes parece só poder ser ultimamente compreendida a essa luz, uma vez que essa convivencialidade, essa socialidade europeia primacial, ou é a da romanidade, que não é ainda Europa, como já referi, ou configura a socialidade dos intelectuais da Cristandade Latina Ocidental primeiro, e a dos modernos depois. Penso que nos devemos ater somente a esta disjunção possível, porque a socialidade que o novo regime de trocas pré-capitalista institui no Ocidente medieval não é de

fácil aceitação para Ortega como motor principal na instituição dessa socialidade europeia (o que não quer dizer que não conte com o mesmo), porquanto o seu aristocratismo intelectual e também um pouco anti-burguês, porque não dizê-lo, parecem afastar essa hipótese.

Toda esta problemática em torno dos pressupostos da obra não é dispicienda, porquanto aquilo que nela se joga é saber se as virtualidades de uma unidade política europeia, respeitadora das alteridades nacionais, provêm de uma leitura sócio-política e económica aberta a uma reconstrução europeia que tivesse de ser feita em moldes distintos das velhas rivalidades nacionais e assumisse o fim de um eurocentrismo que não correspondia já à balança de poder no mundo, ou, em alternativa, a leitura para essa unidade política pretende reedificar, desta vez com lastro institucional, uma socialidade (que na realidade existiu mas numa escala muito menor) assente na supremacia europeia em todos os domínios, e em particular no domínio intelectual, que Ortega tinha, exageradamente e de forma ambígua, como motor subtil das sociedades. Ainda em fins dos anos vinte, na sua célebre *Rebelião das Massas*, Ortega perguntava por quem mandava no mundo, reflectindo sobre as graves consequências resultantes da ausência de mando, especialmente de mando ocidental, que no caso de Ortega exclui os Estados Unidos. O pós-guerra poderia assim bem ser o momento para agregar energias para a Europa voltar a tomar nas mãos o destino do mundo, o mesmo é dizer, o destino intelectual que as suas elites exemplificariam. Essa posição é notória na conferência *Passado y Porvenir para el Hombre Actual* proferida em Genebra, em 1951, e incluída na obra *Europa y la Idea de Nación*.

Ortega não viveria o suficiente (morreu em 1955) para ver aonde nos levaria a construção europeia e até que ponto é consentânea com aquilo que ideou. Ortega talvez não se tenha apercebido, por força do seu mundo cultural, das transformações em curso em todos os domínios. Ele que era alguém sempre na crista do *Zeitgeist* até aos anos trinta, parece relativamente perdido no mundo do pós-guerra, como teria de resto acontecido a muitos outros da sua geração. Penso que sobre este aspecto é justa a apreciação que faz Gregorio Morán (*El Maestro en el Erial*, Madrid, 1998), pese as devastadoras críticas que sobre a obra fizeram especialistas e admiradores de Ortega.

Enfim, será Ortega y Gasset totalmente um precursor da ideia de unidade europeia tal como hoje a concebemos e das problemáticas actuais à volta do estado-nação? *Pace* Harold Raley (*Ortega y Gasset: Philosopher of European*

Unity, 1971) talvez Ortega não o seja assim *simpliciter*; mas seria injusto não o ver de alguma maneira como tal, nem à actualidade temática da sua obra real como pensamento que hermeneuticamente nos interroga e nos insta a responder. Porventura, pedir mais do que isso seria pedir que Ortega assumisse o “Olho de Deus”, tentação a que Ortega, ironicamente, nem sempre escapou quando muitas vezes (também na obra em análise) se auto-eximiou sem mais de discutir os seus próprios pressupostos e quis validar em pureza os seus juízos, algo que as consequências epistemológicas da sua razão histórica não permitem de todo.

António Horta Fernandes

L'ENTRÉE DU PORTUGAL DANS LA GRANDE GUERRE. OBJECTIFS NATIONAUX ET STRATÉGIES POLITIQUES

Nuno Severiano Teixeira, Paris, Economica, 1998, ISBN 2-7178-3738-8

Oitenta anos passaram sobre a data de assinatura do Armistício que pôs fim a um dos mais sangrentos conflitos da história contemporânea. As editoras estrangeiras inundaram os respectivos mercados livreiros com a profusão de livros sobre o tema, que o público leitor reclama e a história e os historiadores não deixam esquecer. Em Portugal uma única excepção no mercado livreiro trouxe à memória o acontecimento, com a publicação e lançamento da edição francesa do livro *L'Entrée du Portugal dans la Grande Guerre – Objectifs Nationaux et Stratégies Politiques* de Nuno Severiano Teixeira.

O resultado desta tese de doutoramento foi objecto de uma edição portuguesa em 1996 intitulada “O Poder e a Guerra 1914-1918 – Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra”, editada pela Editorial Estampa na Colecção Histórias de Portugal.

A edição francesa da obra apresentada pelas Editions Economica, prestigiada editora francesa que se dedica à divulgação de temas de história militar, proporciona agora ao seu publico leitor a oportunidade singular de uma nova leitura sobre a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial.

Poucos são os autores, em particular os historiadores portugueses, que vêem o seu trabalho reconhecido e consagrado por editoras estrangeiras, sendo o reconhecimento tanto maior se tivermos em linha de conta o carácter hermético e selectivo do ambiente editorial francês.

A obra resultou de um extenso e detalhado trabalho de investigação sobre fontes arquivísticas, testemunhos, memórias, imprensa nacional e obras impressas analisadas ao longo de três anos em Portugal e no estrangeiro.

Esta tese de doutoramento, escrita com o rigor científico e a clara e viva articulação dos factos e da interpretação histórica a que o autor nos habituou em obras anteriores, ensaia uma leitura alternativa às clássicas teses colonial ou do perigo espanhol sobre a participação de Portugal na Grande Guerra a que a historiografia tradicional nos confinou.

O desenvolvimento de uma tese alternativa faz-se através do percurso analítico por um vasto acervo documental de uma época, em que o relato das decisões nacionais, o discurso partidário e as suas consequências reflectem na maior parte dos casos uma cultura na qual a guerra se materializava como *objecto da exaltação patriótica e nacional* (p.27) no ideário político, na historiografia oficial e no imaginário popular. A guerra não cumpria no discurso oficial apenas um propósito político, cumpria também o *desígnio social de união de um povo*. Mas esse propósito mobilizador, profundamente condicionado pelo *carácter conservador, tradicionalista e católico do autoritarismo português* (p.28) em quase nada se assemelhou à mobilização de massas a que se assistiu noutros países europeus.

No discurso historiográfico da época, duas justificações para a intervenção portuguesa na guerra prevaleceram: a da culpabilidade alemã no deflagrar da guerra e a ameaça às colónias portuguesas e o accionamento das obrigações decorrentes da Aliança com a Grã-Bretanha como mecanismo de dissuasão das pretensões espanholas.

No discurso político do pós guerra, *La Lys derrota táctica que contribuiu para a vitória estratégica dos aliados* (p.31) justificava o sacrifício dos soldados portugueses, quer a uma população iletrada e potencialmente descontente, que não participa na vida política nacional e que por isso não a consentia, quer às forças políticas presentes na cena política interna conturbada e não consensual.

Em qualquer um destes registos discursivos, a intervenção portuguesa é interpretada como o resultado de um *esforço colectivo de unidade nacional e de defesa do interesse patriótico* (p.31). A história militar prevalecia sobre a história política e diplomática e a exaltação da heroicidade dos actos ocupava o lugar de uma leitura interpretativa do conflito político interno. A distância no tempo, o descomprometimento político e a abertura à consulta pública de novas fontes de documentação vieram possibilitar leituras mais objectivas sobre a participação de Portugal na Grande Guerra.

A perspectiva do autor inscreve-se naquela nova linha interpretativa. Não negando a validade e importância das teses colonial e do perigo espanhol (p.374), propõem-nos uma abordagem metodológica que aponta no sentido de uma estreita relação entre factores internos e factores externos na tomada de decisão política conducente à participação de Portugal na Grande Guerra, na qual o cenário de conflitu-ali-

dade internacional é analisado pelo prisma de motivações e condicionamentos internos.

Segundo o autor, a participação portuguesa na guerra permitira não só desviar a atenção das elites e da população portuguesa da incapacidade política do governo se apresentar como alternativa política credível à monarquia, como também furtar o regime republicano à marginalidade do reconhecimento político internacional, através do exercício de uma diplomacia de oportunidade, que acabou por forçar a entrada de Portugal na guerra, num esforço desesperado de credibilizar o novo regime e numa tentativa frustrada de tomar parte activa na Conferência de Paz em Viena. *L'Entrée du Portugal dans la Grande Guerre* aborda a problemática da entrada de Portugal na guerra em três momentos. Num primeiro momento o autor contextualiza metodologicamente a temática posicionando-a quer no domínio historiográfico, quer no plano teórico.

No campo teórico o autor opta por um quadro interpretativo, que decorre do pressuposto da existência de uma estreita interacção entre o plano interno e o internacional. O pressuposto teórico que serve de base ao desenvolvimento da tese, é no domínio da análise empírica demonstrado pela existência de uma relação de causa efeito, entre o nível de instabilidade e violência interna e a motivação para o desencadeamento ou participação num conflito internacional. No campo historiográfico retoma aquela relação de causalidade entre o *peso dos factores internacionais e da política externa sobre a política interna* (p.51) tendo como cenário envolvente a Grande Guerra.

A segunda parte do estudo, é dedicada à análise do cenário internacional na antevéspera do deflagrar da guerra e à interpretação da situação da política nacional.

A implementação da República, a ruptura com o regime anterior e o estado de isolamento diplomático imprimiam um carácter de urgência ao reconhecimento internacional do novo regime. Se essa tarefa não se afigurou como simples, menos o foi a gestão da posição portuguesa no domínio internacional. Portugal enquanto potência colonial enfrentava o perigo iminente de uma partilha e anexação dos territórios coloniais pelas grandes potências europeias (p.108), numa altura em que o regime se mostrava incapaz de se afirmar quer interna, quer internacionalmente.

A terceira parte da obra é dedicada à análise do debate político e da evolução das estratégias partidárias internas, quer as daqueles que defendiam a intervenção na guerra, quer as dos que se lhe opunham.

A crescente instabilidade política e social interna associada à incapacidade do regime republicano em implementar uma estratégia de integração e concertação políticas dos grupos e instituições, dificultava a legitimação da governabilidade e a mobilização das várias forças em torno dos ideais da República. A falta de consenso político em torno do ideário político republicano agravava-se com a repressão de duas importantes forças mobilizadoras na época: o movimento sindical e a Igreja cuja intervenção religiosa e social haviam sido confinadas a um espaço de existência exíguo. Duas ordens de legitimidade constituíram motivo de preocupação para o regime. Uma interna, a da governabilidade e uma externa a do reconhecimento do regime por uma Europa monárquica tendo ambas sido utilizadas como argumentos a favor da intervenção de Portugal na guerra. No primeiro caso ao mobilizar os portugueses em torno de um propósito comum – uma ameaça externa – como forma de desviar a atenção da desastrosa situação política, económica e social em que o país vivia. No segundo, por se ter erradamente julgado, que a intervenção e a solidariedade activa com as causas da velha aliada – a Inglaterra – confeririam prestígio e reconhecimento internacional ao regime republicano e um lugar certo no concerto das nações do pós guerra.

O período anterior ao da entrada de Portugal na guerra foi precedido por um longo debate político interno em que duas posições se extremaram: uma a favor da neutralidade, outra do intervencionismo que o autor analisa e interpreta em detalhe. Que posição poderia Portugal adoptar num cenário político interno em que o consenso nacional nunca fora atingido, encontrando-se a sociedade portuguesa repartida entre belicistas e anti-belicistas e a opinião pública, as forças armadas e os partidos se dividiam por entre vários registos discursivos: o da germanofilia, o das posições pró-aliadas, o da neutralidade militante e o do intervencionismo (p.176).

O clima geral de conturbação política interna lança os partidos na tentativa de construção de estratégias políticas de apoio à consolidação e à legitimação do regime. Internamente e internacionalmente o discurso político, saturado por intervenções extremadas em prol do nacionalismo político e do interesse nacional, alimentava a rivalidade entre as potências europeias (p.176) e aproximava mais a Europa da guerra.

A possibilidade de intervenção no teatro de guerra europeu poderia possibilitar ao regime republicano o encontro de uma formula para a saída da crise de legitimidade e de governabilidade que enfrentava.

Rapidamente se instaurou um ambiente de ambiguidade quanto ao estatuto internacional de Portugal face ao conflito, que a posterior adopção de uma *neutralidade equidistante* veio reforçar.

Alterações ao nível da política interna tiveram repercussões significativas sobre a posição de Portugal em relação ao conflito europeu e aos beligerantes. A tendência favorável a uma intervenção na guerra defendida pelos governos anteriores fora substituída por um reforço da neutralidade durante a ditadura de Pimenta de Castro. O objectivo político de Portugal face à guerra seria doravante o de uma neutralidade absoluta e a sua estratégia a de uma neutralidade equidistante (p.264).

Apesar das motivações internas que animaram os partidários do intervencionismo serão as circunstâncias externas – o pedido de auxílio francês, as consequências da guerra submarina e o pedido britânico para o apresamento de navios alemães atracados em portos portugueses – a fornecer o pretexto para a entrada de Portugal na guerra e não uma decisão nacional unilateral a determinar a beligerância portuguesa. Uma opção intervencionista fora do tradicional espaço de actuação da política externa e da diplomacia portuguesas – cuja preocupação central continuava a ser as relações com Espanha, o Atlântico e a questão colonial – afigurava-se aos portugueses quase tão alheia quanto as origens da guerra.

A derrota interna de Pimenta de Castro teve uma repercussão externa significativa – o abandono definitivo da política não intervencionista com a vitória do republicanismo radical e o reforço do intervencionismo e da estratégia da beligerância (p.294). A afirmação dos radicais no seio do aparelho de estado e das instituições reforçava aquela tendência a favor da beligerância (p.300).

A quebra do isolamento diplomático a partir de 1916 faz-se por força de uma conjuntura externa que se configurara sem a intervenção de Portugal, o que vem reforçar um dos pressupostos teóricos deste trabalho, sobre a existência de uma relação estreita entre a política interna, a política externa e os condicionalismos impostos pela evolução da conjuntura internacional de guerra sobre as mesmas.

Qualquer uma das tradicionais teses que explicam a entrada de Portugal na guerra recorre a argumentos de política externa: a integridade das colónias sob soberania portuguesa, a questão peninsular e a aliança inglesa, marginalizando a importância da evolução da política interna portuguesa no âmbito das relações externas e da política de defesa nacional.

A teoria explicativa alternativa apresentada pelo autor exclui o primado da política externa sobre as decisões internas, substituindo-o por uma interpretação que privilegia os mecanismos de interacção entre a política interna e a política externa, que o regime republicano, fazendo uso de uma estratégia intervencionista num cenário internacional de guerra, soube fazer reverter a favor de objectivos políticos internos tais como a integridade das colónias portuguesas em África, a integridade da soberania de Portugal face à Espanha e a obtenção de reconhecimento e prestígio internacionais (p.364). Mais do que isso a existência de uma ameaça externa e a entrada na guerra justificava a supressão das divisões políticas internas em nome de um suposto interesse e unidade nacionais.

Representativa de uma nova geração de historiadores portugueses, a indiscutível qualidade de *L'Entrée du Portugal dans la Grande Guerre Objectifs Nationaux et Stratégies Politiques* de Nuno Severiano Teixeira não só coloca a historiografia portuguesa mais próxima das suas congéneres europeias, como promove e prestigia o estudo e a divulgação da história.

Isabel Ferreira Nunes



Através das leituras

Obras existentes no acervo do IDN

MONOGRAFIAS

CARREIRAS, Helena, *As Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*, Edições Cosmos, 1997: COTA: 9534-34C

GASTON, James ed., *Ethics and national defense: the timeless issues*, National Defense University Press, 1993: COTA: 8520-17F

GILMAN, Ernest ed., *Democratic and Civil Control over Military Forces – case studies and perspectives*, Nato Defense College, 1995: COTA: 9108-26G

GUNS, Nicolaas, *Women on Board*, Vrije Universiteit, 1985: COTA: 5122-28B

REYNAUD, Emmanuel, *Les Femmes, la Violence et l'Armée: Essai sur la Feminisation des Armées*, Fondation pour les Études de Défense Nationale, 1988: COTA: 6521-32D

PERIÓDICOS

CARREIRAS, Helena, "Mulheres nas Forças Armadas: transformação institucional e recrutamento feminino", in: *Sociologia*, n.º 18 (Outubro 1995), pp. 97-127

DOOM, Marie-Laure, "Soldat au féminin", in: *Armées d'Aujourd'hui*, n.º 148 (Mars 1990), pp. VII-IX

FIRESTONE, Juanita, "Occupational segregation: comparing the civilian and military work force", in: *Armed Forces and Society*, vol. 18, n.º 3 (Spring 1992), pp. 363-381

HOIBERG, Anne, WHITE, Jack, "Health status of women in the armed forces", in: *Armed Forces and Society*, Vol. 18, n.º 4 (Summer 1992), pp. 514-533

LUDDY, John, "Two wrongs don't make it right", in: *Proceedings*, Vol. 118/11/1077, (November 1992), pp. 68-73

MORDEN, Bettie, "Women's army auxiliary corps: the wartime expedient that became an institution", in: *Army*, vol. 42, n.º 5 (May 1992), pp. 42-45

POLÍTICA EXTERIOR, "La reforma de las Fuerzas Armadas y el servicio militar", in: *Política Exterior*, Monográfico 1992

SOARES, João Bento, "O serviço militar feminino: perspectiva de aplicação às forças armadas", in: *Baluarte*, n.º 6, 1991, pp. 24-32.

TARILONTE, Elana, "Mujeres militares, dez años después", in: *Revista Espanola de Defensa*, Año 11, n.º 121 (Marzo 1998), pp. 6-12

VALONERO, José, "La incorporación de la mujer a las FAS y los destinos", in: *Ejército*, Año LIII, n.º 629 (Junio 1992), pp. 105-107

VÁSQUEZ, Ana Maria, "La mujer en las FAS: experiencia, reflexión y realidad", in: *Ejército*, Año LIII, n.º 625 (Febrero 1992), pp. 111-115



Abstracts

Women's Military Roles Cross-Nationally. Past, Present and Future, Mady Wechsler Segal, pp. 15-43

This article outlines a theory of what affects the degree and nature of women's participation in the armed forces throughout history and across nations. Examining national security situations, military technology, military accession policies, demographic patterns, cultural values regarding gender, and structural patterns of gender roles, the article proposes a systematic theory of the conditions under which women's military roles expand and contract. The theory is then applied to analyze women's likely future role in armed forces. The military's need for personnel has been the driving force behind expansion of women's military roles through history and across nations, but cultural values supporting gender equality also contribute and seem likely to have increased influence in the future.

Women and the Military between Old Difficulties and New Potentials, Fabrizio Battistelli, pp. 45-70

Historically the relationship between the woman and the military has been a troublesome one. War has been a male activity and the soldier's profession a male monopoly. This does not mean that women were completely excluded from them: for a long while women have been included as victims of wars and a trophy for the winners. Since the myths of the siege of Troy to the first and second world war and to the "ethnic rapes" in former-Yugoslavia, violence against women has been a tool in order not to win only but to punish and humiliate the enemy. What does it happen now when in most countries of the world women have entered the armed forces as professionals? The case of Italy – the only Nato country together with Germany that does not yet allow female personnel in the military – has been checked in order to analyze the attitudes of the members of an all-male-society like the military on the eve of the entry of women. From qualitative and quantitative research on the Italian soldiers a classification of six typologies emerged among officers, NCOs and privates, both conscripts and professionals: the misogynous, the *chevalier*, the antimilitarist, the male chauvinist, the care-seeker, the integrationist. As to the variables involved,

acceptance of women in the military appears to be positively correlated to age, rank and professional status, i.e. the elder, the officers and the professional cadres in general are more favorable to the hypothesis of having female colleagues than the younger, the privates and the conscripts.

Women and the Portuguese Armed Forces, José Hermínio Estevão Alves, pp. 71-80

Full acceptance of women in the Armed Forces is the corollary of a long struggle which was initiated in the last century through the defense of the equality of rights and opportunities for both sexes.

Today the presence of women in the Armed Forces is unquestionable. However, at the outset of the next millenium one question among others is raised. How many? Although in the majority of the Armed Forces no limit is fixed, the normal percentage of the number of women oscillates between 5 and 20%. In a new century which will certainly be characterized by the high technology of the weapons systems and by a substantial survival rate of the fighter – as is requested by public opinion – to try to establish or to accept a limit to the presence of women in the ranks may become irrelevant.

Military Women in Portugal (1992-1998) – Policies, Procedures and Protagonists, Helena Carreiras, pp. 81-111

In this article the process of women's military recruitment in Portugal is analysed from the perspective of the political and institutional contexts of its development during the past ten years. After reviewing the factors that originated the decision to recruit women, as well as the initial reactions on the part of different sectors of the portuguese society, it proceeds with a description of military policies regarding its new members. Some data is presented on the number, relative percentages, and institutional location of military women. Finally, considering the experience of other countries, some important questions for the future are raised.

Men and Women in Arms – Two Dynamics of Identity?, Maria Paula Lopes Castelão, 113-134

This paper analyses a situation of institutional change caused by the admission of women in a traditionally masculine institution – the Army Military Academy.

Supported by research data, we tried to understand the degree upon which representations and strategies of identity used by male and female cadets are marked by asymmetrical relationships, and its implications in the adaptation to the military environment.

The results show that a conflicting dynamic hampers the building up of the identity of female cadets and also causes greater difficulties of adaptation.

On the other hand the same process also stimulates the development of new ways of integration in this institution, leading us to question the role of minorities in process of social change.

From Massification (Quantitative) to Precision (Qualitative): The Relation between Economy and Strategy in the Twentieth Century, António Paulo David da Silva Duarte, pp. 137-160

This article search to understand the influences of economic structures in strategy and in war during the twentieth century. Two great economic structures relates to two great strategic structures: The first, during the first half of the century, based on the industrial and warfare massification and standartization; the Second, product of the revolution in global information and communication on economics and in warfare, that made information and precision the fundamental elements of war.

Design e Assessoria Técnica



Av. das Descobertas, n.º 17
Restelo • 1400 LISBOA
Tel: 302 07 73 • Fax: 302 10 22

EUROpress

Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.

Praceta da República • Loja A • Póvoa de Sto. Adrião
Tel: 938 14 50 • FAX 938 14 52
2675 ODIVELAS • LISBOA • PORTUGAL